

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DIREITO POLÍTICO E ECONÔMICO

LUCIANA COSTA SILVA

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES E ENFRENTAMENTO DA
DESIGUALDADE DE GÊNERO**

SÃO PAULO
2020

LUCIANA COSTA SILVA

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES E ENFRENTAMENTO DA
DESIGUALDADE DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Político e Econômico, sob a orientação da Professora Doutora Patrícia Tuma Martins Bertolin.

**SÃO PAULO
2020**

S586r Silva, Luciana Costa.

Representação política das mulheres e enfrentamento da desigualdade de gênero. / Luciana Costa Silva.

330 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

Orientador: Profa. Dra. Patricia Tuma Martins Bertolin.

Referências bibliográficas: f. 61-66.

1. Política paritária. 2. Mulher na Política.
3. Discriminação. 4. Mulher no mercado de trabalho.
5. Igualdade de gênero. I. Bertolin, Patricia Tuma Martins, *orientador*.
II. Título.

CDDir 341.283

Bibliotecária responsável: Jaqueline Bay Inacio Duarte - CRB-8/9509

Folha de Identificação da Agência de Financiamento

Autor: LUCIANA COSTA SILVA

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Político e Econômico

Título do Trabalho: REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES E ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

O presente trabalho foi realizado com o apoio de ¹:

- ☒ CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- ☐ CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- ☐ FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- ☐ Instituto Presbiteriano Mackenzie/Isenção integral de Mensalidades e Taxas
- ☒ MACKPESQUISA - Fundo Mackenzie de Pesquisa
- ☐ Empresa/Indústria:
- ☐ Outro:

¹ Observação: caso tenha usufruído mais de um apoio ou benefício, selecione-os.

LUCIANA COSTA SILVA

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES E ENFRENTAMENTO DA
DESIGUALDADE DE GÊNERO

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Direito Político e
Econômico da Universidade Presbiteriana
Mackenzie, como requisito parcial à obtenção
de título de Mestre em Direito Político e
Econômico.

Aprovada em 11 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Patrícia Tuma Martins Bertolin
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof.ª Dr.ª Alessandra Benedito
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof.ª Dr.ª Patrícia Cristina Brasil Massmann
Faculdade de Direito de Franca

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde, força e coragem me mostrando que é preciso persistir todos os dias em busca de nossos sonhos.

A minha orientadora, Profª Dra. Patrícia Bertolin pelo carinho, generosidade, atenção e acima de tudo compreensão nos momentos difíceis de distanciamento social nos quais sempre se fez presente, enriquecendo o meu aprendizado, sendo um exemplo de pessoa a se seguir.

A Profª Dra. Alessandra Benedito por me incentivar a seguir a carreira acadêmica vibrando por minhas conquistas e acreditar em mim, pela generosidade em permanecer me auxiliando e ser tão maravilhosa comigo compartilhando seus conhecimentos.

A Profª Dra. Patrícia Brasil por também me incentivar a seguir a carreira acadêmica com seus ensinamentos e dicas tão enriquecedoras na banca de qualificação, por fazer parte da minha trajetória acadêmica em momentos tão importantes.

A Profª Dra. Clarice Seixas Duarte pela participação na banca de qualificação compartilhando conhecimentos com generosidade.

Aos funcionários da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em especial a Helen, bibliotecária do Campus Campinas, que com muita paciência e eficiência foi fundamental em meio à pandemia para que os livros me fossem disponibilizados.

A Universidade Presbiteriana Mackenzie pelo ensino de qualidade, pela possibilidade de conviver e aprender com professores e alunos incríveis.

A CAPES e o Mackpesquisa pelo financiamento de minhas atividades acadêmicas e assim tornar possível a continuidade do Mestrado.

Aos meus pais por toda dedicação, amor, carinho, apoio e por sempre estarem junto comigo participando e possibilitando as minhas escolhas.

Ao meu Irmão Eduardo Costa por todo tipo de auxílio e abrigo fazendo de sua casa um segundo lar para mim, por acreditar na minha capacidade sempre.

A minha cunhada Larissa Carneiro por ser tão especial e cuidar tão bem de mim me proporcionando conforto, carinho e amizade.

Aos meus sobrinhos por todo apoio, carinho e compreensão, principalmente nos momentos em que estive ausente.

A todos os meus amigos que torceram por mim e acompanharam mesmo que a distância a minha trajetória, em especial ao amigo Jorge Vieira que desde a graduação não mede esforços para me incentivar e apoiar, a amiga Marjorri Rizzana que desde o início se fez presente e comprou meu sonho comigo para que pudesse estudar com todo o carinho, apoio e dedicação, e a amiga Yasmin Barbosa por todo incentivo, apoio, auxílio, dedicação, conversas e por acreditar em meu potencial como os demais.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que essa jornada se tornasse possível.

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”
(Simone de Beauvoir).

“Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.” (ROUSSEFF, 2016).

LISTA DE ABREVIATURAS

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRI	Consolidação Regimento Interno
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (ANEXOS)

Figura 1. Gráfico 17ª Legistatura.....	67
Figura 2. Gráfico Projetos de Lei 2011.....	72
Figura 3. Gráfico Projetos de Lei 2012.....	93
Figura 4. Gráfico Projetos de Lei 2013.....	110
Figura 5. Gráfico Projetos de Lei 2014.....	137
Figura 6. Gráfico Projetos de Lei 2015.....	162
Figura 7. Gráfico Projetos de Lei 2016.....	198
Figura 8. Gráfico Projetos de Lei 2017.....	220
Figura 9. Gráfico Projetos de Lei 2018.....	254
Figura 10. Gráfico Projetos de Lei 2019.....	277

LISTA DE TABELAS (ANEXOS)

Tabela 1. Deputados Alesp (2011 a 2015).....	67
Tabela 2. Projetos de Lei (2011).....	72
Tabela 3. Projetos de Lei (2012).....	93
Tabela 4. Projetos de Lei (2013).....	110
Tabela 5. Projetos de Lei (2014).....	138
Tabela 6. Deputados Alesp (2015 a 2019).....	157
Tabela 7. Projetos de Lei (2015).....	162
Tabela 8. Projetos de Lei (2016).....	198
Tabela 9. Projetos de Lei (2017).....	221
Tabela 10. Projetos de Lei (2018).....	254
Tabela 11. Projetos de Lei (2019).....	277
Tabela 12. Projetos de Lei Complementar (2011).....	279
Tabela 13. Projetos de Lei Complementar (2012).....	280
Tabela 14. Projetos de Lei Complementar (2013).....	281
Tabela 15. Projetos de Lei Complementar (2014).....	282
Tabela 16. Projetos de Lei Complementar (2015).....	282
Tabela 17. Projetos de Lei Complementar (2016).....	283
Tabela 18. Projetos de Lei Complementar (2017).....	284
Tabela 19. Projetos de Lei Complementar (2019).....	285
Tabela 20. Análise dos Projetos de Lei e Leis complementares que se transformaram em Lei(2011 a 2019).....	286

RESUMO

A presente Dissertação tem como objetivo estudar o contexto político brasileiro com ênfase na produção legislativa feminina, buscando, assim, analisar os mecanismos necessários para implantar a paridade na política visando à inclusão das mulheres neste cenário. Para estudar o conceito de política paritária é necessário o aprofundamento na democracia paritária, que tem como objetivo a igualdade democrática entre homens e mulheres. Apesar de existirem normas regulamentando a obrigatoriedade de ao menos 30% de participação das mulheres no contexto político partidário nacional, ainda não há representatividade de fato nos poderes legislativo, executivo e judiciário que seja capaz de influenciar na redução de diferenças entre homens e mulheres, a presente dissertação tratará das questões de gênero na esfera do legislativo, considerando a capacidade feminina em produzir leis que de fato colobaram com a redução da desigualdade de gênero no Brasil. Desta forma, pretende demonstrar como a sub-representatividade feminina na política brasileira, pode interferir tanto no ambiente doméstico, quanto no setor privado, visto que, se o poder emana do povo e os representantes escolhidos por este mesmo povo têm o dever de tornar a sociedade mais justa e igualitária. As mulheres continuam sendo tratadas de forma desigual, por não terem suas demandas discutidas. Desse modo, existe um longo caminho a ser percorrido para que a política paritária seja de fato efetivada em prol da igualdade de gênero no Brasil, visto que, apesar das conquistas femininas nessa esfera, a mulher ainda se encontra vulnerável nos espaços políticos, dificultando assim sua inserção ou permanência igualitária em outros espaços.

Palavras – chave: Política paritária. Mulher na Política. Discriminação. Mulher no mercado de trabalho. Igualdade de Gênero.

ABSTRACT

This dissertation purpose to study the Brazilian political context with an emphasis on female legislative production, thus seeking to analyze the mechanisms needed to implement parity in politics aiming at the inclusion of women in this scenario. To study the concept of paritarian politics, it is necessary to go deeper into parity democracy, which goal at democratic equality between men and women. Although there are rules regulating the obligation of at least 30% of women's participation in the national party political context, there is still no real representation in the legislative, executive and judiciary powers that is capable of influencing the reduction of differences between men and women, this dissertation will treat with gender issues in the legislative sphere, considering the female capacity to produce laws that in fact collaborated with the reduction of gender inequality in Brazil. In this way, it intends to demonstrate how the underrepresentation of women in Brazilian politics can interfere both in the domestic environment and in the private sector, since, if power emanates from the people and the representatives are chosen by this same people have the duty to make the fairer and more egalitarian society. Women continue to be treated unequally, as their demands are not discussed. Therefore, there is a long way to go for the parity policy to be effectively implemented in favor of gender equality in Brazil, whereas, despite women's achievements in this sphere, women are still vulnerable in political spaces, making it difficult its insertion or egalitarian permanence in other spaces.

Keywords: Parity policy; Women in Politics; Discrimination; Woman in the labor market; Gender equality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA: MULHERES E SEUS DIREITOS NO BRASIL.....	16
1.1 A cidadania no Brasil e a disposição dos direitos sociais, civis e políticos.....	18
1.2 O patriarcado.....	23
1.3 A Maternidade	26
1.4 A Divisão sexual do Trabalho.....	29
2. SÍNTESE HISTÓRICA DOS PRINCIPAIS MOVIMENTOS E DIREITOS POLÍTICOS ADQUIRIDOS PELAS BRASILEIRAS.....	34
2.1 A Mulher no constitucionalismo brasileiro.....	34
2.2 Os Movimentos e mulheres que influenciaram na aquisição de direitos femininos no Brasil.....	39
2.3 O Movimento sufragista.....	43
2.4 As Mulheres nas esferas do Poder.....	45
3. O PODER LEGISLATIVO.....	52
3.1 O papel do legislativo no Brasil.....	52
3.2 A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP).....	54
3.3 A Participação das mulheres na Alesp.....	55
3.4 Análises da produção legislativa feminina: Alesp 17ª e 18ª legislaturas.....	57
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXOS.....	67

INTRODUÇÃO

O tema “Representação política das mulheres e enfrentamento da desigualdade de gênero” justifica-se pela necessidade de combater a discriminação de gênero dentro e fora do ambiente político. Nesta pesquisa, foi feita uma análise das produções legislativas realizadas pelas Deputadas Estaduais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, referente a duas legislaturas com início no ano de 2011 e término em 2015 e, início no ano de 2015 e término em 2019.

Pretende-se nesta dissertação explorar algumas questões para tornar o sistema mais eficiente, tendo em vista que a participação da mulher na política tende a transformar a sociedade em vários âmbitos, como por exemplo, no ambiente doméstico, espaços acadêmicos e o mercado de trabalho.

Desta forma, as mulheres possuem sub-representatividade na política brasileira, ou seja, ocupam a minoria dos cargos e não possuem lugar de fala, visto que, os altos cargos do legislativo¹ são ocupados em sua maioria por homens.

A falta de representatividade feminina na política faz com que os assuntos de interesse das mulheres não sejam discutidos ou, caso sejam discutidos sofram retaliações a ponto de serem retirados da discussão, ou possuem apenas o ponto de vista masculino, não existindo assim qualquer tipo de consulta às mais interessadas, no caso as mulheres.

Sendo assim, leis que dizem respeito à proteção e amparo da mulher são constituídas por homens, bem como o executivo, em pleno século XXI, em uma sociedade constituída a partir de pilares patriarcais, machistas, misóginos e discriminatórios, as brasileiras ficam vulneráveis quando se trata da participação feminina na política.

¹ Como se pode verificar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo possui 94 cargos, sendo eles atualmente em 2021 ocupados por 75 homens e 19 mulheres que foram eleitos para a 19ª Legislatura, que se iniciou em 15 de março de 2019 e termina em 14 de março de 2023. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/lista/>> Acesso em: 13 abril 2021.

Na Câmara dos Deputados, dos 513 eleitos no ano de 2018, somente 65 mulheres foram eleitas, sendo assim apenas um percentual de aproximadamente 12,6 % foi ocupado por mulheres no legislativo federal, demonstrando a falta de representatividade feminina neste ambiente. **Câmara dos Deputados**. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-ht ml5/DeputadosEleitos/index.html>> Acesso em: 13 abril 2021.

Mesmo com a alteração do artigo 10, § 3º da Lei 9.504/97 que prevê a participação de ao menos 30% para a candidatura de cada sexo, a realidade não condiz com o objetivo de tal instituto normativo, visto que, mesmo que as mulheres ocupem o percentual mínimo desejado nos partidos, a elas não é concedido espaço nas propagandas eleitorais, verbas para a realização das campanhas e visibilidade para que sejam eleitas².

Sendo assim, conforme o Tribunal Superior Eleitoral existe uma série de medidas que podem e devem ser tomadas para que as mulheres consigam participar como candidatas aos cargos políticos no Brasil.

Uma das saídas para solucionar esse desequilíbrio na disputa seria os partidos assegurarem que homens e mulheres disputassem eleições com igualdade efetiva de chances. Para tanto, é necessário que as legendas incentivem as mulheres a se candidatar e também invistam em suas candidaturas, oferecendo verbas para campanha, tempo de propaganda no rádio e na televisão, entre outras garantias de espaço dentro das agremiações³.

Além disso, as candidatas a algum cargo político precisam enfrentar a discriminação de gênero enraizada na sociedade brasileira, visto que, após oitenta e oito anos da alteração do código eleitoral as mulheres ainda são questionadas sobre sua capacidade para exercer um cargo político.

A falta de representatividade feminina na política traz impactos negativos tanto na esfera doméstica, na qual as mulheres estão inseridas, quanto em outros ambientes, uma vez que, tanto a sociedade é reflexo de seus governantes eleitos, quanto estes são fruto do pensamento da maioria, demonstrando assim, como a

² As cotas para mulheres foram criadas com a finalidade de inserir a mulher no Poder político, fazendo com que houvesse uma reparação social perante a discriminação de gênero que impede a participação das mulheres principalmente nos cargos do legislativo, sendo assim, segundo dados coletados por André Norberto Carbone de Carvalho, a Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, trouxe a possibilidade da participação de ao menos 20% das mulheres nos partidos ou coligações. Entretanto, em 1995 somente 3,5% dos 55mil vereadores eram mulheres, com o passar do tempo houve algumas alterações mínimas “Em **2006**, 45 deputadas federais foram eleitas, correspondendo a **8,77%** do total de parlamentares. Em 2008, foram eleitas 6.504 vereadoras para as Câmaras Municipais (**12,53% do total**). No mesmo ano, 506 prefeitas (**9,10% do total**). Importante ressaltar que o País tinha até aquele momento, 67.482.079 eleitoras (**51,76% do total**)”. Sendo assim a **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**, passou a instituir cotas eleitorais de gênero. **CARVALHO, André Norberto Carbone de. Cotas eleitorais brasileiras: análise crítica da participação das mulheres no processo eleitoral. Tese de Doutorado, programa de pós-graduação em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie.**

³ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro.** Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro> > Acesso em: 13 abril 2021.

discriminação de gênero, a falta de políticas públicas para combater tal discriminação bem como o patriarcado influenciam negativamente a vida das mulheres brasileiras.

Sendo assim, em uma democracia representativa como é o caso do Brasil, em que a maioria da população é do sexo feminino⁴ e não obstante, há um pequeno número de mulheres ocupando os cargos políticos, sendo que elas também representam 52% do eleitorado brasileiro⁵, demonstra como as mulheres ainda precisam permanecer em constante luta por seus direitos, conforme sugerem os dados oficiais, os direitos femininos são os primeiros a serem afetados quando algum setor do país está em crise⁶.

A presente pesquisa possui relevância social, pois pretende evidenciar como a representatividade feminina no setor público, principalmente no âmbito político, pode auxiliar no combate a discriminação de gênero, bem como na efetivação da igualdade.

⁴ “Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2019, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres.” IBGE. **Conheça o Brasil [população: quantidade de homens e mulheres]**. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Con t%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Con%20t%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres). Acesso em: 13 abril 2021.

⁵ Mulheres são maioria tanto em quantidade populacional quanto em eleitorado no Brasil, porém este número se torna desproporcional ao número de candidatas. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>> Acesso em: 13 abril 2021.

⁶ “Em ambos os gráficos, destaca-se o fato de que os grupos com maiores chances de perder o emprego no início da crise são as mulheres e os jovens, com cerca de 20%. No entanto, vale notar que, ao comparar com os anos anteriores, os jovens⁷ possuíam probabilidade bastante elevada em contraste com os adultos, e esta subiu cerca de 2 a 3 p.p. na crise. As mulheres sofreram uma elevação de 7 a 8 p.p. nas chances de perder o emprego.

Em outros termos, considerando o indicador de perda de emprego e os diferenciais associados às características individuais, observa-se que a crise econômica introduzida pela pandemia do novo coronavírus aprofundou algumas das desigualdades observadas no mercado de trabalho, pois aqueles que estavam em situação desvantajosa apresentam piores indicadores. Contudo, vale ressaltar que a deterioração foi ainda maior entre as mulheres.

Os trabalhadores em situação de maior precariedade no mercado de trabalho, os impossibilitados de realizar seu trabalho a distância e aqueles do setor informal da economia são os que possuem maior risco de perder a ocupação. Também as mulheres devem ser afetadas de forma diferenciada nessa crise devido à ausência de atividades escolares presenciais e ao aumento das atividades domésticas e de cuidados. De fato, os resultados encontrados nesta nota sugerem que os efeitos desta crise sobre o mercado de trabalho foram imediatos e afetaram de forma diferenciada os trabalhadores. Os mais afetados em termos de perda de ocupação foram as mulheres, os mais jovens, os pretos e os com menor nível de escolaridade.” INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de Trabalho e Pandemia da Covid-19: AMPLIAÇÃO DE DESIGUALDADES JÁ EXISTENTES?** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf> Acesso em : 14 novembro 2020.

Busca-se responder, por meio dela, a seguinte questão: de que forma a inclusão da mulher nos cargos públicos, principalmente no legislativo, pode contribuir com a redução da discriminação de gênero no Brasil e, quais os resultados positivos dessa representatividade?

A metodologia utilizada para a presente pesquisa foi método hipotético-dedutivo baseado em levantamento bibliográfico em obras científicas sobre o assunto, produzidas de forma física ou digital, bem como jornais, revistas e dados estatísticos junto aos órgãos oficiais.

A análise dos Projetos de Lei e Lei Complementar produzidas pelas Deputadas da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo na 17ª e 18ª Legislaturas, foi realizada a partir de dados coletados no próprio site da Assembléia.

No primeiro capítulo, foi realizada uma síntese histórica sobre a construção da cidadania e democracia brasileiras, e como essa construção impactou nos direitos da mulher no Brasil. Além disso, há uma passagem sobre patriarcado, maternidade e divisão sexual do trabalho.

No segundo capítulo foram tratadas questões a cerca da evolução dos direitos adquiridos pelas mulheres no Brasil, dando-se ênfase aos direitos políticos, visto que, se faz necessária essa breve passagem cronológica, ainda, há menção aos principais movimentos de mulheres que contribuíram para a aquisição de direitos femininos no Brasil.

No terceiro capítulo foi desenvolvida a pesquisa e análise das produções legislativas realizadas pelas Deputadas Estaduais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, iniciando no ano de 2011 e terminando no ano de 2019, sendo compreendida tal análise no período da 17ª e 18ª legislaturas respectivamente.

Na conclusão houve a síntese dos resultados obtidos na análise e pesquisa levando em consideração a premissa de que existe desigualdade de gênero no espaço político brasileiro especificamente no Legislativo, dando enfoque no Legislativo do Estado de São Paulo, causando comprometimento na democracia, na medida que as mulheres não estão exercendo de fato seu direito participar ativamente da política brasileira.

1. CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA: MULHERES E SEUS DIREITOS NO BRASIL.

No presente capítulo serão tratados os conceitos de democracia e cidadania, bem como a ordem de implantação dos direitos sociais, políticos e civis e, como esta ordem impacta diretamente nos principais direitos adquiridos pelas mulheres no Brasil.

Para a compreensão da cidadania é necessário elucidar seus conceitos, com a finalidade de tentar esclarecer como chegamos à compreensão e exercício da mesma atualmente, sendo assim, foi realizado o estudo das dimensões históricas da cidadania.

É importante ressaltar que no século XVI, poucos eram considerados cidadãos, já que, os escravos, estrangeiros, mulheres e crianças não ocupavam esta classificação. Os escravos e estrangeiros não eram livres ou nacionais e, as mulheres e crianças dependiam do poder familiar, sendo assim, inicialmente só era considerado portador de cidadania aquele que fosse homem, livre e com o fator *ius sanguinis*, ou seja, nascido no país⁷.

Ainda, conforme relata Smanio⁸, a segunda dimensão da cidadania tem o cidadão como “indivíduo detentor de direitos subjetivos consolida o Estado Absoluto do século XVII”.

Desta forma, o Estado passa a ser soberano tendo sido à vontade do cidadão limitada a sua própria vontade, ou seja, o indivíduo passa a obedecer ao Estado por meio das leis civis para que em contrapartida o Estado lhe forneça segurança e proteção.

A terceira dimensão histórica da cidadania trouxe ideais clássicos, deixando de lado o Estado absoluto, objetivando que o cidadão se tornasse livre perante o poder soberano.

Os iluministas resgataram a cidadania clássica, fundamentada na constituição da comunidade política e na participação política dentro dela. A perspectiva da cidadania deixa de ser vertical em relação ao Estado e passa a ser horizontal, uma vez que os cidadãos estão ligados entre si na formação do Contrato Social que dá origem ao Estado⁹.

⁷ SMANIO, Gianpaolo Poggio. **As dimensões da cidadania. O cidadão como nacional do Estado: a primeira dimensão histórica.** Revista da ESMP- ano 2. Janeiro/junho 2009, p.13.

⁸ SMANIO, Gianpaolo Poggio. **As dimensões da cidadania. O cidadão como indivíduo sujeito de direitos: a segunda dimensão histórica.** Revista da ESMP- ano 2. Janeiro/junho 2009, p.14.

⁹ SMANIO, Gianpaolo Poggio. **As dimensões da cidadania. A força das revoluções: a formação da cidadania liberal.** Revista da ESMP- ano 2. Janeiro/junho 2009, p.14.

As revoluções também tiveram um papel fundamental para a construção do conceito de cidadania. A Revolução Inglesa do século XVII, que completou a transição do capitalismo comercial para o industrial, alterando o regime econômico, iniciando assim o liberalismo e a proteção dos direitos civis, a partir da Carta de Direitos (*Bill of Rights*).

As revoluções Americana do século XVIII e Francesa, trouxeram os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, como direitos naturais dos homens.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789 dá a dimensão jurídico-política da cidadania liberal ao afirmar que os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos, que coexistem na liberdade, no direito de propriedade, na segurança e na resistência à opressão.

Podemos caracterizar a afirmação da cidadania liberal, após este período revolucionário, baseada nos seguintes princípios jurídicos fundamentais: nacionalidade, direitos naturais individuais, participação política e igualdade perante a lei¹⁰.

Mesmo com o Estado liberal, mulheres, pobres e analfabetos não possuíam o mesmo direito de exercício da cidadania, existindo ainda uma diferenciação de classes econômicas e o convívio lado a lado com a escravidão, sendo considerada uma cidadania restrita. Assim, surgiu a cidadania como “status”, ou seja, os membros do Estado passaram a ser seus beneficiários em direitos e deveres, tendo a possibilidade de participar da política através dos direitos eleitorais, porém praticamente nada foi alterado no que diz respeito aos direitos sociais¹¹.

O conceito liberal de cidadania não foi capaz de prever as novas perspectivas da cidadania, a partir da qual a contemporaneidade apresenta novos desafios exigindo assim novas dimensões históricas no conceito de cidadania.

Ocorre, ainda, que, na atualidade do século XXI, a situação mundial mudou consideravelmente e novas variáveis tornam necessária uma nova perspectiva para a cidadania, que possa responder aos graves desafios contemporâneos. A exclusão social, a imigração, os novos movimentos sociais, a pluralidade religiosa e étnica, a globalização, tornam imperiosas novas dimensões de cidadania. Verifica-se, claramente, um esgotamento do modelo liberal de cidadania¹².

Diversos fatores como a livre determinação dos povos aceita pela ONU, a multiculturalidade, ou seja, o exercício de várias cidadanias e a necessidade de

¹⁰ *Ibidem*, p.15.

¹¹ SMANIO, Gianpaolo Poggio. **As dimensões da cidadania. A crise do conceito liberal da cidadania**. Revista da ESMP- ano 2. Janeiro/junho 2009, p.16.

¹² Idem. **As dimensões da cidadania. A força das revoluções: a formação da cidadania liberal**. Revista da ESMP- ano 2. Janeiro/junho 2009, p.17.

tornar a cidadania mais inclusiva fez com que os procedimentos jurídicos-políticos sofressem alterações para fosse possível o acesso a todos os cidadãos.

A dimensão da cidadania que deve ser desenvolvida é a dimensão horizontal, uma condição objetiva de acesso a direitos, mas também de comprometimento com os interesses da comunidade, como, por exemplo, a defesa ambiental, a responsabilidade social, a transparência dos negócios públicos, a distribuição de renda e a inclusão social.

A cidadania deve ser concebida como um direito, como já vimos, um direito fundamental, mas que também implique a intersubjetividade entre os cidadãos, de forma que exista dever de solidariedade entre os cidadãos. A cidadania, além de participativa, deve ser ativa, na busca da construção de uma sociedade mais livre e igualitária, através da solidariedade¹³.

Desta forma, a cidadania tem como pressuposto a liberdade necessária para que o indivíduo possa usufruir dos direitos fundamentais, sendo assim, busca a igualdade entre todos os cidadãos para que não haja distinção no exercício desses direitos, sendo imprescindível o sistema democrático de direito para que a cidadania exista de fato.

1.1 A cidadania no Brasil e a disposição dos direitos sociais, civis e políticos.

Para a compreensão de como a formação da sociedade brasileira impacta diretamente na aquisição dos direitos políticos, civis e sociais das mulheres é necessária uma imersão na história da constituição da cidadania no Brasil.

O surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria ideia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico. O ponto de chegada, o ideal da cidadania plena, pode ser semelhante, pelo menos na tradição ocidental dentro da qual nos movemos. Mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. ¹⁴

Desta forma, a cidadania sendo um fenômeno que surge a partir do contexto histórico de um país, e como o Brasil possui suas especificidades quanto à formação da cidadania, ainda conforme José Murilo de Carvalho¹⁵, no Brasil há duas diferenças em comparação com os outros países “a primeira refere-se à maior ênfase a um grupo de direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se

¹³ Idem. **As dimensões da cidadania. As novas dimensões do conceito da cidadania: a inclusão social e multiculturalidade**. Revista da ESMP- ano 2. Janeiro/junho 2009, p.18.

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 17.

¹⁵ *Ibidem*. p. 17/18.

à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros”.

Sendo assim, a cidadania é diferente no Brasil, se comparado com outros países, visto que, a ordem na qual os direitos foram implantados transforma completamente a noção de cidadania.

Além disso, existe outro fator derivado da natureza histórica da cidadania, que se tornou preponderante para determinar o local a que o cidadão pertence, o Estado-Nação¹⁶, ou seja, o indivíduo somente tem sua cidadania a partir da relação que constrói com o Estado Geográfico ao qual pertence, bem como a nação de que faz parte.

Para que seja possível compreender como a constituição da cidadania no Brasil interfere e permanece interferindo na aquisição de direitos políticos das mulheres no país, é necessário entender como esta cidadania se deu de fato, seguindo assim a formação histórica do país.

O Brasil iniciou sua formação com a colonização portuguesa, sendo assim, iniciou o processo de cidadania em meio a escravidão, pois, os escravos eram utilizados como mão de obra para praticamente todas as atividades desenvolvidas na época.

O fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão. Os escravos começaram a ser importados na segunda metade do século XVI. A importação continuou ininterrupta até 1850, 28 anos após a independência. Calcula-se que até 1822 tenham sido introduzidos na colônia cerca de 3 milhões de escravos. Na época da independência, numa população de cerca de 5 milhões, incluindo uns 800 mil índios, havia mais de 1 milhão de escravos.¹⁷

Portanto, os escravos ocupavam todas as atividades laborais do período colonial, os cidadãos de classe social mais baixa possuíam poucos escravos enquanto os de classes mais altas como os grandes fazendeiros tinham um número bem elevado.

É importante ressaltar que os escravos não eram cidadãos, não possuíam liberdade e nem direitos civis, dado que eram considerados propriedade de seus senhores devendo obedecer todas as suas ordens.

As mulheres também não eram cidadãs, já que respondiam aos homens de suas casas, sendo estes pais, maridos e irmãos, bem como só aprendiam os

¹⁶ *Ibidem*. p. 18.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 25

ensinamentos de Sant'Ana a Nossa Senhora¹⁸, assim no período colonial não se pode afirmar que tenha existido cidadania, “Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares¹⁹”.

O processo de aquisição dos direitos políticos no Brasil foi extremamente conturbado, posto que, mais da metade da população não exercia o direito de voto após a proclamação da República, além disso, os indivíduos que eram considerados cidadãos, não conheciam as práticas eleitorais de países como a Inglaterra que eram considerados modelos, não possuíam um processo de aprendizado democrático desenvolvido, nem sabiam das fraudes ocorridas nas eleições, fatores esses que contribuíram para que o início da construção da cidadania brasileira não possuísse qualquer semelhança com outros países.

Se os direitos políticos foram influenciados por diversos fatores que prejudicaram o exercício pleno da cidadania, visto que, para ser considerado cidadão é necessário que haja a igualdade entre os indivíduos, mas no início da República no Brasil nem todos puderam exercer o direito de voto, portanto não eram considerados cidadãos, com os direitos civis a herança colonial não deixou de exercer uma influência negativa.

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas.²⁰

Desta forma, a escravidão que não considerava os escravos como seres humanos, a grande propriedade rural que até os dias atuais ainda exerce seu poder, uma vez que esses proprietários ainda descumprem leis, além do interesse do Estado em privatizar suas funções, fez com que os direitos civis também não fossem exercidos plenamente pelos brasileiros.

Em meados de 1824, como os direitos civis e políticos eram precários, os direitos sociais não seriam implantados de maneira eficaz e eficiente, sendo esses

¹⁸ *Ibidem*, p. 29.

¹⁹ *Ibidem*, p. 30.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 50.

direitos oferecidos quase que exclusivamente por instituições privadas, muitas delas ligadas à igreja, como exemplo, a Santa Casa de Misericórdia, mantida pela caridade.

Segundo José Murilo de Carvalho²¹, o cidadão neste período não possuía um sentimento nacionalista, ou seja, não havia o sentimento de pertencimento ao Brasil, visto que os poucos indivíduos que possuíam um certo patriotismo mesmo que provincial só o faziam para expressar o ódio ao estrangeiro, principalmente à Portugal.

Apesar do longo período onde os direitos políticos, civis e sociais foram restritos a apenas uma parcela da população, ainda pouco instruída, o ano de 1930 pode ser considerado um divisor na história da cidadania no Brasil, pois a partir deste momento houve significativo avanço nos direitos políticos e sociais.

Uma das primeiras medidas do governo revolucionário foi criar um Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A seguir, veio vasta legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho. A partir desse forte impulso, a legislação social não parou de ampliar seu alcance, apesar dos grandes problemas financeiros e gerenciais que até hoje afligem sua implementação²².

Já os direitos políticos evoluíram de forma mais complexa, visto que, em 1937, Getúlio Vargas e os militares iniciaram um regime ditatorial, porém em 1945 após a derrubada de Vargas com a intervenção militar o Brasil passou a iniciar verdadeiramente o seu processo democrático tendo pela primeira vez um voto popular expressivo.

Em contrapartida, os direitos civis tiveram uma evolução lenta, chegando alguns a serem suprimidos na ditadura militar, como é o caso da liberdade de expressão.

Sendo o Ato Institucional 5 (AI5)²³ o que mais atingiu os direitos políticos e civis com o fechamento do Congresso, suspensão de direitos políticos e do *habeas corpus*, entre outros, sendo considerado o mais radical de todos.

Com o fim da ditadura e o advento da nova República em 1985 houve a expansão dos direitos políticos, tendo a convocação da Assembleia Constituinte em 1987-1988 com a finalidade de promulgar a Constituição de 1988, bem como eleições diretas e a lisura no processo eleitoral.

²¹ *Ibidem*, p. 83.

²² CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 91.

²³ *Ibidem*, p. 166.

A partir da Constituição Federal de 1988, os direitos sociais sofreram uma ampliação nunca antes vista, foram fixados direitos como: aposentadoria, salário mínimo, pensão para deficientes, licença paternidade, entre outros.

Os direitos civis que já existiam antes da ditadura foram recuperados e novos direitos foram criados como é o caso do *habeas data* e do mandado de injunção que são considerados remédios constitucionais junto com *Habeas corpus*, utilizados respectivamente para conseguir acesso à informação, utilizar a justiça para a aplicação de dispositivos constitucionais ainda não regulamentados e, por fim, a garantia da liberdade de locomoção com o *Habeas Corpus*.

Ainda referente aos direitos civis foi constituído o Código de Defesa do Consumidor, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, entre outros²⁴.

Apesar de todos os direitos conquistados pelos cidadãos brasileiros, ainda há muita desigualdade social, desigualdade de gênero, miséria, desemprego, analfabetismo e outros diversos problemas neste país que constituiu sua cidadania de forma completamente diversa dos demais países.

Uma das razões para nossas dificuldades pode ter a ver com a natureza do percurso que descrevemos. A cronologia lógica da sequência descrita por Marshall foram invertidas no Brasil. Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito de voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo²⁵.

Uma das principais consequências da ordem na qual os direitos sociais, políticos e civis foram implantados no Brasil é a importância exacerbada ao Poder Executivo e certo descaso para com o Poder Legislativo, como se houvesse uma hierarquia entre os poderes e o Executivo fosse o mais importante. Esta falta de preocupação com o Legislativo brasileiro, que é o responsável pela criação e fiscalização do Executivo²⁶, tem o sujeito a negociar apoio político, deixando de

²⁴ *Ibidem*, p. 211.

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 219/220.

²⁶ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **PODER LEGISLATIVO**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/institucional/assembleia/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o,Deputados%20e%20pelo%20Senado%20Federal.>> Acesso em: 07 abril 2021.

ser a base da representação de cidadania.

Na falta de representação respeitável e respeitada, o fortalecimento da república e da democracia fica dependendo sobretudo do envolvimento dos cidadãos. À primeira vista, esse envolvimento tem se limitado cada vez mais ao exercício do voto para a constituição da representação. Ora, o voto é reconhecidamente um mecanismo participativo necessário, mas insuficiente, como se tem observado em quase todos os sistemas de representação existentes no mundo²⁷

Destarte, o processo de constituição da cidadania no Brasil sofreu interferência da ordem na qual esses direitos foram implantados, as mulheres, por serem desde o período colonial excluídas dos direitos mais básicos, mesmo atualmente, são as que mais sofrem com a falta desses direitos, bem como da cidadania exercida em sua forma plena.

A falta de representatividade feminina no Poder Legislativo brasileiro faz com que as mulheres além de não se sentirem representadas, deixem de ocupar o espaço público fazendo com que esses ambientes sejam ocupados em sua maioria por homens, conforme relata a Deputada Benedita da Silva²⁸ “É importante considerar que mais mulheres nesta Casa participando é um estímulo para que outras mulheres também possam entender que podem estar onde quiser, principalmente em instâncias de poder, de decisão”, (...) “Este mundo do poder é muito masculino”, complementou.

1.2 O Patriarcado

Segundo Luciana Baruki e Patrícia Bertolin²⁹, “o patriarcado é um sistema de organização social que se estabelece a partir da dominação de gênero”, sendo assim, o patriarcado segrega, criando uma barreira que impossibilita a ascensão das mulheres aos cargos do topo.

O patriarcado se manifesta de três formas: pela marginalização feminina, quando deixa a mulher excluída dos grupos sociais; pela discriminação que impede a acessibilidade a determinados bens ou recursos, quando torna natural a

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 247.

²⁸ AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara**. Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/> > Acesso em: 04 junho 2021.

²⁹ BARUKI, Luciana Veloso Rocha Portolese. BERTOLIN, Patrícia Tuma. **MULHER SOCIEDADE E DIREITOS HUMANOS**. “Violência contra a mulher, Patriarcado e discriminação” RIDEEL, São Paulo, 2010, p. 299.

diferenciação negativa de homens e mulheres e, por fim nas situações em que a exclusão de gênero é socialmente produzida.

A sociedade patriarcal, dessa forma e por diversas outras, encarrega-se de inculcar na mulher um sentimento de inferioridade que sustentará o mecanismo de culpabilização, necessário à perpetuação da submissão, do servilismo e da sujeição³⁰.

Desta forma, o patriarcado trata a mulher com inferioridade, já que a torna submissa e sujeita aos homens, fazendo com que elas permaneçam invisíveis principalmente nos espaços públicos.

A ordem patriarcal de gênero, rigorosamente, prescinde mesmo de sua presença física para funcionar. Agentes sociais subalternos, como os criados, asseguram a perfeita operação da bem azeitada máquina patriarcal. Até mesmo a eliminação física de quem comete uma transgressão de gênero pode ser levada a cabo na ausência do patriarca por aqueles que desempenham suas funções³¹.

Mesmo no ambiente doméstico, onde à mulher cabe cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos, doentes e idosos, o trabalho reprodutivo³², a supervalorização da maternidade e intimidade, sendo considerada ideal a esposa que se dedica a quase que exclusivamente ao marido e filhos, sendo assim, tradicionalmente as mulheres têm sido educadas para guardar o lar e a família.

A felicidade feminina é construída sobre nossa adaptação pessoal ao cativeiro que nos é designado dentro de uma estrutura do patriarcalismo. Nossa definição política deriva do que nos aprisiona, de nossa relação com o poder, se caracteriza pela privação da liberdade e pela opressão. Nós, mulheres, somos cerceadas em nossa autonomia, no governo de nossos corpos, de nós mesmas. Nosso universo sociocultural é machista, heterossexual, hetero-erótico, misógino³³.

³⁰ *Ibidem*, p. 305.

³¹ SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero**. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhkL/?format=pdf&lang=pt> > p.02. Acesso em: 18 junho 2021.

³² O patriarcado alimenta a divisão sexual do trabalho, sendo assim, faz com que o trabalho seja sedimentado em duas esferas, distinguindo assim as relações sociais e de produção, o trabalho produtivo e reprodutivo. O trabalho produtivo se caracteriza como “aquele que produz riqueza e está diretamente ligado a extração de mais-valia a acumulação na sociedade capitalista”, ou seja, o trabalho que provém o sustento do lar, já o trabalho reprodutivo “é aquele ligado aos serviços ou que estão relacionados à reprodução da força de trabalho”, sendo assim, o trabalho reprodutivo é o trabalho que não gera riqueza, visto que este está diretamente ligado aos trabalhos de cuidado desenvolvido pelas mulheres fazendo com que este trabalho e quem o desempenha se torne invisível. Entretanto, mesmo invisível o trabalho doméstico é um dos alicerces do sistema capitalista, visto que, este reproduz a força de trabalho para que haja manutenção do sistema pois o trabalhador tem necessidade de alimentação, descanso e vestuário para desempenhar o trabalho produtivo que é fornecido pelo trabalho reprodutivo mesmo este sendo desvalorizado e não remunerado. FURNO, Juliana da Costa. **O Trabalho das Mulheres: entre a produção e reprodução social**. Disponível em:<https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Juliane%20Furno%209600.pdf> Acesso em: 16 janeiro 2021.

³³ BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. **Mulher, Sociedade e Vulnerabilidade**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Mulher_Sociedade_e_Vulnerabilidade.html?id=eD4qDwAA_QBAJ

As mulheres criadas nos preceitos da cultura patriarcal passaram a se isolar do espaço público, em contrapartida, as famílias burguesas passaram a atribuir a função de mobilidade social às filhas, visto que a partir de casamentos promissores elas conseguiriam alterar a condição financeira de sua família, passando a ocupar outro status econômico na sociedade.

A organização familiar dos grupos populares percorreu um caminho diferente da família nuclear burguesa, casamentos precoces uniões consensuais, alta taxa de bastardia e crianças em circulação, pois, na família popular, era comum a mulher trabalhar fora de casa para complementar a renda do marido ou até mesmo para sustentar sozinha o lar. Com isso, era frequente a circulação de crianças de uma casa para outra, que deriva da importância da família extensa como forma de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência da prole³⁴.

Desta forma, a cultura patriarcal influenciou para que a discriminação de gênero tanto nos ambientes domésticos, quanto nos ambientes de trabalho se tornasse cada vez mais comum e se perpetuasse.

Sendo assim, o mercado de trabalho com o subjugamento da mulher se aproveitou da mão de obra feminina, fazendo com que as mulheres passassem a desenvolver trabalhos precários³⁵, o trabalho das operárias passou a ser exaustivo e o das empregadas domésticas houve acúmulo de funções, como a de babá, cuidadora de idosos, cozinheira.

Existe uma invisibilidade do trabalho de reprodução social nas contas nacionais do sistema econômico. A visibilidade do processo do trabalho doméstico requer a visibilidade de uma parte significativa do sistema e reprodução social. A teoria econômica sempre teve uma visão reducionista no que tange ao trabalho de reprodução social³⁶

Além disso, o trabalho doméstico é considerado secundário por ser desenvolvido pelas mulheres, e quando conciliado com o trabalho produtivo gera uma sobrecarga nas mesmas.

O patriarcado manifesta-se não só nas relações eróticas entre os sexos, mas também nas muitas maneiras pelas quais homens e mulheres são

&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 15 janeiro 2021.

³⁴ KAMADA, Fabiana Larissa. **MULHER SOCIEDADE E DIREITOS HUMANOS. “As mulheres na história: o silêncio ao grito”** RIDEEL, São Paulo, 2010, p. 37.

³⁵ BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. SILVEIRA, Nereida Salette de Paulo da. **PRECARIZAÇÃO: PALAVRA FEMININA**. Disponível em: < <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacoJuridico/article/view/17363/13939>> Acesso em: 15 janeiro 2021.

³⁶ PICCHIO, Antonella. **Visibilidad analítica y política Del trabajo de reproducción social. In: Mujeres y Economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. CARRASCO, Cristina (org). Icaria Antrazyt. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/info/ayuda/descargatxt>>. Barcelona, 2003, p.202 Acesso em: 16 janeiro 2021.

socializados (temperamento, papel social, status): supõe-se que os homens devem ser vistos como ativos e potentes, enquanto as mulheres são percebidas como passivas e subordinadas³⁷.

Portanto, o patriarcado é responsável por valorar positivamente as condutas masculinas tornando assim o poder dos homens sobre as mulheres algo comum em todos os espaços, fazendo com que as mulheres sejam consideradas inferiores no âmbito político, social, econômico e principalmente nos lares tendo como dever realizar o trabalho reprodutivo.

1.3 A Maternidade

No presente tópico serão tratadas as questões sobre maternidade de forma mais aprofundada, buscando analisar a discriminação sofrida pelas mulheres que tem filhos ou que desejam se tornar mães.

As brasileiras além de serem responsáveis pelos cuidados com lar, se tornam responsáveis peloS cuidadoS com os filhos, visto que, ainda se perpetua a idéia de que a mãe deve zelar para que seus filhos cresçam com saúde, educação e dignidade, restando ao pai o papel de provedor do sustento.

Entretanto, a legislação beneficia o homem, dado que, é culturalmente aceitável no Brasil que pais não possuam responsabilidade afetiva com seus filhos, apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente³⁸ prever em seu artigo 4º que é dever de toda a sociedade zelar pela saúde, educação, vida, esporte e lazer das crianças, bem como prevê o art. 19 do mesmo texto normativo “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”.

Todavia, muitos homens abandonam os filhos afetivamente, realizando somente o pagamento de um valor irrisório de pensão a título de alimentos, visto que atraso no pagamento de pensão alimentícia gera prisão, conforme o artigo 528, § 3º

³⁷ BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Editora Horizonte, Vinhedo, 2012. p. 18.

³⁸ PLANALTO FEDERAL. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**. Lei 8.069/1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 17 dezembro 2020.

do Código de Processo Civil³⁹.

Segundo Belinda Mandelbaum⁴⁰, em pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo, existem três formas de abandono: o primeiro é o abandono material, que ocorre quando o genitor ou genitora deixam de prover o sustento do filho; abandono intelectual, quando o responsável pela criança não garante a educação primária do menor e, por fim, o abandono afetivo que se caracteriza quando o genitor se torna indiferente ao filho, podendo este suprir as necessidades financeiras e estudantis do menor, porém sem qualquer tipo de afeto.

Ainda, conforme a PNAD 2015⁴¹, a mãe ou madrasta era a primeira responsável da criança com menos de 4 anos.

Em 2015, das 10,3 milhões de crianças brasileiras com menos de 4 anos, 83,6% (8,6 milhões) tinham como primeira responsável uma mulher (mãe, mãe de criação ou madrasta). É o que aponta o *Suplemento Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade*, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015.

Assim, a maternidade é um fator predominante para a entrada e permanência da mulher no mercado de trabalho, uma vez que como a responsabilidade sobre os filhos normalmente é exclusivamente feminina, as mulheres não conseguem se capacitar para buscar uma oportunidade ou, ainda, sofrem com a falta de creches e de uma rede de apoio que possa contribuir com o cuidado dos filhos enquanto esta trabalha.

Quando mães trabalhadoras- responsáveis ainda pelo cuidado da casa- adentram a competição no mercado de trabalho, seu fardo é imensamente mais pesado que aquele dos homens com os quais elas pretendem concorrer. Por isso, é importante saber se o sexo foi levado em conta quando se pensou a instituição ou a/o ocupante do cargo, pois a igualdade não pode ser alcançada quando se permite que os homens elaborem a maior parte dos papéis e posições sociais relevantes com base numa preferência de gênero, isto é, de acordo com seus interesses (masculinos)⁴².

Mulheres que são mães além de sofrer com a discriminação de gênero no mercado de trabalho, possuem menor remuneração, tem dificuldades acentuadas

³⁹ PLANALTO FEDERAL. **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**. Lei 13.105/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 17 dezembro 2020.

⁴⁰ARAGAKI, Caroline. **O abandono afetivo paterno além das estatísticas**. Disponível em: <<https://www.ip.usp.br/site/noticia/o-abandono-afetivo-paterno-alem-das-estatisticas/>> Acesso em: 17 dezembro 2020.

⁴¹ IBGE. **IBGE diz que mulher é a principal responsável por criança no domicílio**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/ibge-mulher-%C3%A9-principal-responsavel-pela-crianca-no-domicilio>> Acesso em: 17 dezembro 2020.

⁴² BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Editora Horizonte, Vinhedo, 2012. p. 20.

para entrar no mercado de trabalho e redução das perspectivas do desenvolvimento da carreira.

Uma realidade que resulta, com frequência, na *dupla jornada* de trabalho feminina, cuja consequência mais visível é a concentração das mulheres em empregos de meio período e baixa remuneração, o que, por sua vez, acarreta sua dependência econômica. E mesmo que tal vulnerabilidade econômica fosse removida, por meio da garantia de uma renda mensal pelo Estado, por exemplo, a situação das mulheres ainda continuaria sendo injusta, já que a elas geralmente se colocam uma escolha: aquela que se dá entre família e a carreira, questão com a qual os homens não se veem confrontados⁴³.

Segundo pesquisa realizada pela Catho⁴⁴ em 2018, com mais de 2,3 mil de pessoas, 30 % das mulheres afirmam terem deixado o emprego por causa dos cuidados com os filhos, enquanto isso somente 7% dos homens teve que deixar o trabalho para cuidar dos filhos. A pesquisa ainda mostrou que as mulheres tem medo de ter que faltar ao trabalho se os filhos adoecerem, chegar atrasada para ir a uma reunião escolar ou por causa da exaustão.

As mães se preocupam com o retorno logo após a licença maternidade por medo de perder o emprego, elas voltam em média após três meses de nascimento do bebê.

A perda de oportunidades também é um fator relevante, dado que, 47% das mães já deixaram de assumir cargos mais elevados ou promoções por saber que seria impossível conciliar a maternidade e o trabalho sozinhas.

E, por fim, as mães ficam mais preocupadas e angustiadas pela incerteza de conseguirem conciliar trabalho e maternidade. Um fator que auxilia isso é a falta de investimento em políticas públicas, como o acesso gratuito a creches para todas as mães, incentivos para que as empresas não dispensem as mães ou discrimine as mulheres em idade fértil pelo simples fato de poderem ter um filho; talvez tudo isso ajudasse a reduzir essa discriminação com a maternidade, visto que o mercado de trabalho precisa de novos trabalhadores e a taxa de natalidade no Brasil tem se reduzido dia após dia⁴⁵.

⁴³ Ibidem, p. 27.

⁴⁴ CATHO. **Mulheres no mercado de trabalho: panorama da década**. Disponível em: <<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/o-mercado-de-trabalho/mulheres-no-mercado-de-trabalho-panorama-da-decada/>> Acesso em: 17 dezembro 2020.

⁴⁵ Segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados “entre 1970 e 2020, a participação das crianças na população do Estado de São Paulo caiu pela metade. Das pessoas viviam em São Paulo em 1970, 30% tinham até 12 anos de idade; em 2020, as crianças nessa faixa etária representam 15% da população paulista. SEADE. Menos crianças, mais velhos. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/menos-criancas-mais-velhos/>> Acesso em: 15 abril 2021.

1.4. A Divisão sexual do trabalho

Para que seja possível compreender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para entrar e permanecer no mercado de trabalho é necessário compreender como ocorre a divisão sexual do trabalho e de que forma ela interfere no trabalho feminino, visto que separando os agentes que desenvolvem o trabalho produtivo dos que desempenham o trabalho reprodutivo ocorre uma segregação.

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitats: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais⁴⁶.

A divisão sexual do trabalho se efetiva a partir da separação de tarefas e funções consideradas próprias de cada sexo e da relação que se estabelece entre elas, assim como sobre aqueles (as) que as exercem. Esse tema é muito importante para o feminismo, pois é a partir da divisão sexual do trabalho que o papel social pré-determinado para cada gênero é desempenhado.

A divisão sexual do trabalho, que, por sua vez, acentua a precarização do trabalho feminino, apresentando-se, de inúmeras formas: salários mais baixos, possibilidades inexistentes ou ínfimas de promoção e de qualificação profissional, e também por outras formas mais sutis⁴⁷.

Ricardo Antunes⁴⁸ trata sobre a divisão sexual do trabalho, demonstrando que as áreas mais desenvolvidas tecnologicamente são ocupadas por homens e as áreas com trabalho minucioso e manual são ocupadas por mulheres, demonstrando assim, que elas desempenham as funções com maior grau de atenção, visto que são criadas para desenvolver o papel social de cuidados.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. **A DOMINAÇÃO MASCULINA**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1> Acesso em: 16 janeiro 2021.

⁴⁷ BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. SILVEIRA, Nereida Salette de Paulo da. **PRECARIZAÇÃO: PALAVRA FEMININA**. Disponível em: < <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacoJuridico/article/view/17363/13939>> p. 9. Acesso em: 15 janeiro 2021

⁴⁸ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 202.

A incorporação da mulher no mercado de trabalho é, por certo, um momento importante da emancipação parcial das mulheres, pois anteriormente esse acesso era muito mais marcado pela presença masculina. Mas (...) o capital fez isso a sua maneira (...). O capital reconfigurou uma nova divisão sexual do trabalho. Nas áreas onde é maior a presença de capital intensivo, de maquinário mais avançado, predominam os homens. E nas áreas de maior trabalho intensivo, onde é maior ainda a exploração do trabalho manual, trabalham as mulheres. (...) E quando não são as mulheres, são os negros, e quando não são os negros são os imigrantes, e quando não são os imigrantes são as crianças, ou todos eles juntos!

O trecho supracitado ainda demonstra a discriminação sofrida pelas “minorias”, ou seja, mulheres, negros, imigrantes e crianças, apesar de negros e mulheres não serem minoria numérica no Brasil, se tornam minorias se considerarmos quem exerce o poder, uma vez que são tratados de forma desigual, principalmente no mercado de trabalho, sendo que, as mulheres permanecem recebendo baixa remuneração e trabalhando em funções inferiores as dos homens.

As mulheres, ainda são tratadas com discriminação no ambiente laboral, porque, são consideradas frágeis ou com a capacidade intelectual reduzida para desempenhar algumas funções e, mesmo que a sociedade patriarcal seja contrária à permanência da mulher no mercado de trabalho, o sistema capitalista passou a se aproveitar cada vez mais da polivalência feminina, tratando de incluir as brasileiras nos postos de trabalho, afinal necessita de mão de obra barata, que aceite trabalhar em jornadas exaustivas e em condições precárias.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde os séculos passados vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta. A intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego a tecnologia de então. A máquina já havia sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano, não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa⁴⁹.

A partir da década de 80, no Brasil, as mulheres passam a ocupar cargos em empresas menores, com a possibilidade de terceirização do trabalho elas agora passam a integrar a linha de produção em atividades repetitivas, entrando cada vez

⁴⁹ SAFFIOTI, Heleieth.I.B.- **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1979. p. 36.

mais no mercado de trabalho nas últimas décadas, vejamos:

Até porque o capital percebeu que a mulher exerce atividades polivalentes, no trabalho doméstico e, além dele, no trabalho fora de casa, o capital tem utilizado e explorado intensamente essa polivalência do trabalho da mulher. O capital percebeu a polivalência feminina no trabalho produtivo e utiliza e explora isso intensamente. Já explorava o trabalho feminino no espaço doméstico, na esfera da reprodução, ampliando a exploração para o espaço fabril e de serviços (...) ⁵⁰.

Além de produzir efeitos sobre a situação da mulher no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho também impacta os lares brasileiros, visto que mulheres permanecem realizando mais trabalhos domésticos que os homens.

Em primeiro lugar, retornando ao velho tema da família, um tanto obscurecido pelas preocupações feministas de projetar a mulher na esfera pública e nas instituições políticas. Tal retorno se justifica, à medida que a aplicação da abordagem da dominação à igualdade entre os sexos faz emergir, como problemas centrais, a distribuição desigual do trabalho doméstico e das responsabilidades na família e no local de trabalho. Uma abordagem que se pauta pela ideia da dominação entre os gêneros suscita, portanto, questões complicadas quanto às concepções do público e do privado⁵¹.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵², em 2019, as mulheres realizavam 21,4 horas de trabalho doméstico semanal, enquanto homens somente 11 horas semanais, os dados ainda demonstram que entre 2016 a 2019 essa diferença aumentou de 9,9 para 10,4 horas semanais.

Além disso, lembram várias feministas, deve-se refletir sobre os motivos pelos quais o trabalho doméstico não recebe reconhecimento público. Mesmo quando homens e mulheres compartilham o trabalho não remunerado da casa, o sexismo pode estar presente: ele se manifesta, por exemplo, na *avaliação* (negativa) do trabalho doméstico, tido como inferior, indigno e/ou degradante, e não somente na sua distribuição; e a depreciação manter-se-á enquanto tal *trabalho feminino* for socialmente desvalorizado, protestam as críticas feministas⁵³.

Assim, as mulheres permanecem realizando mais trabalhos reprodutivos que os homens, essa desigualdade foi acentuada nos últimos anos.

Enquanto dos homens esperava-se a atuação nos grandes e pequenos

⁵⁰ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 203.

⁵¹ BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Editora Horizonte, Vinhedo, 2012. p. 25.

⁵² AGÊNCIA IBGE. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=Em%202019%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com,0%20horas%20para%20os%20homens.>> Acesso em: 16 dezembro 2020.

⁵³ BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Editora Horizonte, Vinhedo, 2012. p. 27.

temas sociais do âmbito *público* da sociedade civil (negócios, jornais, clubes, indústria, sindicatos etc.), as mulheres eram confinadas à esfera doméstica do trabalho na casa e da (re) produção – biológica e moral – unidade familiar, isto é, ao âmbito *privado* (doméstico) da sociedade civil: o lar e suas *prendas*⁵⁴.

Mesmo com a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho brasileiro, o trabalho feminino permanece sendo desvalorizado, uma vez que, é considerado um trabalho “leve” por não ser desempenhado com elevada força física. Este trabalho é visto como secundário na composição de renda familiar, pois o salário da mulher ainda é considerado complementar, sendo essa afirmação um equívoco, pois, mesmo que o salário seja menor do que o dos homens as mulheres dedicam mais tempo aos afazeres domésticos que é um trabalho não remunerado.

Com relação à menor participação feminina na força de trabalho, um fator já amplamente abordado em relatórios estatísticos e na literatura acadêmica é a divisão por gênero das atividades domésticas. Conforme os resultados para 2019 do módulo da PNAD Contínua sobre outras formas de trabalho, a taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio ou em domicílio de parente era 92,1% para as mulheres e 78,6% para os homens e a de cuidados de moradores ou de parentes não moradores, 36,8% e 25,9%, respectivamente⁵⁵.

Assim, as mulheres recebem salários menores e ocupam menos o mercado de trabalho formal⁵⁶, porém permanecem realizando mais atividades domésticas e trabalhos informais que os homens, desta forma, contribuírem com a composição da renda familiar.

Portanto, devido às dificuldades enfrentadas pelas mulheres para ter seus

⁵⁴ *Ibidem*, p. 32.

⁵⁵ IBGE. **SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>> p. 31. Acesso em: 14 junho 2021.

⁵⁶ Segundo dados do IBGE, divulgados em 2020 as mulheres em 2019 ganhavam menos que os homens e o fator raça ainda aumenta essa desigualdade. “Em 2019, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 73,4% mais do que a de cor ou raça preta ou parda, e os homens, 29,6% mais que as mulheres. Os resultados indicam uma desigualdade estrutural, dado que esses diferenciais, salvo pequenas oscilações, permanecem ao longo de toda a série”, ainda sobre o trabalho informal os negros ou pardos permanecem sendo maioria a ocupar as atividades informais e as mulheres nas atividades domésticas informais, “A população preta ou parda estava mais inserida em ocupações informais em todas as Unidades da Federação, quando comparada à população branca.”(...) “Quanto à desagregação por sexo, a proporção de homens e mulheres em ocupações formais e informais é semelhante, embora tenham registrado concentrações distintas nas categorias de ocupação informal. Enquanto os homens tinham maior participação em empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria, as mulheres estavam em maior proporção no trabalho auxiliar familiar, além de compor quase que integralmente o trabalho doméstico sem carteira” IBGE. **SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>> p. 40. Acesso em: 14 junho 2021.

direitos garantidos no Brasil, a busca por esses direitos teve seu início a partir de movimentos capazes tanto de conscientizar e trazer outras mulheres para a luta, quanto preciosar os líderes e governantes para colocar em pauta a participação da mulher também fora do ambiente doméstico ou do setor de cuidados.

A luta pela conquista da igualdade de direitos das mulheres se iniciou timidamente nas primeiras constituições, mas com advento de movimentos como o feminista e da persistência de outras mulheres que não faziam parte do movimento, foi possível que tanto as Constituições trouxessem novos direitos às mulheres, quanto outras leis sofressem modificações para também garantir direitos a elas. Neste sentido procurou-se, apresentar os principais movimentos, mulheres precursoras na busca por direitos e os avanços nas Constituições brasileiras no próximo capítulo.

2. SÍNTESE HISTÓRICA DOS PRINCIPAIS MOVIMENTOS E DIREITOS POLÍTICOS ADQUIRIDOS PELAS BRASILEIRAS.

2.1 A mulher no constitucionalismo brasileiro.

No presente capítulo será tratado sobre os principais direitos adquiridos pelas mulheres no Brasil, bem como os movimentos que mais contruíram para a aquisição desses direitos, para esta pesquisa foram utilizadas como fontes principais as constituições brasileiras, os dados foram levantados dando enfoque aos direitos políticos.

Esta dissertação delimitará a citação do poder Executivo, apenas para demonstrar as principais dificuldades enfrentadas pela primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Brasil até o momento.

A Constituição de 1824⁵⁷, que foi elaborada pela política imperial não trouxe direitos às mulheres, pois, tanto elas quanto os escravos não eram considerados cidadãos, logo, não possuíam direitos políticos, a exceção foi a citação das mulheres no texto constitucional especificamente no artigo 117, quando se tratava da sucessão do Império⁵⁸.

É importante esclarecer que para a Constituição de 1824, os únicos considerados cidadãos eram os homens, brancos, acima dos 25 anos e/ou quem possuísse 100 mil réis, porém como mulheres e negros não eram considerados cidadãos era bem restrita a cidadania e o poder de exercê-la nesta época. Além disso, até o ano 1979, só era possível o estudo para meninas até o segundo grau.

A Constituição de 1891, foi elaborada por um Congresso Constituinte, institui o voto universal para todos os homens alfabetizados a partir dos 21 anos, houve breves discussões sobre o voto feminino, porém não foi promulgado qualquer artigo que tratasse do assunto, sendo assim elas permaneceram não podendo votar⁵⁹.

Mesmo após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, não houve qualquer avanço nos direitos políticos das mulheres no Brasil, contudo em

⁵⁷ PLANALTO FEDERAL. **CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 02 dezembro 2020.

⁵⁸ SANTOS, Tânia Maria dos. **A MULHER NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS**. Disponível em:< [http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Mulher%20e%20CF%20%20Final%20tania .pdf](http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Mulher%20e%20CF%20%20Final%20tania.pdf)> Acesso em: 14 novembro 2020.

⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 45.

1927, elas puderam votar e serem votadas no Rio Grande do Norte (RN).

No dia 25 de outubro de 1927, pela Lei estadual nº 660, as mulheres brasileiras puderam, pela primeira vez, no Rio Grande do Norte, ter reconhecido o direito de votar e serem votadas. O Artigo 77 das Disposições Gerais do Capítulo XII da referida lei determinava: “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”. Era governador do estado José Augusto Bezerra de Medeiros, que seria substituído na administração estadual por Juvenal Lamartine de Faria no ano de 1928. Ambos eram líderes políticos do sertão inseridos nas relações oligárquicas da *República Velha*⁶⁰.

A primeira mulher a exercer o direito de votar no Brasil foi Celina Guimarães Viana, na cidade de Mossoró/ RN⁶¹.

Assim, não havia muitos cidadãos que pudessem votar na época, e estes nem sequer sabiam como votar, visto que a maioria dos votantes eram os mesmos que detinham o poder no período colonial.

Os resultados eleitorais eram às vezes absurdos, sem nenhuma relação com o tamanho do eleitorado. Com razão, dizia um jornalista em 1915, que todos sabiam que “o exercício da soberania popular é uma fantasia e ninguém o toma a sério”. Mas, apesar de todas as leis que restringiam o direito ao voto e todas as práticas que deturpavam o voto dado, não houve no Brasil, até 1930, movimentos populares exigindo maior participação eleitoral. A única exceção foi o movimento pelo voto feminino, valente, mas limitado. O voto feminino acabou sendo introduzido após a revolução de 1930, embora não contasse no programa dos revolucionários⁶².

O Código Eleitoral de 1932⁶³, trouxe a possibilidade do voto feminino em seu artigo 2º, preveu a possibilidade de voto para maiores de 21 anos independente do sexo “Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”, entretanto, somente as mulheres casadas, com autorização dos maridos, e as viúvas e solteiras que tivessem renda própria.

O voto secreto protegia o eleitor das pressões dos caciques políticos; a justiça eleitoral colocava nas mãos de juizes profissionais a fiscalização do

⁶⁰ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Os 80 anos do voto de saias no Brasil- TRE-RN**. Disponível em: <<https://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>> Acesso em: 04 dezembro 2020.

⁶¹ RANKBRASIL. **Primeira mulher a conquistar o direito de voto**. Disponível em: <http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06N6/Primeira_Mulher_A_Conquistar_O_Direito_De_Voto> Acesso em: 04 dezembro 2020.

⁶² CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 48.

⁶³ PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **DECRETO Nº 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 03 dezembro 2020.

alistamento, da votação, da apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos. O voto secreto e a justiça eleitoral foram conquistas democráticas. Houve também avanços na cidadania política. Pela primeira vez, as mulheres ganharam o direito ao voto⁶⁴.

Já na Constituição de 1934, as mulheres passaram a ter o direito ao voto obrigatório, mas somente quando estas exercessem função pública remunerada, elas iriam poder pela primeira vez participar de uma eleição como candidatas. Nas eleições de outubro do mesmo ano, foi eleita a primeira deputada federal do Brasil, Carlota Pereira de Queirós permanecendo na Câmara até novembro de 1937. Ocorreram também avanços no âmbito trabalhista, posto que foram proibidas as diferenças salariais entre os funcionários que ocupavam o mesmo cargo em razão do sexo. Ainda, houve a exclusão do trabalho feminino em atividades insalubres, a constituição da licença maternidade com remuneração garantida pela Previdência Social, além da garantia médica e sanitária, “Seu mandato foi em defesa da mulher e das crianças, trabalhava por melhorias educacionais que contemplassem melhor o tratamento das mulheres. Ela publicou uma série de trabalhos em defesa da mulher brasileira⁶⁵”.

Além de representante feminina, única nesta Assembléia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas. (...) Quem observar a evolução da mulher na vida, não deixará por certo de compreender esta conquista, resultante da grande evolução industrial que se operou no mundo e que já repercutiu no nosso país. (...) O lugar que ocupo neste momento nada mais significa, portanto, do que o fruto dessa evolução.

Entretanto, o direito ao voto feminino sem discriminação de classe social, passou a ser disciplinado pelo Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, por Getúlio Vargas, visto que a constituição de 1937 previa a obrigatoriedade do alistamento eleitoral para os brasileiros de ambos os sexos.

A primeira mulher a ser eleita no Brasil como prefeita foi Luíza Alzira Soriano Teixeira, no município de Lajes, sendo também a primeira a assumir uma prefeitura na América Latina em 1929, no Rio Grande do Norte, o que só foi possível, pois o Rio Grande do Norte foi pioneiro ao possibilitar o voto feminino no Brasil, como já

⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 105.

⁶⁵ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Carlota Pereira de Queirós**. Disponível em: < <https://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/biografias/carlota-pereira-de-queiroz> > Acesso em: 04 dezembro 2020.

mentionado anteriormente⁶⁶. Contudo, o mandato de Luíza durou apenas sete meses, em virtude desta discordar do governo de Getúlio Vargas.

A Constituição de 1946, não alterou o direito ao voto feminino passando finalmente a ser ampliado a todas as mulheres, com a exclusão da distinção por sexo que era citada na Constituição anterior, também trouxe previsão expressa a cerca da assistência e previdência em favor da maternidade, conforme artigo 157 e incisos XIV e XVI, bem como artigo 164.

Cumprir destacar neste período, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), através do decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, que foi um dos maiores avanços em relação as mulheres, uma vez que trouxe direitos trabalhistas a elas.

Já na Constituição de 1967, não houveram alterações significativas referente as mulheres, pode se destacar somente a redução do prazo para a aposentadoria, de 35 para 30 anos. A emenda constitucional nº 1 de 1969 não trouxe alterações substanciais quanto ao tema.

E por fim, a Constituição Federal de 1988, que foi responsável pelo maior número de direitos conquistados pelas mulheres no Brasil, é considerada uma Constituição garantista, visto que foi instituída em um período de redemocratização após a ditadura militar.

A Constituição de 1988 eliminou o grande obstáculo ainda existente à universalidade do voto, tornando-o facultativo aos analfabetos. Embora o número de analfabetos tivesse reduzido, ainda havia em 1990 cerca de 30 milhões de brasileiros de cinco anos de idade ou mais que eram analfabetos. Em 1988, 8% dos eleitores eram analfabetos. A medida significou, então a ampliação importante da franquia eleitoral e pôs fim a uma discriminação injustificável. A Constituição foi também liberal no critério de idade. A idade anterior para a aquisição do direito do voto, 18 anos, foi abaixada para 16, que é a idade mínima para a aquisição de capacidade civil relativa. Entre 16 e 18 anos, o exercício do direito do voto tornou-se facultativo, sendo obrigatório a partir dos 18⁶⁷.

É de suma importância ressaltar que a formulação da Constituição de 1988, assegurou a participação popular. No que se refere à participação feminina, destaca-se a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, que compilava as principais reivindicações dos movimentos de mulheres.

⁶⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Semana da mulher: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-soriano>>. Acesso em: 04 dezembro 2020.

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 202.

Como um dos principais avanços a Carta Magna trouxe em seu artigo 5º o princípio da isonomia, ou seja, demonstrando que todos são iguais perante a Lei sem distinções, como podemos verificar a seguir ⁶⁸:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
'I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Todavia, mesmo a igualdade sendo explícita no texto constitucional, esta beneficia somente a quem possui forças e poderes decisórios desiguais, posto que, se somente uma minoria detém os cargos mais altos e, assim, o poder de decisão; a lei se torna desigual quando equipara as pessoas, pois acaba por sedimentá-las em um país com uma imensa diversidade de pessoas.

A Constituição de 1988, prevê ainda em seu texto, a proibição da discriminação do trabalho da mulher devido ao gênero, a abertura do contexto jurídico para o ordenamento internacional, que visa a igualdade de gênero com a ratificação das Convenções Internacionais como: a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, de 1979, a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, de 1993, o Plano de Ação da Conferência Mundial sobre População e desenvolvimento do Cairo, de 1994 e a Declaração e a Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim de 1995.

A declaração da Plataforma de Beijing⁶⁹, 1995, traz em um de seus princípios a importância sobre a dissiminação da igualdade de gênero em todos os setores das políticas públicas, ela versa sobre medidas capazes de garantir que as mulheres possuam acesso às estruturas de poder e as decisões, permitindo, ainda, que elas participem tanto dos cargos de maior hierarquia na esfera pública, quanto das decisões, visando assim o empoderamento feminino.

O documento aponta ainda como causas da sub-representação das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisões: a divisão sexual do trabalho, que aumenta os custos de participação feminina em tais arenas, a existência de estereótipos, atitudes e práticas discriminatórias, que atuam

⁶⁸ PLANALTO FEDERAL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 05 dezembro 2020.

⁶⁹ IPEA.REZENDE, Daniela Leandro. **Mulher no poder e na tomada de decisões**. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_g_mulher_no_poder_e_na_tomada_de_deciso es.pdf> Acesso em: 12 dezembro 2020.

como barreiras à presença das mulheres em partidos políticos, órgãos governamentais, sindicatos e em cargos de direção no setor privado, o que termina por constranger o desenvolvimento das capacidades e habilidades associadas à liderança⁷⁰.

Apesar do incentivo para que o Brasil efetivasse a igualdade de gênero, o país de 1999 a 2014, permaneceu utilizando o sistema de sub-representatividade feminina nos espaços de poder e tomada de decisões.

As mulheres adquiriram diversos direitos no Brasil, porém não se pode esquecer que elas ainda lutam contra a discriminação de gênero nos mais variados ambientes laborais, inclusive no político, visto que não possuem representação necessária para buscar seus direitos e, com isso os assuntos que são fundamentais para que esse quadro mude, nem sequer chegam ao legislativo e quando acontece são engavetados, deixando novamente as mais interessadas fora das discussões de pauta que são de interesse majoritariamente feminino.

É importante ressaltar também, que com o advento do movimento feminista e com a constante busca por liberdade e direitos, as mulheres conseguiram aos poucos conquistar seu espaço no mercado de trabalho, contudo ainda permanecem recebendo menos, ocupando a maior parte dos trabalhos mais precários, sobretudo os terceirizados e, são minoria na política.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres para entrar e permanecer no mercado de trabalho são inúmeras, e ao primeiro sinal de crise política econômica, elas são as primeiras a sofrer com o desemprego, são as mais afetadas pela precarização do país. Segundo o IBGE⁷¹, na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) verificou-se que no primeiro trimestre de 2019 as mulheres continuavam sendo a maioria dos desocupados no Brasil, sendo a taxa de desocupação delas 36,7% maior que a dos homens. Além disso, o nível de ocupação dos homens permaneceu em 63,7%, mais elevado que das mulheres 44,9%.

2.2 Movimentos e mulheres que influenciaram na aquisição de direitos femininos no Brasil.

⁷¹ IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua 2019. **Mercado de trabalho brasileiro**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/commediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf>> Acesso em: 12 janeiro 2020.

Neste tópico serão tratadas questões a cerca dos movimentos e mulheres que influenciaram direta ou indiretamente na aquisição de direitos femininos no Brasil.

O movimento feminista no Brasil se formou a partir da trajetória de diversas mulheres que buscaram seus direitos ao longo do tempo, sendo assim, não pode ser considerado um movimento com surgimento em determinado momento, apesar de ter seu apogeu em meados do século XIX, este se constituiu na luta diária de mulheres contra as desigualdades, pelo direito ao voto e a educação permanecendo até os dias atuais, mesmo tendo passado por várias modificações.

É importante ressaltar, que nem todas as mulheres que lutaram por seus direitos se intitulavam feministas e muitas nem sequer sabiam quanto sua luta mesmo que solitária poderiam impulsionar outras mulheres a se organizar para buscar direitos igualitários. Algumas das mulheres citadas a seguir não fizeram parte do movimento feminista no Brasil, mas trouxeram importantes contribuições para que fosse alcançada a igualdade de gênero.

Desa maneira, a teoria política feminista no Brasil ainda é prematura, já que, as questões políticas femininas são voltadas aos pleitos eleitorais conforme Birole e Miguel⁷²:

No Brasil, a penetração da teoria política feminista ainda é incipiente. A maior parte da ciência política, aqui como em outros países, se prende a modelos simplistas, que estilizam por completo as motivações dos agentes políticos e se limitam a um conjunto bastante restrito de questões, sobretudo os processos eleitorais, o comportamento legislativo e as relações entre os poderes. É uma ciência política sem pegada teórica, fortemente vinculada ao senso comum, portanto incapaz de aderir à agenda de pesquisa que a teoria feminista abre.

Ainda, é importante esclarecer que as mulheres que tiveram destaque no movimento feminista não podem ser consideradas as únicas a iniciarem a busca por igualdade de gênero, pois, em meados do século XIX, além de só receberem destaque quem possuía muitos bens, as mulheres consideradas precursoras no movimento feminista são brancas, pertencentes a classes sociais mais elevadas e com estudo, porém existem mulheres brasileiras que também fizeram diferença nos direitos que a mulher brasileira possui atualmente e que foram pouco ou nunca citadas pela história como é o caso de Rita Ribeira.

⁷² BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Editora Horizonte, Vinhedo, 2012. p. 10.

Rita Ribera⁷³ foi a primeira mulher negra a votar na América do Sul, esta era uma migrante brasileira com noventa anos de idade, tendo exercido o direito de voto no Uruguai, na cidade de Cerro de Chato em 3 de julho de 1927, em um plebiscito local, não há imagens para que possam mostrar Rita⁷⁴ exercendo o direito de voto, afinal na época somente tiravam retratos quem possuía condição financeira para tal.

Uma das precursoras no movimento feminista brasileiro foi Dionísia Gonçalves Pinto, denominada pelo pseudônimo de Nísia Floresta, a escritora de origem nordestina foi responsável pelas primeiras publicações em jornais em meados de 1840⁷⁵, sendo ainda responsável pela direção de um colégio para moças no Rio de Janeiro. Além de publicar nos jornais, escreveu alguns livros como os “Direitos das mulheres e injustiças dos homens” e “Conselhos a minha filha (1842); Opúsculo humanitário (1853) e A Mulher (1859)”, buscando sempre retratar as desigualdades de gênero.

Outra mulher de fundamental importância foi Bertha Lutz, paulistana que influenciou diretamente a inclusão das mulheres na política, articulando para que as elas tivessem direito ao sufrágio universal, participou da constituição do movimento sufragista. Bertha teve influência do movimento feminista europeu e participou diretamente da elaboração da Constituição de 1934, tendo assumido o cargo de deputada federal por pouco mais de um ano⁷⁶.

Maria Ernestina Carneiro Santiago Manso Pereira conhecida como Amente obteve o direito de votar e ser votada em 1929, a partir da concessão de um Mandado de Segurança, concorreu como deputada Federal. Era advogada, e também escritora e contribuiu para o movimento feminista brasileiro a partir do movimento sufragista da Europa onde cursou direito.⁷⁷

Patrícia Rehder Galvão, conhecida pelo pseudônimo Pagu, paulista nascida em São João da Boa Vista, foi poeta, jornalista, escritora, desenhista, tradutora e

⁷³ RANKBRASIL. Op. Cit. p.01.

⁷⁴ Rita Ribera foi uma mulher negra que realizou o primeiro voto feminino na América do Sul, além de realizar um feito, visto que mulheres não votavam na América do Sul nesta época, ainda superou a dupla discriminação de gênero e raça pois era uma mulher negra, em julho de 1927, no plebiscito do Uruguai, que foi o primeiro país latino americano a possibilitar o direito de voto as mulheres. O correio do estado. **Rita Ribera foi a primeira mulher da América do Sul a exercer o direito ao voto.** Disponível em: < <https://correiodoestado.com.br/cidades/rita-ribera-foi-a-primeira-mulher-da-america-do-sul-a-exercer-o-direito-ao-voto/143274>> Acesso em: 16 janeiro de 2021.

⁷⁵ EBC. **Conheça 8 mulheres que influenciaram a luta pelos direitos femininos no Brasil.** Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil>> Acesso em: 04 dezembro 2020.

⁷⁶ *Ibidem.*

⁷⁷ *Ibidem.*

diretora de teatro, participou do movimento comunista e foi à primeira mulher a ser presa no Brasil por motivações políticas no governo de Getúlio Vargas em 1935. Defendia o direito das mulheres pobres e lutava contra a imposição conservadora do papel da mulher na sociedade brasileira⁷⁸.

Laudelina de Campos Melo, mineira, trabalhou desde os sete anos como empregada doméstica, quando adulta fundou a primeira Associação de Trabalhadores Domésticos do país, filiou-se ao Partido Comunista brasileiro, sempre teve muita articulação política e lutou pelos direitos de negros e pobres, principalmente dos trabalhadores domésticos, influenciou diretamente na criação do Sindicato dos Trabalhadores domésticos no ano de 1988, sendo de extrema importância para a categoria conquistar os direitos trabalhistas e previdenciários.

Rose Marie Muraro nasceu no Rio de Janeiro, foi precursora do feminismo no Brasil nas décadas de 60 e 70, traduzindo livros estrangeiros feministas e os editando, sua trajetória foi focada na busca de igualdade de direitos para as mulheres. Em 2005, foi considerada patrona do Feminismo no Brasil pelo governo Federal⁷⁹.

Não somente no Brasil, mas no mundo todo o movimento feminista luta contra as desigualdades de gênero, visando os mesmos direitos civis, sociais e políticos as mulheres.

Os estudos feministas concentraram-se, então, em denunciar as gritantes desigualdades de gênero que atingiam a maior parte das mulheres nas mais variadas sociedades. Feministas, em geral, especialmente o feminismo de matriz liberal lutava, naquele momento, pelos direitos legais e políticos das mulheres e pela justeza dos arranjos político-institucionais: o movimento pelo sufrágio universal feminino, por exemplo, enfatizava a injustiça inerente à negação do direito de voto às mulheres e reivindicava, principalmente, a igualdade de direitos entre homens e mulheres; depois, passou a exigir a igualdade de gênero no mercado de trabalho: direitos aos mesmos salários e oportunidades iguais⁸⁰.

Sendo assim, a corrente feminista liberal tinha como objetivo a liberdade e igualdade de todos a partir da interferência estatal, porque para esta vertente o Estado é responsável por garantir os dois direitos, sendo as mulheres consideradas indivíduos que merecem o tratamento igual perante a lei.

⁷⁸ EBC. **Conheça 8 mulheres que influenciaram a luta pelos direitos femininos no Brasil.** Disponível em: <<https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil>> Acesso em: 04 dezembro 2020.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras.** Editora Horizonte, Vinhedo, 2012. p. 18

Entretanto, mesmo após conquista de direitos políticos e trabalhistas as mulheres permaneceram em desvantagem, pois o raciocínio de que apenas a concessão dos direitos de forma material pelo Estado seria suficiente para resolver a questão de desigualdade de gênero, não funcionou efetivamente:

Segundo esse raciocínio, a concessão de direitos plenos às mulheres poria fim à desigualdade de gênero existente. O problema que se verificou, no entanto, com a conquista de direitos políticos e trabalhistas formalmente iguais pelas mulheres, foi o de que as injustiças e desigualdades sexuais persistiam, apesar da suposta proteção oferecida pelo aparato jurídico estatal às mulheres. Percebeu-se que, mesmo onde as leis eram neutras em relação ao gênero, as mulheres permaneciam em desvantagem, como ocorria em boa parte das democracias liberais ocidentais, nas quais não havia mais proibição de atividade política às mulheres. Constatou-se que mesmo garantindo-se direitos iguais à mulheres, a sua subordinação, tanto dentro da família quanto nos postos de trabalho, bem como a sua remuneração inferior pelo mesmo trabalho executado, não se alterava: elas continuavam minoritárias nas posições de poder político ou de influência

⁸¹.

Logo, não é tão simples reduzir ou eliminar a desigualdade de gênero, afinal, se não houver a participação das mulheres também nos espaços políticos elas permanecerão subordinadas aos homens e as leis constituídas por eles, sendo assim, é de extrema importância permitir que as mulheres participem do sufrágio universal completo, ou seja, tendo assegurado tanto o direito de votar, quanto de ser votada.

2.3 O Movimento Sufragista no Brasil

Neste tópico será tratado sobre o movimento sufragista no Brasil, as suas principais conquistas, a formação deste movimento no país e como este influencia contemporaneamente nas mudanças.

O movimento sufragista⁸² surgiu a partir da insatisfação das mulheres que passaram a questionar a participação delas na tomada de decisão no país, visto que o voto feminino só foi permitido no Brasil a partir do Código Eleitoral de 1932, por isso, algumas mulheres passaram a questionar a exclusão feminina do direito de votar e ser votada.

⁸¹ *Ibidem*, p. 19.

⁸² KARAWCZYK, Mônica. **O voto feminino no Brasil**. Disponível em: <<http://querepublica.eessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html>> Acesso em 03 dezembro 2020.

Para as sufragistas⁸³, era necessário participar das discussões de assuntos como a política, educação e economia, por exemplo, pois se sentiam excluídas das decisões que impactavam diretamente suas vidas, uma vez que quando o voto era permitido somente para homens, brancos e ricos, não existiam políticas públicas voltadas às mulheres já que mulheres eram consideradas seres inferiores.

As brasileiras pertencentes ao movimento sufragista também buscavam concretizar a cidadania feminina a partir do direito de votar e ser votada; um grande passo foi dado em 1910, quando foi constituído o Partido Republicano Feminino, sendo esta a primeira associação feminina no país que lutou pelo sufrágio universal especificamente, o partido era liderado por Leolinda Figueiredo Daltro.

Em 1920, foi constituída a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher que posteriormente passou a se chamar Federação brasileira pelo Progresso Feminino, contou com a participação de Bertha Lutz em sua fundação, buscando como objetivo principal garantir os direitos políticos femininos, a fim de dar mais legitimidade à associação Bertha se juntou ao movimento feminista internacional.

Mesmo com o a finalidade de mudar a mentalidade feminina para se atentar mais as decisões tomadas pelo poder público e a política, as sufragistas tiveram muita dificuldade, porque não era só necessário convencer as mulheres de que elas poderiam passar a ocupar novos espaços, inclusive cargos políticos, ainda havia a questão de lidar com a mentalidade dos homens que tinham plena convicção de que o mundo feminino se restringia aos cuidados com os filhos, idosos e com o lar, isso fez e ainda faz com que o machismo e a misoginia estejam enraizados na cultura e nos costumes brasileiros.

Apenas em 1932, o voto feminino foi possível em território nacional, neste período surgiram mais duas associações a Associação Feminina Batalhão João Pessoa, comandada por Elvira Komel e com sua sede em Belo Horizonte, e a Aliança Nacional das Mulheres, constituída no Rio de Janeiro, por Nathércia da Cunha Silveira.

As associações tiveram um papel fundamental em 1931, quando disseminaram uma campanha nos jornais em prol do direito do sufrágio feminino, promoveram congressos discutindo o assunto, entretanto em setembro do mesmo

⁸³ BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe, op.cit., p.01.

ano quando o anteprojeto do Código Eleitoral foi exposto, as sufragistas ficaram perplexas, visto que por mais que o voto feminino fosse permitido no referido instituto normativo, ainda assim, as mulheres solteiras que dependiam de seus pais ou as casadas que se dedicavam exclusivamente ao lar foram proibidas de votar.

Desta forma, as associações fundadas pelas sufragistas protestaram contra tal proibição e a Associação Federação brasileira pelo Progresso Feminino contribuiu para a realização de cinco conferências na sede do Instituto Ordem dos Advogados, tendo como pauta de discussão principalmente as restrições de voto no anteprojeto do Código Eleitoral de 1932.

As sufragistas realizaram tanta pressão que o Código Eleitoral de 1932 foi promulgado sem nenhuma das restrições anteriores, tendo a Federação brasileira pelo Progresso Feminino contribuído de forma decisiva na conquista do sufrágio universal no Brasil.

2.4 As Mulheres nas Esferas do Poder

Neste tópico serão tratadas as questões sobre a discriminação sofrida pelas mulheres tanto na esfera pública quanto na privada, bem como a dificuldade de garantir a inserção e permanência delas no ambiente político brasileiro, reiterando a menção de Dilma Rousseff como Presidente da República apenas com a finalidade de exaltar a conquista feminina e demonstrar a discriminação sofrida por ela quando ocupou o cargo mais elevado do Poder Executivo brasileiro.

As mulheres brasileiras desde a colonização foram condicionadas a ocupar o ambiente doméstico, desenvolvendo o trabalho reprodutivo, o qual consiste em cuidar do lar, filhos, idosos e doentes, ou seja, trabalhar exaustivamente para garantir que o provedor do lar esteja descansado, alimentado e vestido para sua próxima jornada.

Entretanto, a partir de meados do século XIX, com a difusão da educação feminina iniciou-se uma lenta transformação na misoginia, dado que as mulheres passaram a ocupar não só o ambiente doméstico, mas também o espaço público.

A educação é um dos mecanismos mais importantes para combater a discriminação de gênero e possibilitar que as mulheres ocupem inúmeros espaços,

segundo Mônica Sapucaia Machado⁸⁴, “O objetivo da educação é possibilitar que os indivíduos se integrem socialmente são os valores e as condutas em voga no meio que convivem”.

Então, as mulheres passaram aos poucos a ocupar todos os espaços de trabalho, principalmente após a primeira e segunda guerra mundial, nas quais elas tomaram a frente dos lares, e também cuidaram dos negócios de família, e em virtude do fato dos homens terem ido para a batalha e, após as guerras muitos deles não voltarem ou voltarem mutilados fez com que elas permanecessem ocupando cada vez mais espaço e responsabilidades dentro e fora dos lares⁸⁵.

As mulheres passaram a ocupar o ambiente laboral privado a partir da necessidade de mão de obra produtiva, porém mesmo trabalhando mais tempo elas continuaram sendo exploradas, agora fora dos lares, visto que passaram a trabalhar mais até que os homens nas indústrias e a receber menos.

O trabalho em tais condições, em turnos seguidos, fez surgir inúmeros problemas sociais, como a mortalidade materna e infantil. Quando tinham seus filhos, de 10 a 15 dias após o parto já eram chamadas novamente para a labuta na fábrica, impossibilitando uma recuperação adequada e a amamentação. Uma prática comum das mães nessa época foi dopar suas crianças para que pudessem trabalhar⁸⁶.

Mesmo que a indústria e o comércio utilizassem cada vez mais o trabalho da mulher, é no ambiente público onde há mais oportunidades para as brasileiras nos cargos que possuem um viés reprodutivo, como é o caso da enfermagem, pedagogia, e assistência social; já nos cargos de liderança as mulheres são minorias, o que reflete as raízes do patriarcado e da misoginia que impera nas empresas, visto que mesmo que estas cheguem a ocupar os mais altos cargos elas enfrentam dificuldades como a divisão sexual do trabalho e o fenômeno do teto de vidro, assuntos que serão tratados posteriormente.

Entretanto, mesmo que a participação das mulheres nos cargos de gestão tenha crescido conforme dados do Ministério da Economia⁸⁷ que relata que em

⁸⁴ MACHADO, Mônica Sapucaia. **DIREITO DAS MULHERES: Ensino Superior, Trabalho e Autonomia**. Almedina. Almedina. São Paulo. 2018. p.29.

⁸⁵ PORTAL RECURSOS HUMANOS. **A evolução da mulher no mercado de Trabalho**. Disponível em: < <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/> > Acesso em: 14 dezembro 2020.

⁸⁶ Jornal Mulier. **Mulheres operárias: do século XVII aos dias atuais**. Disponível em: < <http://jornalmulier.com.br/mulheres-operarias-do-seculo-xvii-aos-dias-atuais/> > Acesso em: 14 dezembro 2020.

⁸⁷ MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Mulheres ocupam 43,8% dos cargos de chefia no país**.

2017, as mulheres somavam 43,8% do total dos trabalhadores com vínculo empregatício, elas têm uma remuneração cerca de 70% inferior quando comparada a dos homens.

No entanto, a remuneração dessas trabalhadoras representa 69,8% do salário dos homens. Na análise foram consideradas seis ocupações, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO): diretores, chefes, supervisores, gerentes, coordenadores e dirigentes.

Mesmo que as mulheres ocupem atualmente a maioria dos postos de trabalho, somente após 78 anos da promulgação do Código Eleitoral que possibilitou o sufrágio feminino, que uma mulher se tornou presidente do Brasil, demonstrando novamente como a sociedade brasileira permanece machista.

Ainda que o trabalho seja restrito ao Poder Legislativo é de fundamental importância tratar a cerca do pleito eleitoral que elegeu Dilma Rousseff, devido a ser um ato histórico no Brasil a eleição de uma mulher como Presidente da República.

Dilma Vana Rousseff⁸⁸ foi eleita em 2010, como membro do Partido dos Trabalhadores se tornou a primeira mulher a assumir o palácio do Planalto, o que foi considerado um marco histórico de vitória para as mulheres, afinal pela primeira vez elas tiveram representatividade de fato em um presidente. Segundo Lourdes Maria Bandeira⁸⁹, ter elegido uma mulher significou para o Brasil uma “ruptura com o padrão masculino”, assim pela primeira vez na história do Brasil uma mulher passou a ocupar o cargo de mais elevado poder no Executivo:

A presença de uma mulher na presidência da República significa uma ruptura com o padrão masculino historicamente estabelecido na ocupação e representação do poder. Deve-se destacar também que a presença da presidenta Dilma Rousseff causará mudanças nas interações sociais, nas dinâmicas de trabalho, nos campos jurídicos, econômicos, entre outros. É sabido que, atualmente, ainda se verificam várias desvantagens, opressões e explorações às mulheres. Ainda permanecem muitas disparidades e desigualdades, por exemplo, na esfera salarial e nos inúmeros limites a elas impostos para alcançarem o topo de suas carreiras, e no exercício das duplas e triplas jornadas de trabalho, por continuarem responsáveis pelas

Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/03/mulheres-ocupam-43-8-dos-cargos-de-chefia-no-pais>> Acesso em: 14 dezembro 2020.

⁸⁸ SENADO FEDERAL: **Dilma Rousseff: a primeira mulher a presidir o Brasil**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>> Acesso em: 15 dezembro 2020.

⁸⁹ OBSERVATÓRIO DE GÊNERO – REVISTA ÉPOCA. **A presença de uma mulher na Presidência da República significa uma ruptura com o padrão masculino na representação do poder**. Disponível em: <<http://observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/201ca-presenca-de-uma-mulher-na-presidencia-da-republica-significa-uma-ruptura-com-o-padrao-masculino-na-representacao-do-poder201d/>> Acesso em: 15 dezembro 2020.

atividades domésticas. As situações de violências contra as mulheres, inclusive, nos espaços de trabalho, ainda persistem. Portanto, o “teto de vidro” ainda não foi quebrado definitivamente.

Mesmo Dilma sendo uma mulher adulta e com plenos direitos políticos, foi necessário para que fosse eleita a aprovação e intervenção de homens ao seu favor, como o Ex- presidente Lula, Michel Temer e outros homens que compunham sua chapa que enfatizaram a capacidade de Dilma Rousseff em governar; manifestação esta que não seria necessária na eleição de um presidente homem.

Entretanto, a participação de uma mulher no cargo público de maior poder demonstrou a dificuldade que o Brasil tem em tornar a igualdade de gênero real de fato, visto que, após impeachment da presidente Dilma veio à tona todas as críticas, ofensas e violências sofridas por ela em todo o período na carreira política, contribuindo para uma visão negativa de sua imagem.

Foram inúmeros casos de xingamentos dentro e fora da internet. Alguns deles ficaram marcados em nossa memória, como as vaias à presidenta durante a abertura da Copa do Mundo em 2014, onde claramente se ouvia insultos como “vagabunda” e “vadia”⁹⁰.

Dilma Rousseff recebeu diversos xingamentos, além das vaias proferidas contra ela na copa de 2014, foi testada a sua capacidade de governar pelo simples fato de ser mulher, porque em nenhum momento as ofensas supracitadas tratam sobre seu programa de governo, ou sua gestão, mas sim insultos utilizados em toda a história do Brasil para rebaixar a mulher simplesmente por ela pertencer ao gênero feminino.

A presidenta Dilma Rousseff é especialmente ridicularizada e culpabilizada pela crise econômica no país, mas há também uma generalização sobre o desempenho das mulheres em locais de poder e o reforço constante ao retorno da mulher ao seu lugar, o espaço privado⁹¹.

Desta forma, o feminismo acaba perdendo sua legitimação quando passa a ser questionado, pois durante o combate ao machismo a mulher sempre se indaga sobre ser ou não feminista, sendo assim, a falta de representatividade faz com que as mulheres se sintam acuadas quando estão buscando seus direitos.

É importante ressaltar ainda, que além do machismo escancarado o qual

⁹⁰ COVALESKI, Rogério Luiz. DINIZ, Leideane Macario. DA SILVA, Brenda Caroline Araújo Rodrigues. LIMA, Thais Rodrigues de Moura. **Machismo na Política e Seu Peso no Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff**. Disponível em: < <https://www.portalinter.com.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0109-1.pdf> > pg. 09 Acesso em: 16 dezembro 2020

⁹¹ DANTAS. Fernanda Argolo. **DILMA ROUSEFF, UMA MULHER FORA DO LUGAR**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29934/1/dilma-rousseff-uma-mulher-fora-do-lugar-WEB.pdf>> . p.59, Acesso em 15 dezembro 2020.

mulheres experimentam todos os dias, como ocorreu com a Presidente Dilma, existe o machismo velado, aquele que reitera condutas machistas, mas de uma forma mais discreta, fazendo com a própria mulher muitas vezes não o perceba.

O machismo está arraigado na cultura brasileira, uma vez que os homens tem perpetuado a conduta de inferiorizar as mulheres devido a sua condição de mulher e o papel social imposto a elas, muitas mulheres também permanecem passando de geração em geração a inferiorização das próprias mulheres, como é o caso do Partido da Mulher Brasileira (PMB) ⁹² que, como o próprio nome afirma, deveria tratar questões femininas, dado que, é um partido político formado por mulheres.

O PMB foi constituído para que houvesse mais representação da mulher no Congresso Nacional e em todo o território brasileiro, entretanto o partido não excluiu a participação masculina, bem como não trata de questões exclusivamente feministas, visto que, busca um bem estar social para todos, porém os espaços ocupados pelos homens já são tantos e os partidos políticos possuem maioria absoluta de homens em sua composição.

Portanto, um partido que deveria ser esperança para as causas feministas, nada mais é que um partido no qual os homens permanecem tomando as decisões pelas mulheres, seja direta ou indiretamente.

A fundadora do partido Suêd Haidar afirmou que a finalidade do partido é eleger mais mulheres, entretanto isso não significou que os interesses das mulheres estivessem em pauta:

O que se pode afirmar por enquanto é que o Partido da Mulher Brasileira tem um projeto de poder. “Queremos eleger mais mulheres na Câmara”, diz Haidar. Mas, isso não significa que os interesses da mulher estarão no centro das propostas. “O partido vai atender a sociedade como um todo, homens e mulheres”, completa. A descriminalização do aborto, por exemplo, passa longe das propostas. “É claro que somos contra”⁹³.

Demonstrando que o PMB não possui interesse em levantar as causas feministas que sempre foram deixadas de lado pelos governantes homens. Denise Abreu que foi candidata à prefeitura de São Paulo em 2016, pelo PMB, deixou claro que⁹⁴ “O partido da mulher é antifeminista. É a resposta necessária para

⁹² PMB. **HISTÓRIA DO PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA**. Disponível em: <<http://www.pmb.org.br/historia-do-partido-da-mulher-brasileira-pmb/>> Acesso em: 16 dezembro 2020.

⁹³ MELO, Débora. “**A que veio o Partido da Mulher Brasileira?**” [fevereiro, 2016]. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-que-veio-o-partido-da-mulher-brasileira>> Acesso em: 16 dezembro 2020

⁹⁴ PMB. **HISTÓRIA DO PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA**. Disponível em: <<http://www.pmb.org.br/historia-do-partido-da-mulher-brasileira-pmb/>> Acesso em: 16 dezembro 2020.

reposicionar a mulher em seu devido lugar, um lugar especial como centro aglutinador da família”.

Destarte, o Partido da Mulher Brasileira, sendo antifeminista acaba por excluir as mulheres que sempre lutaram pela aquisição de direitos, já que, não basta buscar a igualdade de gênero sem qualquer tipo de discriminação aos homens, pois para chegar à igualdade de fato é necessário se pautar na isonomia, tratando as mulheres igualmente aos homens na medida de suas desigualdades.

Ademais, na política não será somente a concessão de cargos que vai alterar o cenário nacional de discriminação e machismo, mas sim o investimento em políticas públicas que além de fornecerem os direitos como: saúde, segurança, educação, trabalho, moradia, entre outros; as mulheres busquem conscientizar a sociedade como um todo de que é necessário trabalhar todas as questões de igualdade de gênero, fazendo com que líderes como Suêd e Denise compreendam qual o seu papel na sociedade e, que somente mulheres devem ocupar o lugar de fala de mulheres.

As mulheres mesmo sendo maioria do eleitorado brasileiro, permanecem sendo minoria nos cargos eletivos, mesmo após a eleição de uma Presidente da República mulher, esta realidade se perpetua ao longo dos anos.

Apesar dos avanços, a luta das mulheres por igualdade de direitos ainda é atual e se reflete nos espaços de poder, onde os homens ainda ocupam a maioria absoluta dos cargos. Elas representam quase 53% de todo o eleitorado brasileiro, mas, ainda assim, são a minoria nos cargos eletivos

⁹⁵.

A participação das mulheres nos cargos do Legislativo é de extrema importância, visto que gera representatividade, ou seja, com a entrada das mulheres nesses cargos o Brasil passa a ser mais igualitário, sendo que, somente elas entendem questões como maternidade, dupla jornada de trabalho e a discriminação de gênero, sendo assim, podem passar a discutir essas questões de outro ponto de vista.

Logo, tornar os cargos públicos ou políticos acessíveis às mulheres faz com

⁹⁵ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil é comemorado nesta segunda (24)**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticiastse/2020/Fevereiro/dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-e-comemorado-nesta-segunda-24-1>> Acesso em: 16 dezembro 2020.

que a sub-representatividade, que é o caso dos homens deterem todo o poder e conduzirem o governo do país apenas a partir da ótica masculina deixe de existir, pois em um país no qual as mulheres são maioria no eleitorado e as leis que versam especificamente dos direitos femininos serem produzidas e executadas em sua maioria por homens, deixa a efetivação da democracia de lado.

O Poder Legislativo brasileiro possui um papel fundamental no combate à discriminação de gênero dentro e fora da política, porque as leis são criadas com o intuito de regulamentar a convivência em sociedade, garantindo direitos e determinando obrigações aos cidadãos.

Sendo assim, o Código Eleitoral garantir o mínimo de 30% de participação política e o máximo de 70 % dos sexos, faz com que as mulheres possam ter o mínimo de representatividade nos partidos políticos. Entretanto, mesmo com essas cotas na participação da política partidária, as mulheres permanecem sendo minoria a se candidatarem e serem eleitas.

3. O PODER LEGISLATIVO

3.1 O papel do legislativo no Brasil

O Poder Legislativo se originou a partir das Câmaras dos Comuns na Inglaterra, com a finalidade de tentar limitar o poder absoluto dos reis referente aos tributos e os recursos públicos⁹⁶.

O Poder Legislativo ou o Parlamento Contemporâneo tem sua origem histórica na Inglaterra de 1215, momento em que a nobreza feudal inglesa, querendo dificultar o processo de centralização política, impôs ao Rei João - Sem-Terra a Magna Carta. Considerada a primeira constituição dos tempos modernos a Magna Carta exigia que o soberano convocasse o grande conselho formado por diferentes setores da sociedade inglesa, com a finalidade de aprovar ou não os impostos propostos pelo Rei, surgindo assim o embrião do futuro Parlamento que na atualidade é o representante das aspirações da sociedade num regime democrático.

O legislativo possui certa proximidade com a população, visto que busca por meio das leis sanar as necessidades da sociedade⁹⁷.

No Brasil, o Parlamento foi constituído a partir de uma reunião da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa em maio de 1823, enquanto a Constituição de 1824 estabeleceu a divisão bicameral do Poder Legislativo⁹⁸, passando a existir o Senado e a Câmara dos Deputados no âmbito federal, mesmo havendo ainda o Poder Moderador que concedia a possibilidade do imperador intervir e controlar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Já as Assembleias Legislativas Estaduais se iniciaram após a renúncia de Dom Pedro I, em 1831, crescendo nos Estados e municípios a necessidade de descentralizar o poder e permitir que as províncias pudessem ter maior autonomia política podendo criar suas próprias leis.

Após a renúncia de D. Pedro I em abril de 1831, durante a fase regencial (1831-1840), cresce em todas as regiões brasileiras um forte movimento descentralizador e de maior autonomia política das províncias em relação ao governo central, resultando desse processo a promulgação do Ato Adicional de 1834 que alterou a Constituição de 1824, criando as Assembleias Legislativas Provinciais (substituindo os antigos Conselhos Gerais das Províncias, submissos ao Imperador) possibilitando às províncias a prerrogativa de elaborar suas próprias leis, admitir ou demitir

⁹⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça a história do nascimento do legislativo no país.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/63186-conheca-a-historia-do-nascimento-do-legislativo-no-pais/%C2%B4mailto:agencia@camara.gov.br%C2%B4>> Acesso em: 06 junho 2021.

⁹⁷ PARANAGUÁ, Maurício Barbosa. **História do Legislativo.** Disponível em: <https://portal-legado.al.go.leg.br/arquivos/asstematico/artigo0003_historia_do_legislativo.pdf> p. 02. Acesso em: 07 junho 2021.

⁹⁸ *Ibidem*, 2015, p.3.

funcionários públicos, legislar com maior autonomia e de acordo com a realidade local, originando desse Ato, as atuais Assembleias Legislativas estaduais.

Conforme prevê a Constituição Federal as atribuições do Legislativo⁹⁹ são basicamente legislar e fiscalizar os atos do Executivo, sendo exercidas no âmbito federal pelo Congresso Nacional que é formado pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados, já nos Estados essas atribuições são desempenhadas pelas Assembleias Legislativas formadas por Deputados Estaduais.

A Câmara dos Deputados é composta por representantes eleitos pelo povo com mandato de quatro anos, sendo essa eleição proporcional à população dos Estados ou Distrito Federal, enquanto o Senado é formado por três Senadores de cada Estado, sendo o mandato de oito anos.

Ao tratar das competências do Congresso Nacional, podemos reuni-las em três conjuntos: 1º) o das atribuições relacionadas às funções do Poder Legislativo federal; 2º) o das atribuições das Casas do Congresso (Câmara e Senado), quando atuam separadamente; e 3º) o das atribuições relacionadas ao funcionamento de comissões mistas e de sessões conjuntas, nas quais atuam juntos os deputados federais e os senadores, embora votem separadamente.

Além da função de representação mencionada, compete ao Congresso exercer atribuições legislativas e de fiscalização e controle.

Quanto à função legislativa, cabe ao Congresso, por suas duas Casas, legislar sobre as matérias de competência da União, mediante elaboração de emendas constitucionais, de leis complementares e ordinárias, e de outros atos normativos com força de lei¹⁰⁰.

Entretanto, mesmo funcionando juntas nas competências do Congresso Nacional, Câmara e Senado possuem suas funções privativas que estão dispostas nos artigos 51 e 52 da Constituição Federal de 1988.

3.2 Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo foi criada no dia 02 de fevereiro de 1835, sendo composta por 60 Deputados eleitos indiretamente; durante o período ditatorial de Getúlio Vargas ela foi dissolvida e retornou somente em 09 de julho de 1947 com a promulgação da Constituição Estadual de 1947, passando assim a possuir 75 Deputados Estaduais eleitos por sufrágio universal, ou seja, com

⁹⁹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Poder Legislativo**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/institucional/assembleia/>> Acesso em: 04 junho 2021.

¹⁰⁰ CONGRESSO NACIONAL. **Atribuições**. Disponível em: < <https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes> > Acesso em: 07 junho 2021.

o voto sendo secreto e direto¹⁰¹.

Permanecendo o Legislativo Estadual no regime unicameral até 1979, sendo composto por dois partidos o ARENA e o MDB, passou a ser constituído por outros partidos apenas após a Lei nº 4.740/65 que extinguiu o bipartidarismo.

O trabalho do Deputado¹⁰² é acompanhar as sessões do plenário e os trabalhos das Comissões, além de realizar o atendimento pessoal dos cidadãos com a finalidade de tentar sanar suas necessidades, tendo a possibilidade de se reunir com grupos, sindicatos e associações que desenvolvem trabalhos sociais a fim de colocar em pauta temas específicos.

Outra atribuição do deputado é a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado. No exercício do mandato, ele tem livre acesso às repartições públicas. Pode fazer diligências pessoalmente nos órgãos de administração direta ou indireta. É função do parlamentar apresentar projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução, e proposta de emenda à Constituição Estadual e avaliar aqueles encaminhados por outros deputados, pelo governador, Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e pelos cidadãos. O deputado emite pareceres nas diversas comissões técnicas, sobre os projetos e demais assuntos acerca dos quais o Poder Legislativo deve manifestar-se. Pode também propor a instituição de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).¹⁰³

Desta forma, o Deputado estadual possui diversas atribuições que lhe permite representar o povo tanto com a proposição de projetos de lei para melhorar as questões sociais e de interesse dos cidadãos, quanto desempenhar o poder de fiscalização dos tributos arrecadados pelo Estado através da sua correta destinação, além de verificar quais as medidas operacionais desenvolvidas pelo Estado e como este o utiliza, zela e dispõe de seu patrimônio em prol da sociedade.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo é composta atualmente por 94 deputados, sendo que em 2021, são 75 homens e 19 mulheres, eleitos para atuar na 19ª Legislatura iniciada em 15 de março de 2019 com término em 14 de março de 2023, as legislaturas possuem o período de quatro anos¹⁰⁴.

A Alesp contou com as primeiras participações femininas no período de 1935

¹⁰¹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **História da Alesp**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/institucional/assembleia/historia-da-alesp/>> Acesso em: 05 junho 2021.

¹⁰² ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O Trabalho do Deputado**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputados/trabalho-deputado/>> Acesso em: 07 junho 2021.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lista de Deputados**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/lista/>> Acesso em: 13 abril 2021.

a 1937, sendo elas Maria Thereza Nogueira de Azevedo¹⁰⁵ e Maria Thereza Silveira de Barros Camargo, pois no governo de Getúlio Vargas houve a instituição do Código Eleitoral de 1932 que não fez distinção de sexo, considerando eleitores todos os brasileiros maiores de 21 anos.

3.3 Participação das mulheres na Alesp.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo completou 186 anos em fevereiro de 2021 e mesmo com o longo período desde sua constituição ainda enfrenta o problema da desigualdade de gênero na 19ª legislatura iniciada em março de 2019, onde somente 19 mulheres conseguiram ocupar o mandato de Deputadas Estaduais, sendo 75 homens, mesmo sendo maioria¹⁰⁶ as mulheres são as que menos ocupam os cargos da Alesp.

Já no campo da política, vimos que em 1984 havia apenas duas mulheres no Parlamento paulista. O cenário mudou ao longo dos anos, mas ainda não é proporcional. Nas últimas eleições foi eleito o maior número de mulheres da história do Legislativo paulista. Dezenove mulheres foram eleitas deputadas estaduais e mais uma tomou posse como suplente durante a licença maternidade da deputada Marina Helou, no fim de 2019. O número é significativo, mas está longe de representar ao menos 50% das cadeiras do legislativo¹⁰⁷.

¹⁰⁵ **Maria Thereza Nogueira de Azevedo:** natural do município de Campinas/SP participou da Revolução Constitucionalista de 1932, sendo integrante da resistência feminina trabalhando na assistência e provimento da revolução na sua região, ainda fundou a Associação Cívica Feminina e a União Feminina Paulista. **Maria Thereza Silveira de Barros Camargo:** natural do município de Piracicaba/SP, viúva de Dr. Trajano de Barros Camargo, era voluntária no hospital de sangue de Limeira/SP, iniciou sua carreira política no município onde fundou a Associação Cívica Feminina, foi nomeada em 1933, prefeita de Limeira por Armando Salles, que era na época interventor federal no Estado de São Paulo, sendo uma das primeiras mulheres a ocupar o cargo de prefeita no Brasil. Seu papel na Revolução Constitucionalista de 1932 era ajudar na campanha para fornecer vestimentas aos soldados, bem como confeccionar corpos de granada de mão. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **As duas primeiras deputadas estaduais de São Paulo.** Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=389523> > Acesso em: 07 junho 2021. BIBLIOTECA JURÍDICA. **Revolução Constitucionalista de 1932 - memórias da Alesp.** Disponível em: < <http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br/noticias/MostraNoti.asp?par=15102> > Acesso em: 07 junho 2021.

¹⁰⁶ Segundo dados do SEADE, a projeção populacional do Estado de São Paulo em 07 de junho de 2021 é de 44.876.790 pessoas, sendo mulheres 23.045.503 das quais cerca de 16.000.000 se encontram em idade de votar ou ser votada, já os homens cerca de 15.000.000 pertencem à idade entre 18 a 69 anos na qual o voto é obrigatório. Desta forma, o número de mulheres que ocupam o mandato de Deputadas Estaduais da Alesp é muito abaixo do número de homens e não condiz com o número de eleitoras no Estado de São Paulo. SEADE. **Sistema Seade de projeções populacionais.** Acesso em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>> Acesso em: 07 junho 2021.

¹⁰⁷ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Participação das mulheres na ciência e na política - alguns dos debates propostos pelo 8 de março.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?05/03/2021/participacao-das-mulheres-na-ciencia-e-na-politica---alguns-dos-debates-propostos-pelo-8-de-marco>> Acesso em: 07 junho 2021.

Ainda, se for considerada a questão racial apenas 1% dos Deputados Estaduais são negros, tendo a 19ª legislatura eleito somente 4 negros entre os 94 Deputados, sendo assim, a Alesp permanece sendo ocupada em sua maioria por homens brancos.

As posições de poder, como cargos políticos e de chefia, também convivem com a escassez de pessoas com a pele negra. Na Alesp, maior Casa Legislativa da América Latina, apenas 1% de todos os parlamentares que já exerceram mandatos eram negros. Atualmente, a Casa conta com quatro deputados negros entre os 94 parlamentares eleitos para a 19ª Legislatura: Douglas Garcia (PSL), Erica Malunguinho e Monica da Bancada Ativista (ambas do PSOL) e Leci Brandão (PCdoB)¹⁰⁸.

A falta de representantes mulheres na política se repete em âmbito nacional, uma vez que a cultura machista em conjunto com a falta de investimento nas candidaturas femininas faz com que as mulheres não consigam sequer um horário na propaganda eleitoral, além da maioria dos partidos serem controlados por homens que buscam eleger homens¹⁰⁹.

No Brasil, no entanto, não é o partido quem ordena a lista, mas o eleitorado – assim, se não houver investimento nas candidaturas femininas, elas serão menos competitivas e ocuparão as últimas posições nas listas, como historicamente vem acontecendo¹¹⁰.

Assim, se as mulheres não possuírem o mínimo de apoio dos partidos, as cadeiras do Senado, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas Estaduais e de todos os cargos do Legislativo permanecerão sendo ocupadas em sua maioria por homens.

O principal complicador na aplicação das cotas e da reserva de recursos (financeiros e tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV) é a falta de uma sanção ao não-cumprimento, o que deixa a decisão de análise de cada denúncia aos Tribunais Regionais Eleitorais (portanto, cortes eleitorais de nível local).¹¹¹

¹⁰⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **20 de novembro: Dia da Consciência Negra**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?19/11/2019/20-de-novembro--dia-da-consciencia-negra>> Acesso em: 07 junho 2021.

¹⁰⁹ ONU MULHERES- ATENEA. **Mulheres candidatas e eleitas para a Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL23Sep.pdf> Acesso em: 07 junho 2021.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ ONU MULHERES- ATENEA. **Mulheres candidatas e eleitas para a Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL23Sep.pdf> Acesso em: 07 junho 2021.

3.4 Análise da produção legislativa feminina: Alesp 17ª e 18ª legislaturas.

Neste tópico serão apresentados os resultados da análise dos projetos de lei e de lei complementar, propostos por Deputadas Estaduais do Estado de São Paulo na 17ª e 18ª legislaturas, iniciadas em 2011 a 2015 e de 2015 a 2019 respectivamente.

Para melhor compreensão da análise serão apresentadas tabelas em anexo com as seguintes informações: nome do projeto de lei ou da lei complementar, data da proposição, último andamento e nome da Deputada Autora.

Haverá ainda a apresentação de gráficos também em anexo demonstrando a participação feminina anual nas proposições das leis, bem como gráficos no início de cada legislatura com a finalidade de elucidar o percentual das mulheres ocupando o cargo de Deputada Estadual em cada legislatura.

Com a análise dos projetos de Lei e Lei complementar da 17ª e 18ª foi possível constatar que apesar de as Deputadas Estaduais serem minoria nessas legislaturas, elas buscam produzir em geral para todos os cidadãos, visando uma maior inclusão nos projetos de Lei e Lei complementar.

Além disso, foram analisados os projetos de Lei produzidos pelas Deputadas que de fato se tornaram Lei, sendo eles categorizados como calendário oficial, desenvolvimento urbano e divisão territorial, desenvolvimento social e direitos humanos, denominação, administração pública, saúde, educação e cultura, turismo, esportes e lazer, entidades de utilidade pública, compras e contratações públicas.

Sendo assim, dos 890 projetos de Lei propostos por Deputadas da Alesp na 17ª e 18ª Legislaturas 355 viraram Leis que beneficiam a população como um todo, trazendo mais igualdade e possibilitando que a política no Estado de São Paulo seja além de mais participativa mais isonômica se levar em consideração que as Leis produzidas pelas Deputadas ampliam a possibilidade de abranger outras minorias e seus direitos.

Desta forma, foi possível verificar que independente de fazer parte de partidos de esquerda ou direita as Leis propostas por mulheres na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo de 2011 a 2015 e de 2015 a 2019 são mais inclusivas visando um bem estar comum a todos os cidadãos inclusive as minorias, trazendo uma nova

perspectiva à política desempenhando a “política do desvelo”¹¹² (*care politics*), visto que conforme foi demonstrado as Deputadas da Alesp se preocuparam com os mais vulneráveis.

Sob o nome de "política do desvelo" (*care politics*) ou então de "pensamento maternal", estas autoras afirmam que as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos. Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política, que é visto como sendo inerentemente masculino. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada.

Entretanto, apesar de legislar em busca de mais direitos para as minorias que não são representadas pelos homens que se encontram na política, elas não deixaram de zelar por seu próprio interesse e buscar mais direitos para as próprias mulheres.

¹¹² MIGUEL, Luís Felipe. **Política de Interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”**. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/ref/a/zsVTgNyNX3yJ5m6gSQ7QFHr/?lang=pt>> Acesso em 08 setembro 2021.

CONCLUSÃO

A principal causa para o estudo da pesquisa é a subrepresentatividade da mulher nos espaços políticos no Brasil, mesmo existindo leis que possibilitam a maior participação da mulher na política na prática tais institutos normativos não estão sendo eficazes para a inserção das mulheres neste ambiente, sendo reiterada a tradição patriarcal de manter as mulheres nos espaços privados.

As mulheres permanecem sendo minoria a ocupar cargos na esfera política e este desinteresse se dá principalmente pela falta de incentivo, visto que os partidos políticos são praticamente em sua totalidade comandados por homens e estes apesar de cumprirem a Lei de cotas, fornecendo 30% das vagas do partido para mulheres, ainda permanecem apoiando e investindo em outros homens para que estes sejam eleitos.

Desta forma, mulheres além de encontrarem dificuldades para participar de um partido político, quando fazem parte dele não possuem incentivo financeiro ou qualquer forma de apoio, assim não possuem espaço nas propagandas eleitorais, ficando de fora da TV, rádio e outros meios de comunicação.

Sendo assim, a presente dissertação buscou inicialmente apresentar as relações de dominação de homens a mulheres, dando ênfase nos espaços políticos, principalmente ao Legislativo.

Demonstrando como a relação da dominação masculina sobre a mulher no âmbito político permanece sendo um desafio para que elas consigam ocupar cada vez mais este espaço, visto que o machismo ainda predomina nesses ambientes como um reflexo cultural que discrimina a mulher e sua capacidade de trabalhar e desenvolver leis que possam contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Foi possível concluir com a análise dos Projetos de Lei e Lei Complementar produzidas pelas Deputadas Estaduais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo na 17ª e 18ª legislaturas que compreendem o período de 2011 a 2015 e de 2015 a 2019, que mesmo havendo um número reduzido de mulheres ocupando o cargo de Deputada Estadual e, que conseqüentemente as produções legislativas são em sua maioria masculinas, elas apesar de todas as barreiras permanecem produzindo com intuito de criar leis que possibilitem a proteção e amparo das

mulheres, crianças, idosos, negros, deficientes entre outros, , que necessitam de maior proteção legal devido o preconceito e discriminação sofridos, ou seja, permanecem realizando a política do desvelo.

Além da análise dos projetos de Lei e Lei complementar foi realizada a análise dos projetos que realmente se tornaram Lei e estão em vigor atualmente, sendo possível constatar que a participação feminina no Legislativo paulista amplia a gama de assuntos que são discutidos nos projetos de Lei e pode com a aprovação das Leis trazer diversos benefícios a todos os cidadãos.

Assim, foi possível constatar que a inserção das mulheres no Poder Legislativo gera maior isonomia, visto que as Deputadas da Alesp não buscaram produzir somente para beneficiar mulheres, mas sim as “minorias” que sofrem preconceito como um todo, fazendo com que todos sejam representados, quebrando a velha política de homens brancos de classe alta legislando apenas em prol de outros homens brancos.

Desta forma, ocupar mais o espaço político pode não significar só um grande avanço para o combate a discriminação de gênero dentro e fora desse ambiente, mas também, possibilitar um avanço cultural na política como um todo, visto que é um dos espaços mais relutantes a mudança no Brasil.

A representatividade se torna cada dia mais importante para o combate a discriminação de gênero, pois demonstrar que uma mulher pode ocupar os cargos mais altos tanto dentro quanto fora da política, faz com que outras mulheres possam almejar esses espaços.

Importante ressaltar que ao término da revisão final da presente dissertação a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou o Projeto de ¹¹³Lei 624/2020 que cria o Código Paulista de Defesa da Mulher, sendo esta uma iniciativa inédita no país que poderá trazer avanços na aquisição de direitos das mulheres no Estado de São Paulo, o que demonstra que o tema pode se tornar objeto de muitas dissertações e teses futuramente.

¹¹³ JORNAL O ESTADÃO. **Assembleia de São Paulo reúne 65 Leis e cria Código de Defesa da Mulher.** Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,assembleia-de-sao-paulo-reune-65-leis-e-cria-codigo-de-defesa-da-mulher,70003825342>> Acesso em: 01 setembro 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara.** Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>> Acesso em: 04 junho 2021.

AGÊNCIA IBGE. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=Em%202019%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com,0%20horas%20para%20os%20homens.>> Acesso em: 16 dezembro 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 202.

ARAGAKI, Caroline. **O abandono afetivo paterno além das estatísticas.** Disponível em: < <https://www.ip.usp.br/site/noticia/o-abandono-afetivo-paterno-alem-das-estatisticas/>> Acesso em: 17 dezembro 2020.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/lista/>> Acesso em: 13 abril 2021.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **PODER LEGISLATIVO.** Disponível em:< <https://www.al.sp.gov.br/institucional/assembleia/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o,Deputados%20e%20pelo%20Senado%20Federal.>> Acesso em: 07 abril 2021.

BARUKI, Luciana Veloso Rocha Portolese. BERTOLIN, Patrícia Tuma. **MULHER SOCIEDADE E DIREITOS HUMANOS. “Violência contra a mulher, Patriarcado e discriminação”** RIDEEL, São Paulo, 2010, p. 299.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. **Mulher, Sociedade e Vulnerabilidade.** Disponível em:<https://books.google.com.br/books/about/Mulher_Sociedade_e_Vulnerabilidade.html?id=eD4qDwAA&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 15 janeiro 2021. QBAJ

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. SILVEIRA, Nereida Salette de Paulo da. **PRECARIZAÇÃO: PALAVRA FEMININA.** Disponível em: < <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacoJuridico/article/view/17363/13939>> Acesso em: 15 janeiro 2021.

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras.** Editora Horizonte, Vinhedo, 2012. p. 20.

BOURDIEU, Pierre. **A DOMINAÇÃO MASCULINA.** Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1 > Acesso em: 16 janeiro 2021.

Câmara dos Deputados. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/DeputadosEleitos/index.html>> Acesso em: 13 abril 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça a história do nascimento do legislativo no país.** Disponível em: < <https://www.camara.leg.br/noticias/63186-conheca-a-historia-do-nascimento-do-legislativo-no-pais/%C2%B4mailto:agencia@camara.gov.br%C2%B4> > Acesso em: 06 junho 2021.

CARVALHO, André Norberto Carbone de. **Cotas eleitorais brasileiras: análise crítica da participação das mulheres no processo eleitoral.** Tese de Doutorado, programa de pós graduação em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 23ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017. p. 17.

CATHO. **Mulheres no mercado de trabalho: panorama da década.** Disponível em: < <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/o-mercado-de-trabalho/mulheres-no-mercado-de-trabalho-panorama-da-decada/> > Acesso em: 17 dezembro 2020.

COVALESKI, Rogério Luiz. DINIZ, Leideane Macario. DA SILVA, Brenda Caroline Araújo Rodrigues. LIMA, Thais Rodrigues de Moura. **Machismo na Política e Seu Peso no Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff.** Disponível em:< <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0109-1.pdf> > pg. 09 Acesso em: 16 dezembro 2020.

CONGRESSO NACIONAL. **Atribuições.** Disponível em: < <https://www.congressonacional.leg.br/institucional/atribuicoes> > Acesso em: 07 junho 2021.

DANTAS. Fernanda Argolo. **DILMA ROUSEFF, UMA MULHER FORA DO LUGAR.** Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29934/1/dilma-rousseff-uma-mulher-fora-do-lugar-WEB.pdf>> . p.59, Acesso em 15 dezembro 2020.

EBC. **Conheça 8 mulheres que influenciaram a luta pelos direitos femininos no Brasil.** Disponível em: < <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil> > Acesso em: 04 dezembro 2020.

IBGE. **Conheça o Brasil [população: quantidade de homens e mulheres]**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Con,t%C3%ADnu,51%2C8%25%20de%20mulheres>. Acesso em: 13 abril 2021.

IBGE. **IBGE diz que mulher é a principal responsável por criança no domicílio**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/ibge-mulher-%C3%A9-principal-responsavel-pela-crianca-no-domicilio> Acesso em: 17 dezembro 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua 2019. **Mercado de trabalho brasileiro**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/commediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf> Acesso em: 12 janeiro 2020.

IBGE. **SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf> > p. 31. Acesso em: 14 junho 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de Trabalho e Pandemia da Covid-19: AMPLIAÇÃO DE DESIGUALDADES JÁ EXISTENTES?** Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10186/1/bmt_69_mercdetrabalho.pdf Acesso em : 14 novembro 2020.

IPEA. REZENDE, Daniela Leandro. **Mulher no poder e na tomada de decisões**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_g_mulher_no_poder_e_na_tomada_de_deciso es.pdf Acesso em: 12 dezembro 2020.

JORNAL O ESTADÃO. **Assembleia de São Paulo reúne 65 Leis e cria Código de Defesa da Mulher**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,assembleia-de-sao-paulo-reune-65-leis-e-cria-codigo-de-defesa-da-mulher,70003825342> Acesso em: 01 setembro 2021.

Jornal Mulier. **Mulheres operárias: do século XVII aos dias atuais**. Disponível em: <http://jornalmulier.com.br/mulheres-operarias-do-seculo-xvii-aos-dias-atuais/> Acesso em: 14 dezembro 2020.

KAMADA, Fabiana Larissa. **MULHER SOCIEDADE E DIREITOS HUMANOS. “As mulheres na história: o silêncio ao grito ”** RIDEEL, São Paulo, 2010, p. 37.

KARAWAJCZYK, Mônica. **O voto feminino no Brasil**. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html> Acesso em 03 dezembro 2020.

MACHADO, Mônica Sapucaia. **DIREITO DAS MULHERES: Ensino Superior, Trabalho e Autonomia**. Almedina. Almedina. São Paulo. 2018. p.29.

MELO, Débora. **“A que veio o Partido da Mulher Brasileira?”** [fevereiro, 2016]. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-que-veio-o-partido-da-mulher-brasileira> > Acesso em: 16 dezembro 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. **Política de Interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”**. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/zsVTgNyNX3yJ5m6gSQ7QFHr/?lang=pt> > Acesso em 08 setembro 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Mulheres ocupam 43,8% dos cargos de chefia no país.** Disponível em: < <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/03/mulheres-ocupam-43-8-dos-cargos-de-chefia-no-pais> > Acesso em; 14 dezembro 2020.

O correio do estado. **Rita Ribera foi a primeira mulher da América do Sul a exercer o direito ao voto.** Disponível em: < <https://correiodoestado.com.br/cidades/rita-ribera-foi-a-primeira-mulher-da-america-do-sul-a-exercer-o-direito-ao-voto/143274> > Acesso em: 16 janeiro de 2021.

OBSERVATÓRIO DE GÊNERO – REVISTA ÉPOCA. **A presença de uma mulher na Presidência da República significa uma ruptura com o padrão masculino na representação do poder.** Disponível em: < <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/201ca-presenca-de-uma-mulher-na-presidencia-da-republica-significa-uma-ruptura-com-o-padrao-masculino-na-representacao-do-poder201d/> > Acesso em: 15 dezembro 2020.

ONU MULHERES- ATENEA. **Mulheres candidatas e eleitas para a Câmara dos Deputados.** Disponível em: < https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL23Sep.pdf > Acesso em: 07 junho 2021.

PARANAGUÁ, Maurício Barbosa. **História do Legislativo.** Disponível em: < https://portal-legado.al.go.leg.br/arquivos/asstematico/artigo0003_historia_do_legislativo.pdf > p. 02. Acesso em: 07 junho 2021.

PICCHIO, Antonella. **Visibilidad analítica y política Del trabajo de reproducción social. In: Mujeres y Economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas.** CARRASCO, Cristina (org). Icaria Antrazyt. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/info/ayuda/descargatxt> > . Barcelona, 2003,p.202Acesso em: 16 janeiro 2021.

PLANALTO FEDERAL. **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.** Lei 13.105/2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm > Acesso em: 17 dezembro 2020.

PLANALTO FEDERAL. **CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm > Acesso em: 02 dezembro 2020.

PLANALTO FEDERAL. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** Lei 8.069/1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm > Acesso em: 17 dezembro 2020.

PMB. **HISTÓRIA DO PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA.** Disponível em: < <http://www.pmb.org.br/historia-do-partido-da-mulher-brasileira-pmb/> > Acesso em: 16 dezembro 2020.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **DECRETO Nº 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932.** Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 03 dezembro 2020.

PORTAL RECURSOS HUMANOS. **A evolução da mulher no mercado de Trabalho.** Disponível em: < <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-evolucao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho/>> Acesso em: 14 dezembro 2020.

RANKBRASIL. **Primeira mulher a conquistar o direito de voto.** Disponível em: <http://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/06N6/Primeira_Mulher_A_Conquistar_O_Direito_De_Voto> Acesso em : 04 dezembro 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil é comemorado nesta segunda (24).** Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticiastse/2020/Fevereiro/dia-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil-e-comemorado-nesta-segunda-24-1>> Acesso em: 16 dezembro 2020.

SAFFIOTI, Heleieth.I.B.- **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade.** Petrópolis, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1979. p. 36.

SANTOS, Tânia Maria dos. **A MULHER NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.** Disponível em:< [http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Mulher%20e%20CF%20%20Final%20tania .pdf](http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/Mulher%20e%20CF%20%20Final%20tania.pdf)> Acesso em: 14 novembro 2020.

SENADO FEDERAL: **Dilma Rousseff : a primeira mulher a presidir o Brasil.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>> Acesso em: 15 dezembro 2020.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **As dimensões da cidadania. As novas dimensões do conceito da cidadania: a inclusão social e multiculturalidade.** Revista da ESMP- ano 2. Janeiro/junho 2009, p.18.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **As dimensões da cidadania. O cidadão como nacional do Estado: a primeira dimensão histórica.** Revista da ESMP- ano 2. Janeiro/junho 2009, p.13.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Os 80 anos do voto de saias no Brasil- TRE-RN.** Disponível em: <<https://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>> Acesso em: 04 dezembro 2020.

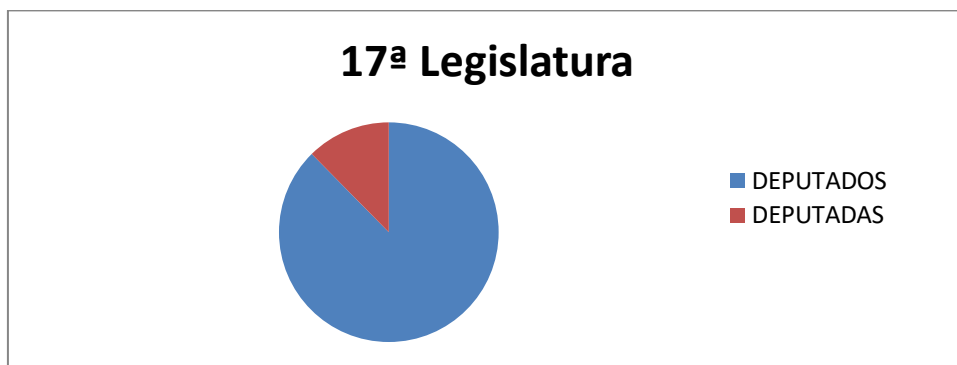
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Carlota Pereira de Queiróz.** Disponível em: < <https://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/biografias/carlota-pereira-de-queiroz>> Acesso em: 04 dezembro 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro.** Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>> Acesso em: 13 abril 2021

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Semana da mulher: primeira prefeita eleita no Brasil foi a potiguar Alzira Soriano.** Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>> Acesso em: 04 dezembro 2020.

ANEXOS

A 17ª Legislatura teve início em 15 de março de 2011 e terminou em 14 de março de 2015, composta por 113 Deputados Estaduais, sendo destes 99 homens (87,61%) e 14 mulheres (12,38%).



Fonte: elaboração própria com base em dados da Alesp.

A seguir esta disposta à lista de todos os Deputados e Deputadas Estaduais que compuseram a 17ª Legislatura Alesp¹¹⁴.

<u>ADILSON ROSSI</u>	PSB
<u>ADRIANO DIOGO</u>	PT
<u>AFONSO LOBATO</u>	PV
<u>ALCIDES AMAZONAS</u>	PC do B
<u>ALDO DEMARCHI</u>	DEM
<u>ALENCAR SANTANA BRAGA</u>	PT
<u>ALEXANDRE DA FARMÁCIA</u>	PP
<u>ALEX MANENTE</u>	CIDADANIA
<u>ANA DO CARMO</u>	PT
<u>ANALICE FERNANDES</u>	PSDB

¹¹⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **17ª Legislatura**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/lista/?filtroNome=&filtroAreaAtuacao=&filtroBaseEleitoral=&filtroPartido=&filtroLegislatura=17&filtroEmExercicio=on&filtroEmExercicioPesquisa=S&filtroLegislaturaAtual=N> > Acesso em: 07/junho 2021.

<u>ANA PERUGINI</u>	PT
<u>ANDRÉ DO PRADO</u>	PL
<u>ANDRÉ SOARES</u>	DC
<u>ANTONIO MENTOR</u>	PT
<u>ANTONIO SALIM CURIATI</u>	PP
<u>ARY FOSSEN</u>	PSDB
<u>BALEIA ROSSI</u>	MDB
<u>BARROS MUNHOZ</u>	PSB
<u>BETH SAHÃO</u>	PT
<u>BETO TRÍCOLIA</u>	PV
<u>BRUNO COVAS</u>	PSDB
<u>CAMPOS MACHADO</u>	AVANTE
<u>CARLÃO PIGNATARI</u>	PSDB
<u>CARLOS BEZERRA JR.</u>	PSDB
<u>CARLOS CEZAR</u>	PSB
<u>CARLOS GIANNAZI</u>	PSOL
<u>CARLOS GRANA</u>	PT
<u>CARLOS NEDER</u>	PT
<u>CAUÊ MACRIS</u>	PSDB
<u>CÉLIA LEÃO</u>	PSDB
<u>CELINO CARDOSO</u>	PSDB
<u>CELSO GIGLIO</u>	PSDB
<u>CHICO SARDELLI</u>	PV
<u>CONSTÂNCIA FÉLIX</u>	PDT
<u>DAVI ZAIA</u>	CIDADANIA
<u>DILADOR BORGES</u>	PSDB
<u>DILMO DOS SANTOS</u>	PV
<u>DONISETE BRAGA</u>	PT

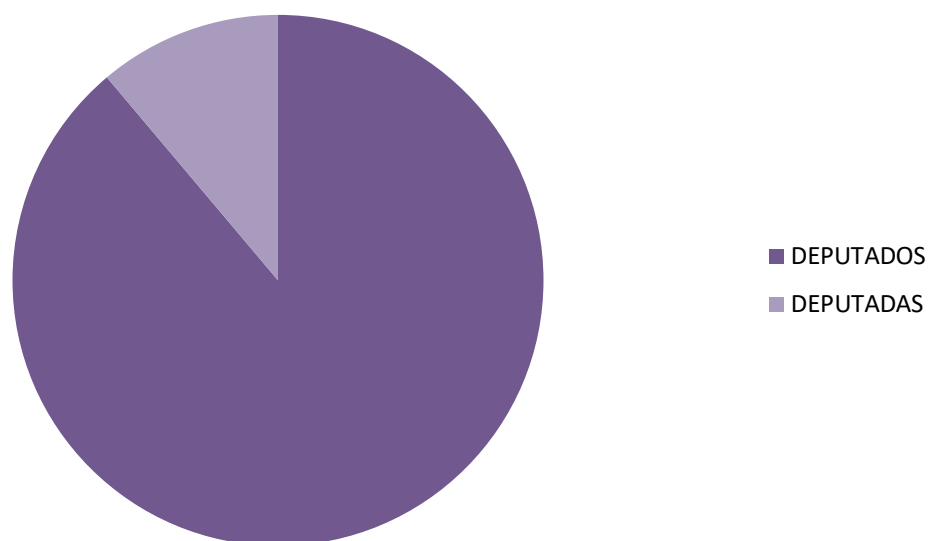
<u>DOUTOR ULYSSES</u>	PV
<u>EDINHO SILVA</u>	PT
<u>EDMIR CHEDID</u>	DEM
<u>EDSON FERRARINI</u>	PTB
<u>EDSON GIRIBONI</u>	PV
<u>ED THOMAS</u>	PSB
<u>ENIO TATTO</u>	PT
<u>ESTEVAM GALVÃO</u>	DEM
<u>FELICIANO FILHO</u>	PRP
<u>FERNANDO CAPEZ</u>	PSDB
<u>FRANCISCO CAMPOS TITO</u>	PT
<u>GERALDO CRUZ</u>	PT
<u>GERALDO VINHOLI</u>	PSDB
<u>GERSON BITTENCOURT</u>	PT
<u>GIL ARANTES</u>	DEM
<u>GILMACI SANTOS</u>	REPUBLICANOS
<u>GILSON DE SOUZA</u>	DEM
<u>HAMILTON PEREIRA</u>	PT
<u>HÉLIO NISHIMOTO</u>	PSDB
<u>HEROILMA SOARES</u>	PTB
<u>ISAC REIS</u>	PT
<u>ITAMAR BORGES</u>	MDB
<u>JOÃO ANTÔNIO</u>	PT
<u>JOÃO CARAMEZ</u>	PSB
<u>JOÃO PAULO RILLO</u>	PSOL
<u>JOOJI HATO</u>	MDB
<u>JORGE CARUSO</u>	MDB
<u>JOSÉ BITTENCOURT</u>	REPUBLICANOS

<u>JOSÉ CÂNDIDO</u>	PT
<u>JOSÉ ZICO PRADO</u>	PT
<u>LEANDRO KLB</u>	PSD
<u>LECI BRANDÃO</u>	PC do B
<u>LUCIANO BATISTA</u>	PTB
<u>LUIZ CARLOS GONDIM</u>	PTB
<u>LUIZ CLAUDIO MARCOLINO</u>	PT
<u>LUIZ MOURA</u>	PT
<u>MARCO AURÉLIO</u>	PT
<u>MARCOS MARTINS</u>	PT
<u>MARCOS NEVES</u>	PV
<u>MARCOS ZERBINI</u>	PSDB
<u>MARIA LÚCIA AMARY</u>	PSDB
<u>MAURO BRAGATO</u>	PSDB
<u>MILTON LEITE FILHO</u>	DEM
<u>MILTON VIEIRA</u>	REPUBLICANOS
<u>OLÍMPIO GOMES</u>	PDT
<u>ORLANDO BOLÇONE</u>	PSB
<u>ORLANDO MORANDO</u>	PSDB
<u>OSVALDO VERGINIO</u>	PSD
<u>PAULO ALEXANDRE BARBOSA</u>	PSDB
<u>PEDRO BIGARDI</u>	PC do B
<u>PEDRO TOBIAS</u>	PSDB
<u>RAFAEL SILVA</u>	PSB
<u>RAMALHO DA CONSTRUÇÃO</u>	PSDB
<u>REGINA GONÇALVES</u>	PV
<u>REINALDO ALGUZ</u>	PV
<u>RITA PASSOS</u>	PSD

<u>ROBERTO ENGLER</u>	PSB
<u>ROBERTO FELÍCIO</u>	PT
<u>ROBERTO MASSAFERA</u>	PSDB
<u>ROBERTO MORAIS</u>	CIDADANIA
<u>RODRIGO MORAES</u>	DEM
<u>ROGÉRIO NOGUEIRA</u>	DEM
<u>ROQUE BARBIERE</u>	AVANTE
<u>RUI FALCÃO</u>	PT
<u>SAMUEL MOREIRA</u>	PSDB
<u>SARAH MUNHOZ</u>	PC do B
<u>SEBASTIÃO SANTOS</u>	REPUBLICANOS
<u>SIMÃO PEDRO</u>	PT
<u>TELMA DE SOUZA</u>	PT
<u>UEBE REZECK</u>	MDB
<u>ULISSES SALES</u>	PSD
<u>VANESSA DAMO</u>	MDB
<u>VINÍCIUS CAMARINHA</u>	PSB
<u>VITOR SAPIENZA</u>	CIDADANIA
<u>WELSON GASPARINI</u>	PSDB

Em 2011 foram propostos 1238 projetos de Lei, sendo 1100 propostos por Deputados e 138 propostos por Deputadas.

PROPOSIÇÕES DE PROJETOS DE LEI 2011



Fonte: elaboração própria com base em dados da Alesp.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº 63/2011	Cria o projeto cultura cidadã no Estado de São Paulo.	15/03/2011	18/03/2011 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.001.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 138/2011	Dá denominação à ponte localizada no sentido oeste da Rodovia Marechal Rondon KM 158, Tietê.	22/03/2011	16/04/2012, Transformado em Norma: Lei nº 14.694/2012.	RITA PASSOS (PSD)

Nº 139/2011	Dá denominação de “Antônio Beluci” ao viaduto no km 102 da Rodovia Dom Gabriel, SP 300.	22/03/2011	02/12/2011 Transformado em Norma: Lei nº 14.623/2011	RITA PASSOS (PSD)
Nº 150/2011	Altera a Lei nº 12.685 de 2007	23/03/2011	23/04/2013 Transformado em Norma: Lei nº 14.968/2013.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 183/2011	Veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente portador de Diabetes Melitus nos estabelecimentos de ensino creches ou similares.	25/03/2011	05/06/2017 Publicado requerimento de autoria do Deputado Marco Vinholi, solicitando tramitação de urgência.	CÉLIA LEÃO e outro. (PSDB)
Nº 184/2011	Veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente portador de deficiência crônica nos estabelecimentos de ensino.	25/03/2011	12/03/2019 24ª Sessão Ordinária do Período Adicional à 4ª Sessão Legislativa da 18ª legislatura.	CÉLIA LEÃO e outro. (PSDB)
Nº 186/2011	Elaboração de estatística e divulgação sobre violência contra a mulher, a fim de instrumentalizar a formulação de políticas de segurança pública no Estado.	25/03/2011	25/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 14.545/2011.	ANALICE FERNANDES (PSDB)

Nº 203/2011	Obriga as concessionárias de rodovias do Estado a apresentar à Assembléia Legislativa seus balanços financeiros anuais.	01/04/2011	25/03/2013 Transformado em Norma: Lei nº 14.952/2013.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 220/2011	Dá a denominação de “Olavo Silva Souza” ao AME de Itu.	05/04/2011	21/10/2011 Transformado em Norma: Lei nº 14.584/2011.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 226/2011	Proíbe o uso sacolas plásticas e similares feitas de resina sintética nos estabelecimentos do Estado de São Paulo.	05/04/2011	22/10/2011 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 227/2011	Sobre o livro técnico e o livro didático de nível fundamental, médio e superior em formato de texto digital acessível para deficiente visual.	05/04/2011	18/08/2011 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 228/2011	Declara de utilidade pública o “Instituto Educacional Evangélico para Deficientes Auditivos” na cidade de Campinas.	05/04/2011	16/04/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.679/2011.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 230/2011	Dá a denominação de “Antônio Russo” a FATEC da cidade de São Caetano do Sul.	05/04/2011	08/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.814/2015.	VANESSA DAMO (MDB)

Nº 231/2011	Dá a denominação de Profª Magali Valério à E.E. DIC I, na cidade de Campinas.	05/04/2011	21/10/2011 Transformado em Norma: Lei nº 14.585/2011.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 232/2011	Declara utilidade Pública à Associação dos Municípios de Interesse Cultural e Artístico- AMITUR.	05/04/2011	12/06/2018 Arquivado – Arquivo.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 233/2017	Declara utilidade Pública à Associação Morada da Esperança – AME.	05/04/2011	08/11/2013 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.044	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 259/2011	Declara utilidade Pública a “ASSATEMEC”- Associação Amigos do Teatro e Escola de Música Eleazar de Carvalho, em Itu.	08/04/2011	19/08/2011 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.003.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 261/2011	Proíbe a distribuição, venda e comercialização de venenos de ratos e similares, em supermercados do Estado de São Paulo.	09/04/2011	15/09/2011 Pronto para a ordem do dia.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 262/2011	Autoriza o Poder Executivo a transferir a União todo patrimônio e administração do Aeroporto Estadual Marcelo Pires Holzhausen em Assis.	09/04/2011	31/08/2011 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.003.	REGINA GONÇALVES (PV)

Nº 270/2011	Criação do Centro de Estudos para prevenção de Acidentes e catástrofes-CEPAC, no âmbito dos municípios do Estado de São Paulo.	12/04/2011	06/03/2012 Constando na ordem do dia.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 298/2011	Dá a denominação de “Prefeito José Bepe Spadaccia” ao trevo e ao viaduto de acesso localizado no Km 122 da SP 065 em Valinhos.	13/04/2011	24/10/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.857/2012.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 313/2011	Criação do Programa Viva Vida Verde –V3.	15/04/2011	18/05/2012 Pronto para a ordem do dia.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 315/2011	Denomina “ÉTEC Governador Prof. André Franco Montoro” a Escola Técnica de Monte Mor.	15/04/2011	21/06/2012 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 332/2011	Dá a denominação de “FATEC Minor Harada” à FATEC de Mogi das Cruzes, criada através do Decreto nº 53.371/2008.	16/04/2011	06/12/2012 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.024	HEROILMA SOARES TAVARES. (PTB)
Nº 344/2011	Institui o “Dia Estadual da Doula”.	20/04/2011	25/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 14.586/2011.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 356/2011	Institui o “Dia Estadual da Prevenção e Conscientização sobre a Distrofia Muscular”.	26/04/2011	08/02/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.636/2011.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº 356/2011	Institui o “Dia Estadual da Prevenção e Conscientização sobre a Distrofia Muscular”.	26/04/2011	08/02/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.636/2011	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 379/2011	Horário de funcionamento nas estações da Companhia do Metropolitano de São Paulo aos finais de semana –METRÔ.	28/04/2011	03/07/2014 Sessão Extraordinária – votação adiada por falta de quorum.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 444/2011	Dá a denominação de “Governador Orestes Quérica”ao hospita Estadua; de Diadema, no bairro Serraria.	06/05/2011	05/08/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.437/014	VANESSA DAMO, e outros. (MDB)
Nº 467/2011	Declara utilidade pública a “Associação Maria Porta do Céu” na cidade de Campinas.	12/05/2011	20/10/2011 Transformado em Norma: Lei nº 14.565/2011.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 471/2011	Isenção de taxas para expedições de segunda via de documentos às vítimas de catastrofe natural, no âmbito do Estado de São Paulo.	13/05/2011	09/05/2011 Transformado em Norma: Lei nº 15.293/2014.	REGINA GONÇALVES’ (PV)
Nº 473/2011	Proíbe a realização de trote universitário nas dependências de universidades, faculdades e escolas.	14/05/2011	10/04/2013 Junte-se a Projeto de Lei nº 157/13 ao Projeto de Lei Nº77/09.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 491/2011	Obrigatoriedade de instalação de lixeira especial para coleta de lâmpadas fluorescentes, econômicas, pilhas e baterias usadas em supermercados e	19/05/2011	.05/10/2013 Pronto para a ordem do dia.	REGINA GONÇALVES (PV)

	similares.			
Nº 497/2011	Obrigatoriedade dos condutores manterem acessos os faróis dos veículos automotores nas rodovias estaduais de São Paulo de dia.	21/05/2011	06/06/2018 Arquivado- Arquivo.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 498/2011	Incluí no calendário turístico do Estado a “Festa do Peão de Boiadeiro e Cavalgada de Itaquaquecetuba”.	21/05/2011	16/04/2012 Transforma-do em Norma: Lei nº 14.695/2012.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 502/2011	Isenção da taxa de 2ª via de documentos em caso de roubo/furto.	21/05/2011	09/02/2019 Junte-se ao Projeto de Lei nº731/2018 e nº 452/2003	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 504/2011	Incluí no calendário turístico do Estado a “Encenação Teatral da Paixão de Cristo de Itaquaquecetuba”	21/05/2011	11/11/2011 Transformado em Norma: Lei nº 14.599/2011	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 513/2011	Declara utilidade pública a OCA, Associação da Aldeia de Carapicuíba.	27/05/2011	10/11/2011 Transformado em Norma: Lei nº 14.610/2011.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 516/2011	Notificação via correio da expiração da CNH dos condutores do Estado.	27/05/2011	07/06/2013 Pronto para a ordem do dia.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)

Nº 517/2011	Instituí o “Programa de Assistência Básica em Reprodução Humana”.	27/05/2011	18/01/2019 Transformado em Norma: Lei nº 16.885/2018.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 518/2011	Dá a denominação de “Dr. Braz Giudice Netto” a Delegacia de Polícia do Município de Joanópolis.	27/05/2011	24/04/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.743/2012.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 520/2011	Cria o Programa do “Cocos Nucifera” (coco verde).	27/05/2011	15/09/2012 Pronto para a ordem do dia.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 528/2011	Instituí o dia 25 de maio como o “Dia Estadual da Criança Desaparecida”.	28/05/2011	26/06/2013 Arquivo- Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 535/2011	Dá a denominação de “Antônio Rodriguez Galego” a ETEC de Poá.	31/05/2011	21/10/2011 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 19.01.004	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 555/2011	Obrigatoriedade de afixação nos hospitais e maternidades de placa informando a presença de acompanhante todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato.	02/06/2011	02/12/2011 Pronto para a ordem do dia.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 566/2011	Declara utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE ABID” de Indaiatuba.	04/06/2011	30/03/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.660/2012	rita PASSOS (PSD)

Nº 608/2011	Classifica como estância hidromineral o município de Fernandópolis.	16/06/2011	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 177.01.095.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº 609/2011	Instituição da Campna de Prevenção ao consumo do oxi no âmbito do Estado de São Paulo.	16/06/2011	26/04/2012 Pronto para a ordem do dia.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 610/2011	Denomina de “ÉMY Anny Gehring Cardoso” a SP 129,no trecho divisa de Tatui e Itapetininga.	16/06/2011	04/06/2018 Arquivo – Arquivado.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 612/2011	Instituí o “Programa Memória de José Bonifácio de Andrada e Silva” Patriarca do Brasil.	16/06/2011	15/09/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.049/2013	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº 615/2011	Denomina de “Etec Governador Mario Covas Junior” à Escola técnica de Itaquaquecetuba.	17/06/2011	.21/10/2011 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.004	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 638/2011	Denomina de “Ernesto Senciatti” a rotatória localizada no km 233+800m, da SP 250.	23/06/2011	30/03/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.701/2012.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 639/2011	Instituí o “Dia do Empreendedorismo” no Calendário Oficial Estadual.	23/06/2011	30/03/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.642/2011.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)

Nº646/2011	Torna obrigatória a todos os órgãos públicos estaduais a elaboração de plano para rota de fuga.	26/06/2011	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 650/2011	Declara utilidade pública a Associação São Gerônimo, de Capivari.	26/06/2011	30/03/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.702/2012.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 651/2011	Declara utilidade pública a “CASA DA SOPA”, na cidade de Limeira/SP.	29/06/2011	19/01/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.643/2011.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 659/2011	Torna obrigatório o levantamento batimétrico para monitoramento e controle das águas em reservatórios utilizados para abastecimento público.	01/07/2011	07/03/2017 Constando na ordem do dia.	ANA DO CARMO (PT)
Nº 660/2011	Fixa critérios para projetos voltados à capacitação profissional e social no Estado de São Paulo.	01/07/2011	11/06/2018 Arquivo-Arquivado.	ANA DO CARMO (PT)
Nº 675/2011	Instituí o “Programa Respeire Bem e Aprenda Mais” nas redes públicas de ensino.	01/07/2011	11/02/2012 Pronto para a ordem do dia.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 676/2011	Obrigatoriedade de impressão com o código de Braille nas Carteiras de Identidade de deficientes visuais emitidas no Estado.	01/07/2011	.22/03/2012 Pronta para a ordem do dia.	RITA PASSOS (PSD)

Nº 677/2011	Criação de Bibliotecas Comunitárias (circulantes) em favelas e bairros considerados de baixa renda, no âmbito do Estado de São Paulo.	01/07/0/2011	25/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.092.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 678/2011	Criação e implantação do programa “Escola Sustentável”.	01/07/2011	18/05/2012 Pronto para a ordem do dia.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 682/2011	Denomina de “Flávio de Carvalho” a E. E. São Marcos em Valinhos	02/07/2011	30/03/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.663/2011.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 683/2011	Denomina de “Professora Rita de Cássia da Silva” a E.E. Parque São Jorge em Campinas.	02/07/2011	16/04/2011 Transformado em Norma: Lei nº 14.664/2011.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 686/2011	Institui a Política de Defesa Civil para inundações.	02/07/2011	25/05/2012 Pronto para a ordem do dia.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 706/2011	Denomina de “Profª. Marlene Aparecida Maia Olberg” à E.E. do Jardim Santo Eduardo III, em Embu das Artes.	05/08/2011	16/04/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.665/2011.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº 707/2011	Declara utilidade pública a “Associação Beneficiante da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Vale das Virtudes” na Capital.	05/08/2011	21/06/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.792/2012.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº 715/2011	Denomina de “Doutor José Francisco Archimedes Lammoglia” ao Ame de	06/08/2011	08/02/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.646/2011.	RITA PASSOS (PSD)

	Salto.			
Nº 717/2011	Institui a “Semana dos Amigos da Escola” no calendário escolar estadual.	06/08/2011	20/09/2013 Pronto para a ordem do dia.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 726/2011	Proibição das instituições de ensino particular inscrever nos o’rgãos de restrição ao crédito Serasa e SPC o nome dos alunos inadimplentes.	10/08/2011	23/08/2011 Instrução completa por força da juntada nos termos do artigo 179, da XIV CRI.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 727/2011	Altera a Lei nº 10.948/2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à pratica de discrimanação em razão de orientação sexual.	10/08/2011	29/08/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.082/2013.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 728/2011	Inclusão do nome social de travestis e transsexuais nos registros internos de documentos escolares das instituições de ensino Estadual.	10/08/2011	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 740/2011	Prazo indeterminado para os servidores públicos estaduais requererem a inscrição de seus agregados, como contribuintes do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE	11/08/2011	25/04/2017 Junte-se o Projeto de lei nº 159/2017.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 751/2011	Declara de utilidade pública o “Recanto Vovô Orlando Bolzan” em Tatuí.	12/08/2011	30/03/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.668/2011	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)

Nº 752/2011	Veda aos estabelecimentos comerciais a exigência de valor mínimo para compras com cartão de crédito ou débito.	13/08/2011	19/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.120/2016	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 753/2011	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural do Estado de São Paulo.	13/08/2011	21/10/2011 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.004	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 754/2011	Institui o Programa SP-Digital e dá providências correlatas.	13/08/2011	12/03/2013 Constando na ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 755/2011	A adoção obrigatória de giz antialérgico no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino.	13/08/2011	29/03/2012 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº756/2011	Obriga as empresas de Telemarketing a propiciarem tratamento psicológico a seus operadores.	13/08/2011	11/09/2014 Publicado requerimento da autora solicitando a retirada da proposição.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº757/2011	Altera a Lei nº 14.187/2010 (penalidades administrativas por atos de discriminação racial).	13/08/2011	01/11/2018 Transformado em Norma: Lei nº 46.762/2018	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº760/2011	Disponibilizar como critério de priorização na inscrição de aquisição de unidade habitacional mulheres inseridas em Programas de Assistência à Mulher Vítima de Violência.	13/08/2011	11/08/2012 Pronto para a ordem do dia.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº779/2011	Obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento de águas por energia solar e reaproveitamento de águas de chuva na construção de prédios	09/08/2011	17/12/2015 Projeto prejudicado.	TELMA DE SOUZA (PT)

	públicos.			
Nº788/2011	Possibilita o Poder Executivo inserir nos projetos arquitetônicos das unidades escolares instalação de sistema de coleta para captação da água de chuva.	20/08/2011	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº789/2011	Prioriza o uso de papel reciclado em todos os órgãos públicos do Estado.	20/08/2011	28/09/2011 Anexado ao Projeto de Lei 0620/2003.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº801/2011	Declara de utilidade pública a Fraternidade Solidária São Francisco de Assis – FRASOL, com sede em Ribeirão Preto.	25/08/2011	01/08/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.810/2012	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº811/2011	Disponibilização de sanitários públicos nas praças de pedágio das rodovias estaduais.	26/08/2011	03/09/2014 Junte-se ao Projeto de Lei nº 1130/2014 e ao Projeto de Lei nº 590/2011.	ANA PERUGINI (PT)
Nº812/2011	Disciplina o tempo de espera e o monitoramento dos serviços de travessia litorânea de veículos no Estado de São Paulo.	26/08/2011	22/05/2019 Concedida a vista ao Deputado Teonildo Barba.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº813/2011	Altera a redação do art. 4 da Lei Estadual nº 10.365/1999, que dispõe sobre a implantação do	27/08/2011	29/08/2013 Tranforamdo em Norma: Lei nº 15.090/2013.	HEROILMA SOARES TAVARES

	Programa de Locação Social.			(PTB)
Nº816/2011	Declara utilidade pública a “Associação Educacional e Profissionalizante Pérola”, em Sorocaba.	30/08/2011	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.096.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº824/2011	Estabelece a possibilidade de alienação dos imóveis financiados pela CDHU, após o prazo mínimo de 3 anos e 6 meses.	30/08/2011	26/05/2018 Arquivo- Arquivado.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº845/2011	Institui o dia estadual do combate a contaminação por grutóxico.	02/09/2011	16/04/2012 Tranforamdo em Norma: Lei nº 14.736/2012.	ANA DO CARMO (PT)
Nº851/2011	Torna obrigatório em locais de hospedagem que pelo menos 5% dos banheiros atendam as especificações da Norma Brasileira –NBR 9050- ABNT- sendo assim acessíveis.	03/09/2011	13/12/2011 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.007.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº854/2011	Denomina de “Fátima Regina de Oliveira à E.E. Jardim América em Itaquaquetuba.	06/09/2011	12/06/2018 Arquivo – Arquivado.	HEROÍLMA SOARES TAVARES (PTB)

Nº860/2011	Denomina de “Prefeito Maurici Mariano” ao viaduto localizado no km3 +000 da SP 248/055.	07/09/2011	13/06/2018 Arquivo – Arquivado	RITA PASSOS (PSD)
Nº865/2011	Declara de utilidade pública o “Lar Frederico Ozanam”, de Ribeirão Pires.	09/09/2011	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.096	VANESSA DAMO (MDB)
Nº868/2011	Torna obrigatório em locais de hospedagem que pelo menos 5% dos banheiros atendam as especificações da Norma Brasileira –NBR 9050- ABNT- sendo assim acessíveis.	09/09/2011	28/08/2013 Pronto para a ordem do dia.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº873/2011	Instituí o “Dia Estadual de Prevenção a Acidentes de Trânsito.	14/09/2011	16/04/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.682/2011	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº876/2011	Instituí a campanha de prevenção ao câncer de mama denominada mundialmente de “OUTUBRO ROSA” no âmbito Estadual.	15/09/2011	18/02/2016 Transformado em Norma: Lei nº 16.046/2015.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº909/2011	Denomina de Deputado Julio Julinho Marcondes de Moura à FATEC em Garça.	22/09/2011	02/10/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.513/2014.	RITA PASSOS (PSD)
Nº913/2011	Instituí a disciplina de “Prevenção a Acidentes de Trânsito” na grade curricular das escolas estaduais de ensino fundamental no	23/09/2011	13/12/2011 Arquivado	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	Estado.			
Nº914/2011	Denomina de “Giusppe Massaretti” o “trevo rodoviário” da Rodovia Romildo Prado – SP 063.	23/09/2011	29/08/2013 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.038	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº915/2011	Denomina de “João Trevisan Neto” ao retorno localizado no km 186, da SP 340 em Estiva Gerbi.	23/09/2011	10/08/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.826/2012	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº921/2011	Denomina de “Prefeito Vítório Antoniazzi” ao viaduto localizado na Rodovia Visconde de Porto Seguro, trecho Valinhos a Campinas.	24/09/2011	19/12/2014 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.077	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº941/2011	Denomina de “Vice Presidente José Alencar” a FATEC em Itaquaquetuba.	30/09/2011	08/02/2012. Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.007	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº946/2011	Denomina de “Mário Moro” ao trevo no km 16 da SP 129 em Boituva.	01/10/2011	20/06/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.804/2012	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº962/2011	Criação da Delegacia Especial de Defesa da população GLBTT (Gays, Lesbicas, Bissexuais, Travestis e transexuais).	07/10/2011	25/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.092	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº963/2011	Disciplina procedimentos para o recolhimento e a liberação de veículos pelas autoridades de	07/10/2011	13/06/2018 Arquivado – Arquivo	TELMA DE SOUZA (PT)

	trânsito no Estado de São Paulo.			
Nº964/2011	Denomina de Juraci Rovaroto Gonçalves, a passarela localizada no km 1+100 da SP 075, em Sorocaba.	07/10/2011	08/10/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.113/2013.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº969/2011	Obrigatoriedade da presença de duas equipes médicas e dois pediatras na sala de parto em hospitais em caso de partos gemilares.	08/10/2011	29/03/2012 Publicado Parecer nº 457/12 da CCJR- Favorável à proposição.	VANESSA DAMO MDB)
Nº984/2011	Declara Ibiúna a “Capital da Agricultura Orgânica” no Estado de São Paulo.	12/10/2011	28/06/2013 Publicado Ofício nº 748/2012, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento pedindo alteração do Projeto de Lei nº 771/2012.	MARIA LÚCIA AMARY e outro. (PSDB)
Nº985/2011	Criação do Cadastro Único de Voluntários para a Copa do Mundo de Futebol, FIFA 2014, no Estado de São Paulo.	12/10/2011	18/05/2012 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)
Nº991/2011	Denomina de “Profª Vera Lúcia Cosmo Lucena” a E.E. do Bairro Conceição do Herval em Apiai.	15/10/2011	16/04/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.715/2012	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)
Nº999/2011	Declara de utilidade Pública a Associação Beneficente Vôo Livre de Dois Córregos.	18/10/2011	24/10/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.872/2012	ANA PERUGINI (PT)

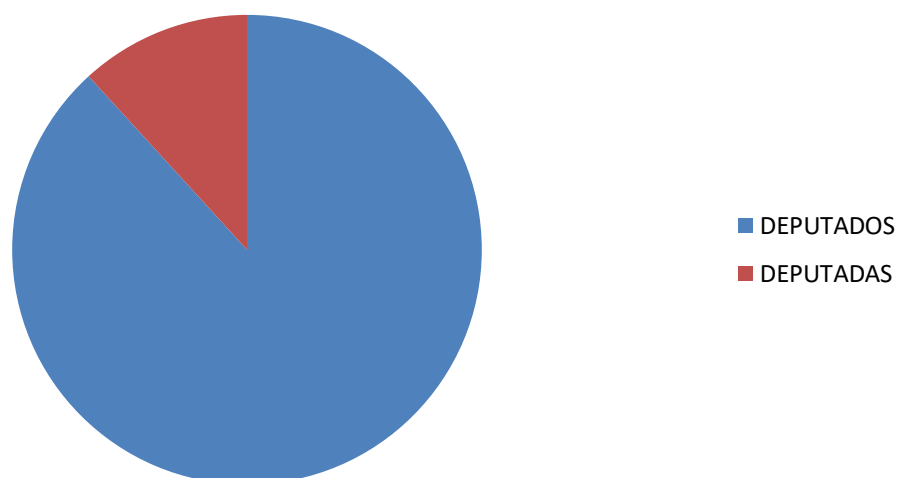
Nº1000/2011	Declara de utilidade Pública a Associação Promissense “Olho D’ Água” de Proteção Ambiental em Promissão.	18/10/2011	05/04/2016 Anexado ao Projeto de Lei nº 1195/2015.	ANA PERUGINI (PT)
Nº1015/2011	Declara de utilidade Pública o Lar São José em Diadema.	21/10/2011	16/04/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.726/2012	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº1031/2011	Proíbe o uso de células de mercúrio e diafragma de amianto em todos os processos industriais que envolvam a eletrolise da salmoura.	26/10/2011	19/02/2014 Pronto para a ordem do dia.	ANA DO CARMO (PT)
Nº1041/2011	Denomina de “Clenio Dorival Parise” ao retorno situado no KM 144 da SP 340 em Santo Antônio de Posse.	28/10/2011	03/12/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.152/2013.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1050/2011	Proíbe a fabricação e a comercialização de pilhas e baterias comuns alcalinas não recarregáveis que contenham metais pesados em sua composição.	02/11/2011	18/09/2012 Pronto para a ordem do dia.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº1051/2011	Instalação de banheiros químicos ou definitivos em locais onde funcionem feiras livres.	02/11/2011	24/11/2011 Anexado ao Projeto de Lei nº 589/2006.	VANESSA DAMO (MDB)

Nº1054/2011	Classifica como Estância Turística o Município de Piratininga.	04/11/2011	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.097	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº1084/2011	Declara de utilidade o “Lar do Menor de Mauá Sol da Esperança” naquele município.	18/11/2011	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.097	VANESSA DAMO (MDB)
Nº1093/2011	Instituí o “Dia da Conscientização da Cardiopatia Congênita”.	24/11/2011	14/06/2012 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.016	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº1094/2011	Cria o “Rótulo Descarte Padrão” e o serviço de informação sobre pontos de descarte de materiais recicláveis.	24/11/2011	12/12/2012 Sessão Extraordinária levantada à sessão –art. 106. IV.	CÉLIA LEÃO e outro. (PSDB)
Nº1098/2011	Classifica como Estância Turística o Município de Bofete.	25/11/2011	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.098	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº1100/2011	Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas no interior de veículos públicos ou privados de transporte coletivo de passageiros no Estado.	25/11/2011	25/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.551/2014.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1102/2011	Instituí o “Conselho Estadual para a Diminuição de Acidente de Trânsito e Transporte –CEDATT”.	26/11/2011	20/10/2015 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº1120/2011	Denomina de “Aloysio Gustavo Sproesser” a ETEC de Monte Mor.	01/12/2011	12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1152/2011	Institui o “Fundo para Superação da Discriminação Racial e Promoção de Igualdade” FSDRPI.	09/12/2011	05/09/2013 Pronta para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1153/2011	Institui o “Dia de Ogum”.	09/12/2011	25/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 14.905/2012.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1154/2011	Institui o “Dia de Iemanjá”.	09/12/2011	25/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 14.893/2012.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1190/2011	Institui a Campanha Estadual de Prevenção da AIDS e demais doenças sexualmente Transmissíveis.	15/12/2011	28/05/2013 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1191/2011	Destinação de parcela da arrecadação com ICMS como forma de incentivo ao esporte.	15/12/2011	30/11/2013 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1203/2011	Declara utilidade pública a “APRISDEFI - Associação para Promoção e Inclusão Social dos Deficientes Físicos” em Itapetininga.	16/12/2011	21/11/2012 Transformado em Norma: Lei nº 14.900/2012.	REGINA GONÇALVES (PV)

Em 2012 foram propostos 781 projetos de Lei, sendo 689 propostos por Deputados e 92 propostos por Deputadas.

PROPOSIÇÕES DE PROJETOS DE LEI 2012



Fonte: elaboração própria com base em dados da Alesp.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº04/2012	Denomina de "Antônio Carlos Lehmann" a E.E. Parque São Bento em Campinas.	03/02/2012	17/10/2013 Tranformado em Norma: Lei nº 15.026/2013.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº05/2012	Torna obrigatória a deponibilização de informações básicas sobre os responsáveis pelos "sites" e páginas eletrônicos que comercializam bens e serviços no Estado.	03/02/2012	22/06/2012 Anexado ao Projeto de Lei nº 785/2008.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº06/2012	Denomina de Corredor Metropolitano "Vereador Biléo Soares" ao Corredor	03/02/2012	03/12/2013 Tranformado em Norma: Lei nº 15.174/2013.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	Metropolitano Noroeste que liga as cidades da Região Metropolitana de Campinas.			
Nº07/2012	Declara utilidade pública o Teatro do Kaos, em Cubatão.	03/02/2012	08/11/2013 Tranformado em Norma: Lei nº 15.175/2013.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº10/2012	Obriga os estabelecimen-tos comerciais, praças de alimentação ou similares e refeitórios de empresas privadas e orgaos públicos do Estado a adaptar lugares às pessoas obesas e com necessidades especiais.	07/02/2012	14/08/2013 Pronto para a ordem do dia.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº16/2012	Declara de utilidade pública o “Grupo de Apoio, Prevenção e Informação ao Soropositivo de Itu”.	08/02/2012	24/10/2012 Tranformado em Norma: Lei nº 14.859/2012	RITA PASSOS (PSD)
Nº17/2012	As formas de divulgação no Estado das promoções de produtos alimentícios com menos de um mês para o término de sua validade.	08/02/2012	08/06/018 Arquivo- Arquivado.	TELMA DE SOUZA (PT)

Nº18/2012	Proíbe no Estado a distribuição ou venda de embalagens de plástico e papel que não forem ecologicamente corretas	08/02/2012	19/05/2012 Pronto para a ordem do dia.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº20/2012	Declara de utilidade pública a “Associação Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios de Itu – POEAO”.	09/02/2012	24/10/2012 Tranformado em Norma: Lei nº 14.860/2012	RITA PASSOS (PSD)
Nº31/2012	Denomina de jornalista “Paulo Martinelli” à ação de acesso de Sosas ligação da SP 065, aos distritos de Sosas e Joaquim Egídio, em Campinas> Parecer nº 812/2014.	10/02/2012	05/08/2014 Tranformado em Norma: Lei nº 15.476/2014	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº57/2012	Denomina de “Raul Antônio de Araújo” à ponte sobre a linha férrea localizada na Rodovia Dr. José Lanzi, em Estava Gerbi.	15/02/2012	11/04/2014 Tranformado em Norma: Lei nº 15.320/2014	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº86/2012	Denomina de “Boris Raskin” ao viaduto localizado no km 74+500 da SP-075, em Campinas.	25/02/2012	11/12/2013 Tranformado em Norma: Lei nº 15.225/2013.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº91/2012	Inclui no calendário Oficial do Estado o “Dia Mães de Maio”.	29/02/2012	16/05/2013 Tranformado em Norma: Lei nº 14.981/2013.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº114/2012	Altera a Lei nº 13.556 de /2009 que instituí o “Programa Bolsa Talento Esportivo”.	09/03/2012	25/03/2013 Tranformado em Norma: Lei nº 14.949/2013.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)
Nº177/2012	Declara de utilidade pública o “Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Urânia”.	28/03/2012	12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	ANA PERUGINI (PT)
Nº182/2013	O efetivo mínimo feminino na Delegacia da Mulher.	28/03/2012	25/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.092.	BETH SAHÃO (PT)
Nº194/2012	Instituí o “Dia do Partido Social Democrático”.	29/03/2012	02/10/2014 Tranformado em Norma: Lei nº 15.514/2014	RITA PASSOS e outros. (PSD)
Nº199/2012	Instituí o “Programa de Atendimento e Inclusão (PAI)”.	31/03/2012	25/10/2013 Pronto para a ordem do dia.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº201/2012	O direito à licença para funcionários públicos que durante ou após o nascimento dos filhos perderam suas esposas.	31/03/2012	26/02/2013 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)

Nº216/2012	Declara de utilidade pública a “Associação de Zoofila de Campos do Jordão”.	10/04/2012	12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº217/2012	Obrigatoriedade da Secretaria Estadual da Saúde de oferecer gratuitamente a vacina contra HPV-Papiloma Vírus Humano para mulheres que necessitam da imunização.	10/04/2012	12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)
Nº218/2012	Obrigatoriedade de vistorias periciais e manutenções periódicas em edifícios residenciais, comerciais e industriais do Estado.	10/04/2012	25/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.092.	TELMA DE SOUZA. (PT)
Nº219/2012	Denomina de “ETEC Professor Darcy Pereira de Moraes” à Escola Técnica do Centro Paula Souza, em Itapetininga.	11/04/2012	06/12/2012 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.025.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)

Nº232/2012	Obrigatoriedade de que as compras realizadas pelos órgãos de administração pública direta e indireta recaiam sobre produtos industriais que tenham pelo menos 60% dos seus componentes ou peças fabricados no país.	12/04/2012	12/06/2018 Arquivado- Arquivo.	ANA PERUGINI, e Outros. (PT)
Nº244/2012	Declara de utilidade pública à “Associação Educacional Colégio- Jesus Adolescente”, em Catanduva.	14/04/2012	12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)
Nº253/2012	Altera a Lei nº 11.600 de 2003 que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10ª Região Administrativa do Estado.	17/04/2012	25/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.092	ANA PERUGINI (PT), ANA DO CARMO (PT), TELMA DE SOUZA(PT), BETH SAHÃO (PT) e outros.
Nº257/2012	Institui a campanha de conscientização e combate aos crimes de violência praticados contra a mulher.	17/04/2012	25/03/2013 Transformado em Norma: Lei nº 14.950/2013.	ANALICE FERNANDES (PSDB)

Nº259/2012	Denomina de “Eduardo Jerônimo Baggio” ao complexo de viadutos que interliga a SP 330 e a SP 338.	19/04/2012	08/04/2013 Tranformado em Norma: Lei nº 14.908/2012.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº263/2012	Denomina de “Luiz agleberto Machado” à Delegacia Seccional de Policia de Itapetininga.	19/04/2012	30/08//2013 Tranformado em Norma: Lei nº 15.091/2013	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº273/2012	Autoriza o Poder Executivo a incorporar a UNESP o Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva.	21/04/2012	07/11/2012 Aprovada a cota da Deputada Leci Brandão, propondo ofício à Unesp e ao lmes.	BETH SAHÃO (PT)
Nº208/2012	Instituí o “Dia do Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária”.	25/04/2012	30/08/2013 Transforma em Norma: Lei nº 15.092/2013	ANA PERUGINI (PT)
Nº299/2012	Criação de “Centros de Apoio” as crianças e adolescentes vitimas de Bulllying.	08/05/2012	05/10/2013 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº304/2012	Torna obrigatória a informação sobre cor ou identificação racial em todos os cadastros públicos e	09/05/2012	01/11/2018 Transforma em Norma: Lei nº 16.758/2018	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº306/2012	Instituí a “Semana do Hip-Hop”.	10/05/2012	29/08/2013 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº326/2012	Instituí o “Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Colo de Útero”.	17/05/2012	30/08/2013 Transforma em Norma: Lei nº 15.098/2013	ANA PERUGINI (PT)
Nº328/2012	A segurança dos equipamentos de diversão instalados em parques de diversões, parques aquáticos e buffes.	18/05/2012	11/06/2018 Arquivado-Arquivo.	ANA PERUGINI (PT)
Nº329/2012	Torna obrigatório o enterramento de linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão no Estado.	19/05/2012	05/10/2013 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)
Nº346/2012	Declara de utilidade pública o “Centro Comunitário de Fisioterapia –FISIO” na Capital.	25/05/2012	05/08/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.019/2013.	ANA PERUGINI (PT)
Nº356/2012	Instituí campanha permanente de conscientização do uso adequado dos serviços de emergência no	29/05/2012	04/07/2016 Anexado o Projeto de Lei 1603/2016.	RITA PASSOS (PSD)

	Estado.			
Nº357/2012	Instituí campanha permanente de esclarecimento sobre os sintomas do descolamento de retina.	29/05/2012	29/08/2013 Pronto para a ordem do dia.	RITA PASSOS (PSD)
Nº359/2012	Proíbe a cobrança pelo estacionamento de veículos de pacientes e acompanhantes nos estabelecimentos de saúde estaduais.	30/05/2012	12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	ANA PERUGINI (PT)
Nº363/2012	Autoriza o Poder Executivo a criar à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado o serviço de recâmbio internacional de crianças, adolescentes e jovens estrangeiros sob medida de proteção judicial.	31/05/2012	26/06/2018 Arquivo- Arquivado	RITA PASSOS (PSD)
Nº379/2012	Instituí o “Dia Estadual da Marcha para Jesus no Novo Milênio”.	02/06/2012	08/10/2013 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.041.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº380/2012	Classifica como Estância Turística o Município de Igaratá.	02/06/2012	27/03/2015 Publicado o Despacho – Arquite-se nos termos do art. 177, da XV CRI”.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)

Nº398/2012	Denomina de “Luiz Geraldo Zanco” ao retorno localizso no Km 181+230m na SP 340, em Estive Gerbi.	12/06/2012	05/08/2013 Tranformado em Norma: Lei nº 15.004/2013.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº407/2012	Denomina de “Gilson Pereira” à passa-rela localiada no km 26 da SP 280, em Barueri.	14/06/2012	05/08/2013 Tranformado em Norma: Lei nº 15.039/2013.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº410/2012	Criação da “Casa Dia dos Idosos” objetivando proporcionar-lhes acolhimento, abrigo diurno, cuidados, proteção e conveniência adequados a suas necessidades.	15/06/2012	28/06/2012 Anexado ao Projeto de Lei 855/2010.	BETH SAHÃO (PT)
Nº422/2012	Declara de utilidade pública a “Associação Coral de Aguaí”, naquele município.	20/06/2012	30/08/2013 Tranformado em Norma: Lei nº 15.070/2013.	RITA PASSOS (PSD)
Nº433/2012	Classifica como Estância Turística o Município de São Bernardo do Campo.	23/06/2012	15/06/2018 Arquivo- Arquivado.	ANA DO CARMO (PT)
Nº434/2012	Utilização de tijolos ecológicos nas obras que a administração pública contratar.	23/06/2012	05/09/2013 Pronto para a ordem do dia.	ANA DO CARMO (PT)

Nº440/2012	Declara de utilidade pública a “Associação Paulista do Projeto Ampliar”, na Capital.	26/06/2012	30/08/2013 Tranforma em Norma: Lei nº 15.085/2013.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº444/2012	Denomina de “Temer Marconi da Silva” ao Fórum da Comarca da Estância Turística de Presidente Epitácio.	27/06/2012	25/03/2013 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.027.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº445/2012	Declara de utilidade pública a “Associação Casa da Criança Zenaide de Souza Lima”, em Itaquaquecetuba.	27/06/2012	25/07/2018 Tranforma em Norma: Lei nº 15.143/2013.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº451/2012	Declara de utilidade pública a “Associação Cultural Quilombo de Bariri”.	29/06/2012	30/08/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.071/2013.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº452/2012	Declara de utilidade pública o “Instituto Floravida”, em Botucatu.	29/06/2012	22/08/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.103/2013.	LECI BRANDÃO e outros. (PC do B)
Nº454/2012	Instituí o “Dia Estadual do Motorista e Condutor de Ambulância”.	30/06/2012	23/04/2013 Transformado em Norma: Lei nº 14.972/2013.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº455/2012	Instituí o “Dia Estadual de Conscientização da Esclerodermia”.	30/06/2012	26/03/2013 Transformado em Norma: Lei nº 14.939/2013.	VANESSA DAMO (MDB)

Nº481/2012	Instituí o “Dia Estadual da Conscientização para Doação de Leite Humano”.	03/08/2012	03/12/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.130/2013.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº482/2012	Instalação de detector nas salas de cinema, teatros, casas de show e espetáculos em geral no Estado.	03/08/2012	16/03/2013 Pronto para a ordem do dia.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº484/2012	Instituí o “Dia Estadual da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha”.	03/08/2012	08/11/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.131/2013.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº485/2012	Denomina de “Penitenciária Gilmar Monteiro de Souza” à Penitenciária II de Balbinos.	04/08/2012	30/08/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.094/2013.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº522/2012	Denomina de “Rodovia Amantino Stevano” ao trecho de SP 226 que liga os municípios de Pariquera- Açu e Cananéia.	16/08/2012	08/11/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.132/2013	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº527/2012	Declara de utilidade pública a “Associação das Voluntárias do Hospital Infantil darcy Vargas”, na Capital.	18/08/2012	08/11/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.192/2013	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº536/2012	Proibição de cobrança de Taxa de Visita Técnica ao consumidor para elaboração de orçamento para prestação de serviço.	22/08/2012	08/06/2012 Arquivo- Arquivado.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº537/2012	Denomina de “Emy Anny Gehring cardoso” à ponte localizada no km 76/7 da SP 129, em Itapetininga.	23/08/2012	05/08/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.006/2013.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº541/2012	Declara de utilidade pública a “União de Organizações não Governamentais UNIONG”, em Sorocaba.	23/08/2012	25/10/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.144/2013.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº548/2012	Denomina de “Clineu de Mello Almada” ao viaduto localizado no km 93,5 da SP 280, em Porto Feliz.	30/08/2012	22/08/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.056/2013.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº556/2012	Implantação de ecodutos que possibilitam a segura transposição da fauna por sob ou sobre as estradas, rodovias e ferrovias em todo o território do Estado.	01/08/2012	13/12/2019 Anexado o Projeto de Lei 1266/2019.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)
Nº563/2012	Inclui dispositivo na Lei 13.226 de 2008 que instituiu no âmbito do Estado de São Paulo o	06/09/2012	04/04/2014 Pronta para a ordem do dia.	REGINA GONÇALVES, e

	Cadastro para o Bloqueio do Recebimento de Ligação de Telemarketing.			outros. (PV)
Nº575/2012	Denomina de “Dr. Ledwar Vieira de Moraes” à ponte localizada no Km 135+300 da SP 270 em Sapucaí.	21/09/2012	08/10/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.116/2013.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº586/2012	Declara de utilidade pública a “Associação Missão Isabella Bellanova”, em Itaquaquetuba.	29/09/2012	11/12/2014 Juntado ao Projeto de Lei nº 1388/2014.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº587/2012	Procedimento obrigatório de reserva de assento de acompanhante da Pessoa com Deficiência em teatros, cinemas, casas de shows e espetáculos em geral no Estado.	29/09/2012	06/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.532/2014.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº666/2012	Proíbe no âmbito do Estado a cobrança da taxa de 10% de serviços em compras coletivas na internet.	24/11/2012	03/09/2013 Constando na ordem do dia.	REGINA GONÇALVES e outros. (PV)
Nº669/2012	Inclui no Calendário de Vacinação da Criança do Estado a imunoprofilaxia para varicela conhecida como catapora.	24/11/2012	14/11/2013 Publicado parecer nº 1994 de 2013 da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)

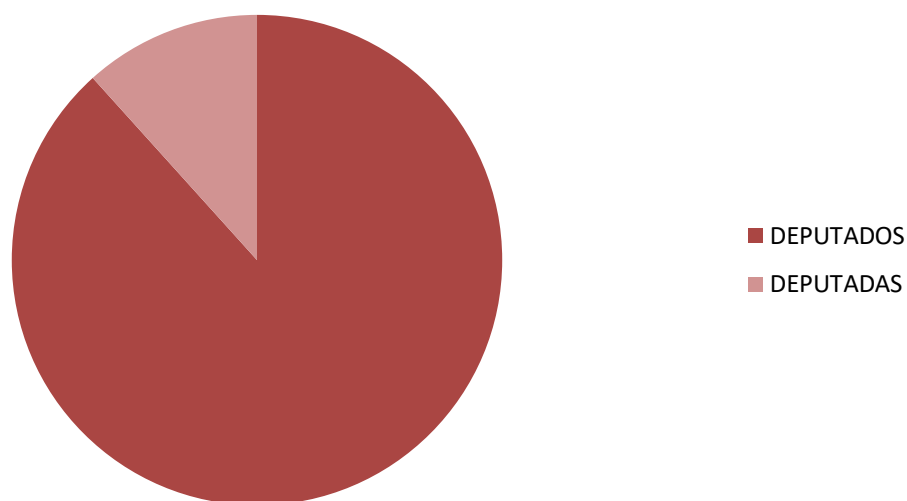
Nº670/2012	Redução de 50% do valor do pedágio nas rodovias do Estado para estudantes ou empresas que realizam o serviço de transporte.	24/11/2012	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº682/2012	Altera dispositivos da Lei nº 13.747 de 2009, que obriga os fornecedores de bens e serviços a fixar fata e turno para a realização de serviços ou entrega de produtos aos consumidores.	28/11/2012	26/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 14.951/2013.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº707/2012	Declara de utilidade pública a “Direito, Igualdade, Esclarecimento e Trabalho em DSTS/HIV e Drogas- D.IE.T”, em Mogi das Cruzes.	06/12/2012	03/04/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.371/2014.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº715/2012	Autoriza o Poder Executivo a instituir a disciplina “Orevenção a Acidentes de Trânsito” na grade curricular das escola da rede oficial de ensino do Estado.	07/12/2012	30/08/2016 Anexado o Projeto de Lei nº 630/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº717/2012	Obriga a instalação de sistema de blindagem nas viaturas das	07/12/2012	23/08/2019 Pronto para a ordem do dia.	RITA PASSOS (PSD)

	Polícias Civil e Militar do Estado.			
Nº718/2012	Declara de utilidade pública o “Espaço Infantil Recreativo e Educacional Quadrangular Projeto Vida”, na Capital.	08/12/2012	30/08/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.086/2013.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº723/2012	Proibição de instalação de anúncios em escolas integrantes da Rede Estadual de Ensino.	11/12/2012	26/09/2013 Pronto para a ordem do dia.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº731/2012	Classifica como Estância Turística o Município de Cabreúva.	12/12/2012	12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº732/2012	Classifica como Estância Turística o Município de Porto Feliz.	12/12/2012	12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº746/2012	Equipara a síndrome de “Von Recklinghausen (neurofibromatose) às deficiências físicas e mentais para efeitos jurídicos no Estado.	15/12/2012	18/03/2014 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº755/2012	Obrigatoriedade da disponibilização de dependência para amamentação e fraldário estabelecimentos onde o fluxo de	18/12/2012	18/08/2015 Pronto para a ordem do dia.	REGINA GONÇALVES e outros. (PV)

	peças seja intenso.			
Nº756/2012	Liberação dos consumidores em utilizarem livremente a rede de assistência técnica autorizada ou credenciada no âmbito de Estado de São Paulo.	18/12/2012	01/11/2013 Pronto para a ordem do dia.	REGINA GONÇALVES e outros. (PV)
Nº768/2012	Proíbe aos bares, restaurantes e similares no Estado a prática de deixar de atender a solicitação de mesa de clientes por não estarem presentes o total de ocupantes da mesa solicitada.	21/12/2012	12/09/2015 Pronto para a ordem do dia.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº774/2012	Cria a "Política Estadual de Amparo e Assistência à Mulher Vítima de Violência".	22/12/2012	23/08/2013 Publicado o Parecer nº1062/2013 da Comissão de Constituição e Justiça CCRJ.	ANALICE FERNANDES (PSDB)

Em 2013 foram propostos 1036 projetos de Lei, sendo 915 propostos por Deputados e 121 propostos por Deputadas.

PROPOSIÇÕES DE PROJETOS DE LEI 2013



Fonte: elaboração própria com base em dados da Alesp.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº56/2013	Torna obrigatória a instalação de relógio digital nas salas onde forem realizados os vestibulares e concursos públicos.	22/06/2013	31/10/2014 Publicado Parecer nº 1277/2014 da CCJ, Favorável à proposição.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 63/22013	Dá a nova redação ao artigo 9º da Lei Estadual nº 13.296/2008, que estabelece o tratamento tributário do IPVA.	26/02/2013	31/10/2014 Publicado Parecer nº 1281/2014 da CCJ, Favorável à proposição.	BETH SAHÃO (PT)

Nº 64/2013	Torna obrigatória a divulgação dos gabaritos dos exames de ingresso em cursos de residência médica em até 48 horas contadas de seu término.	26/02/2013	13/07/2018 Arquivo- Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 66/2013	Institui o “Dia Estadual das Tias Baianas das Escolas de Samba de São Paulo”.	26/02/2013	25/10/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.148/2013.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 74/2013	Dispõe sobre a proibição no Estado da comercialização do artefato pirotécnico.	01/03/2013	12/08/2015 Publicado o Parecer nº 640 da CCJ.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº 83/2013	Declara de utilidade pública a “Associação Faça uma Criança Sorrir de Osasco e Região”, em Osasco.	05/03/2013	22/08/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.081/2013.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 94/2013	Autoriza o Poder Executivo através do Detran-SP a enviar comunicação informando a data de vencimento da	07/03/2013	07/06/2013 Instrução Completa por força da juntada nos termos do artigo 179, § 2º da Comissão de	BETH SAHÃO (PT)

	validade da CNH.		Justiça e Redação.	
Nº 106/2013	Dá a denominação de “Professor Naérson Miranda” a E.E.em Bofete.	12/03/2013	18/08/2014 Tranformado em Norma: Lei nº 15.433/2014.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº107/2013	Declara de utilidade pública o “Centro Familiar de Solidariedade Nossa Senhora Rainha da Paz – CEFAZ” em Sorocaba.	12/03/2013	11/02/2015 Tranformado em Norma: Lei nº 15.629/2014.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 108/2013	Veda o ingresso e o uso de sinalizadores pirotécnicos em estádios de futebole outros locais de concentraçãi de pessoas.	13/03/2013	18/02/2014 Pronto para a ordem do dia.	ANA DO CARMO (PT)
Nº 111/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade da orientação sobre procedimentos de emergência nos espaços destinados à realizaçãp de eventos que reúnem o público	13/03/2013	27/02/2015 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)

	em geral ou atividades que resultem a aglomeração de pessoas.			
Nº 137/2013	Altera dispositivo de Lei nº 9.893/97 que disciplina a matéria atinente à inserção dos nomes dos deputados de projetos de lei e das respectivas siglas partidárias nas publicações.	19/03/2013	29/05/2013 Pronto para a ordem do dia.	RITA PASSOS e outros. (PSD)
Nº 174/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade das Operações de Planos Privados de Assistência à Saúde de fornecer os beneficiários resposta por escrito em prazo determinado as solicitações de procedimento.	28/03/2013	14/08/2013 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 176/2013	Declara de utilidade pública a “Associação Beneficiante Lar Mãe de Providência – Santa Maria Maior”, em São	28/03/2013	20/12/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.231/2013.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)

	Roque.			
Nº 174/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade das Operadoras de planos Privados de Assistência à Saúde de fornecer aos beneficiários resposta por escrito as solicitações de autorização de procedimento.	28/03/2013	14/08/2013 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 177/2013	Classifica como Estância Turística o Município de Torre de Pedra.	28/03/2013	15/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 178/2013	Classifica como Estância Turística o Município de Pardinho.	28/03/2013	15/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 180/2013	Classifica como Estância Turística o Município de Itatinga.	28/03/2013	24/03/2015 Publicado o Despacho. Arquive-se.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 183/2013	Institui o “Dia estadual de Respeito aos Ciclistas”.	03/04/2013	08/11/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.184/2013.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 187/2013	Dispõe sobre o oferecimento na rede pública de saúde do Estado dos exames e	05/04/2013	29/05/2014 Publicado o Despacho, Junte-se o Projeto de Lei nº	BETH SAHÃO (PT)

	avaliação para diagnóstico precoce do autismo.		539/2013 ao 187/2013.	
Nº 189/2013	Dá a denominação de “Salustiano Pupim” ao viaduto localizado no Km 578 da Rodovia Euclides da Cunha SP 320, em Estrela D’Oeste.	05/04/2013	08/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.765/2015.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº 197/2013	Dá a denominação de “Profª Fernanda de Camargo Pires” a E.E. da Vila Barão em Sorocaba.	06/04/2013	24/04/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.354/2014.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 198/2013	Dá a denominação de “Profª Maria Helena Gazzi Bonadio” à E.E. do Jardim Ipanema Ville em Sorocaba.	06/04/2013	31/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.900/2015.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 199/2013	Dá a denominação de “Profª Maria Ondina Andrade” à E.E. do Jardim Santa Esmeralda em Sorocaba.	06/04/2013	08/06/2018 Arquivo – Arquivado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)

Nº 212/2013	Dá a denominação de “Prof Elias Miguel Júnior” à ETEC Votorantim.	12/04/2013	15/09/2017 Transformado em Norma: Lei nº 15.123/2013.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 223/2013	Autoriza a insenção do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias estaduais, aos veículos cujo proprietário possua residência permanente ou que explore atividade profissional no município em que localizar a praça de pedágio.	19/04/2013	02/03/2021 Anexado o Projeto de Lei nº 144/2019.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 231/2013	Cria o “Programa de Estímulo ao Escotismo” nas escolas estaduais.	20/04/2013	08/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.304/2016.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 233/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado de instalr e manter clínicas de diálise nos municípios com população superior a 50.000 habitantes.	20/04/2013	11/02/2014 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 237/2013	Denomina de “Tomaz Caetano		08/10/2013 Arquivado pelo	

	Cannavan Ripoli” ao Contorno de Piracicaba que se inicia no KM 162 da SP 308, entrocamento com a SP 304.	25/04/2013	Setor de Arquivo na caixa 17.01.041.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 250/2013	Maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres da rede pública e privada do Estado, ficam obrigados a permitir a presença de doulas durante todo trabalho de parto e pós-parto imediato.	01/05/2013	09/12/2015 Publicado Ofício s/nº da Artemis, manifestando-se acerca do Referido Projeto.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 262/2013	Denomina de “Orivaldo Hoffman” ao retorno localizado no km 108 da Rodovia Anhanguera.	07/05/2013	11/02/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.261/2013.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 305/2013	Denomina de “Dr Adenécio Lourenção” ao viaduto localizado no km 71 da Rodovia Anhanguera em	21/05/2013	11/02/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.262/2013.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	Louveira.			
Nº 313/2013	Denomina de “Dr. Paulo Roberto Aguilar Carrasco” ao Ambulatório Médico de Especialidades- AME de Sorocaba.	22/05/2013	11/02/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.263/2013.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 314/2013	Denomina de “Dra. Veridiana Victória Rossetti” à unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Sorocaba.	22/05/2013	08/06/2018 Arquivo- Arquivado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 319/2013	Dispõe sobre a insenção de ICMS para aquisição do Marcapasso Cerebral para pessoas com doença de Parkinson.	24/05/2013	15/12/2015 Pronto par a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 325/2013	Denomina de “Heroah José Ahwerner” à passarela localizada no km 343+605 da Rodovia Padre Manoel de Nóbrega – SP 55 em Peruíbe.	25/05/2013	04/11/2013 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.044.	REGINA GONÇALVES (PV)

Nº 343/2013	Autoriza o Poder Executivo a implantar “Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher” nos municípios com mais de 100 mil habitantes.	04/06/2013	10/04/2014 Pronto para a ordem do dia.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº 358/2013	Cria a “Rede de Atenção à Cardiopatia Congênita/Vaga Zero” do Estado.	11/06/2013	28/08/2015 Pronto para a ordem do dia.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 374/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame de Ecocardiograma fetal e em recém-nascidos no Estado de São Paulo.	15/06/2013	18/02/2014 Pronto para a ordem do dia.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 375/2013	Inclui no Calendário Oficial do Estado a “Semana Padre Bento”, em Itu.	18/06/2013	04/11/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.172/2013.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 395/2013	Declara de utilidade pública a ONG “Vira Lata – Vira Vida” em Piracicaba.	22/06/2013	10/12/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.236/2013.	ANA PERUGINI (PT)

Nº 420/2013	Torna obrigatória a realização do “teste do coraçãozinho” em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades do Estado.	27/06/2013	18/03/2014 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 421/2013	Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do ICMS, incidente sobre o óleo diesel usado pelos ônibus dos sistemas de transporte coletivo do Estado.	27/06/2013	18/03/2014 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 430/2013	Autoriza o Poder Executivo a destinar 20% do valor arrecadado com multas de trânsito para a modernização dos equipamentos e treinamento dos policiais civis e militares do Estado.	29/06/2013	09/09/2014 Constando na ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)

Nº 439/2013	Cria o Programa de Atendimento Juvenil aos Egressos de Casa Abrigo.	03/07/2013	08/06/2018 Arquivo- Arquivado.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 447/2013	Obrigatoriedade de bares, restaurantes e similares que forneçam a comanda impressa além da eletrônica que perminta o controle de consumo pelos clientes.	04/07/2013	13/07/2018 Arquivo- Arquivado.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº 459/2013	Declara de utilidade pública a “Associação Cultural e Ecológica Ogwa Butoh Center”, em São Simão.	02/08/2013	24/04/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.363/2014.	ANA DO CARMO (PT)
Nº 470/2013	Declara de utilidade pública o “Centro de Desenvolvimento Social Arte Pela Vida”, em Tatuí.	02/08/2013	24/04/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.373/2014.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 472/2013	Assegura às mulheres vítimas de violência doméstica física ou psicológica o direito de receber	03/08/2013	08/05/2018 Publicado requerimento de autoria do Deputado Marco Vinholi	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	a importância de 1 salário mínimo no caso de não possuir meio de prover a própria subsistência.		solicitando que a tramitação do referido Projeto de lei se faça em caráter de urgência.	
Nº 483/2013	Instituí a Política Cultural Paulista destinada a promover, a difusão e o acesso aos direitos culturais dos diferentes núcleos comunitários de cultura.	07/08/2013	17/10/2015 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 494/2013	A distribuição de dispositivo de segurança conhecido como “botão do pânico”, para as mulheres vítimas de violência doméstica mesmo com a medida protetiva em todo Estado.	08/08/2013	24/11/2015 Republicados os Títulos dos Pareceres nº 1508/2015.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 495/2013	Incluí no Calendário Turístico do Estado a “Festa do Divino Espírito Santo de Biritiba Mirim”.	08/08/2013	09/05/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.381/2014	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)

Nº 500/2013	Declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araçoiaba da Serra”.	08/08/2013	19/03/2014 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.057.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 521/2013	Denomina de “Osmar Antônio Muller” ao complexo viário localizado do km 70 da SP 360, em Jundiaí.	14/08/2013	14/08/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.343/2014.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 522/2013	Confere ao Município de Monteiro Lobato o título de “Berço da Literatura Infantil” do Estado.	14/08/2013	19/02/2014 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 546/2013	Declara de utilidade pública a Associação de Proteção ao Adolescente Pilarense-APROAPI, em Pitar do Sul.	22/08/2013	08/11/2013 Transformado em Norma: Lei nº 15.195/2013.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 548/2013	Classifica como Estância Turística o Município de Sales.	22/08/2013	27/03/2015 Publicado o Despacho: Arquite-se nos termos do art. 177, da “XIV da CRI”.	RITA PASSOS (PSD)

Nº 564/2013	Instituí o “Programa de Atendimento ao Parto sem Dor-Paps”, destinada às gestantes do Estado.	29/08/2013	11/04/2014 Pronto para a ordem do dia.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 566/2013	Autoriza o Poder Executivo a instalar a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC, em Novo Horizonte.	30/08/2013	05/12/2014 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 567/2013	Autoriza o Poder Executivo a instalar a Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC, em Itápolis.	30/08/2013	30/05/2014 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 568/2013	Incluí no Calendário Turístico do Estado o “Desfile de Cavaleiros e Amazonas”, em Santo Antônio do Jardim.	30/08/2013	09/05/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.383/2014.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº 573/2013	Cria o “Circuito das Flores Paulista”, Integrado pelos Municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna e Santo Antônio de Posse.	31/08/2013	09/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.668/2018.	CÉLIA LEÃO e outro. (PSDB)
Nº 582/2013	Obrigatoriedade de todos os esrabelecimentos de saúde do Estado em manter exemplares do Código de Ética Médica de Processo Ético – Profissional e legislação referente a ANS, disponíveis para consulta.	03/09/2013	14/06/2017 Publicado Requerimento de autoria do Deputado Roberto Massafera solicitando que a tramitação do referido Projeto de lei se faça em caráter de urgência.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº 583/2013	Instituí o Procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher nos serviços de Saúde públicos e privados no	03/09/2013	15/06/2018 Arquivo- Arquivado.	ANALICE FERNANDES (PSDB)

	Estado.			
Nº 599/2013	Instituí o Programa de Reciclagem de Entulhos da Construção Civil e Demolição no Estado.	06/09/2013	13/08/2015 Pronto para a ordem do dia.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 600/2013	Classifica como Estância Turística o Município de Penápolis.	06/09/2013	24/03/2015 Publicado o Despacho: Arquite-se nos termos do artigo 177 da XIV-CRI.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 608/2013	Proíbe o uso de munição de elastômero (bala de borracha) no Estado.	10/09/2013	04/03/2015 Constando na ordem do dia.	ANA DO CARMO (PT), BETH SAHÃO (PT), ANA PERUGINI (PT), TELMA DE SOUZA (PT) e outros.
Nº 618/2013	Denomina de "Tomaz Caetano Cannavan Ripoli" ao Contorno Charqueada SP 191 (Irineu Penteado).	12/09/2013	04/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.084.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 622/2013	Assegura aos povos indígenas assistência religiosa prestada por seus líderes espirituais em	12/09/2013	09/05/2014 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)

	hospitais e unidades de saúde da rede pública e privada do Estado.			
Nº 635/2013	Isenção do pagamento de taxa de 2º via de documentos roubados quando expedidos por órgãos públicos do Estado.	14/09/2013	09/02/2019 Publicado o Despacho Junte-se o Projeto de Lei nº 731/2018 ao Projeto de Lei nº 452/2003.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº 643/2013	Denomina de "Otalábio Honorato Alves" o viaduto localizado no km 463/650m da SP 320 em Bálsamo.	19/09/2013	25/02/2014 Anexado ao Projeto de Lei nº 1.182/2011.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº 645/2013	Termo de garantia ao consumidor que tiver produto substituído em decorrência de defeito insanável do fabricante.	19/09/2013	12/02/2020 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 653/2013	Denomina de "Prefeito Olímpio Andrade" à ETEC do Centro Paula Souza – em Boituva.	21/09/2013	03/12/2013 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.047.	RITA PASSOS (PSD)

Nº 654/2013	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar para fins socioculturais o terreno anexo ao “Teatro Oficina” na Capital.	21/09/2013	15/06/2018 Arquivo- Arquivado.	LECI BRANDÃO e outros. (PC do B)
Nº 667/2013	Declara de utilidade pública a “Associação de Apoio às Pessoas com Lesão Medular – POLEM” em Mogi Guaçu.	26/09/2013	03/04/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.375/2014.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 684/2013	Denomina de “Armando Pannunzio” à ETEC de Sorocaba.	01/10/2013	11/02/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.648/2015.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 690/2013	Autoriza o Poder Executivo a criar a “Secretaria de Estado do Idoso”.	02/10/2013	28/08/2019 Concedida vista ao Deputado Teonilio Barba.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 692/2013	Autoriza as Unidades de Saúde públicas e privadas do Estado a realizar a cardiotocografia como exame de rotina no final da gestação e durante o trabalho	03/10/2013	02/10/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.517/2014.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)

	de parto para avaliar o bem-estar materno-fetal.			
Nº 697/2013	Anotação do uso de marca passo cardiaco nas Cédulas de Identidade expedidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.	04/10/2013	22/05/2014 Pronto para a ordem do dia.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 701/2013	Publicação mensal em Diário Oficial e outros meios eletrônicos da relação das diárias utilizadas pelos agentes públicos.	05/10/2013	16/12/2014 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 708/2013	Estabelece normas para venda e/ou distribuição de CDs, DVDs e Blu-rays Disc no Estado.	08/10/2013	29/08/2015 Pronto para a ordem do dia.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº 717/2013	Denomina de "Júlio Ganiatti" ao viaduto localizado no km569 da Rodoviia Euclides da Cunha SP- 320	10/10/2013	10/03/2015 Publicado o parecer nº 245/2015 da CCJ, sobre o Projeto de Lei nº	ANALICE FERNANDES (PSDB)

	em Estrela D'Oeste.		1179/2011 ao qual este foi anexado.	
Nº 718/2013	Classifica Penápolis como Município de Interesse Turístico.	10/10/2013	25/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 719/2013	Classifica Sales como Município de Interesse Turístico.	10/10/2013	25/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 720/2013	Classifica Itatinga como Município de Interesse Turístico.	10/10/2013	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 721/2013	Classifica Cerquilha como Município de Interesse Turístico.	10/10/2013	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 722/2013	Classifica Pardinho como Município de Interesse Turístico.	10/10/2013	25/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 723/2013	Classifica Torre de Pedra como Município de Interesse Turístico.	10/10/2013	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093.	RITA PASSOS (PSD)

Nº 724/2013	Classifica Porto Feliz como Município de Interesse Turístico.	10/10/2013	25/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 725/2013	Classifica Cabreúva como Município de Interesse Turístico.	10/10/2013	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 738/2013	Instituí o Programa de Orientação em Saúde e Atendimento Social às Gestantes e implanta medidas de informação sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal no Estado.	15/10/2013	28/08/2014 Pronto para a ordem do dia.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº 742/2013	Criação da FATEC da zona norte da Capital.	16/10/2013	30/10/2013 Anexado ao Projeto de Lei nº 101/2012.	ANA DO CARMO (PT)
Nº 743/2013	Criação da Universidade do Vale do Paraíba Litoral Norte e Serra da Mantiqueira.	16/10/2013	05/12/2018 Publicado requerimento de autoria da Deputada Beth Sahão	ANA DO CARMO (PT)

			solicitando a tramitação do Referido Projeto de Lei se faça em caráter de urgência.	
Nº 751/2013	Denomina de "Oscar Garcia Machado" o Presídio Feminino de Votorantim.	18/10/2013	01/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.403/2017.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 766/2013	Declara de utilidade pública a "Sociedade Visconde de São Leopoldo", em Santos.	23/10/2013	11/02/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.582/2014.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº 770/2013	Classifica Garça como Município de Interesse Turístico.	25/10/2013	25/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 771/2013	Denomina de "Lazinho Alves" o viaduto localizado no km129 da Rodovia Raposo Tavares, em Capela do Alto.	25/10/2013	05/08/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.490/2014.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 797/2013	Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado.	05/11/2013	08/06/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.552/2014.	BETH SAHÃO (PT), LECI BRANDÃO (PC do B), RITA PASSOS (PSD), SARAH MUNHOZ (PC

				do B) e outros.
Nº 873/2013	Determina às empresas concessionárias de serviços no Estado e aos órgãos da Administração Pública a emissão de contas, boletos, comunicados e afins em Sistema Braile para pessoas com deficiência visual.	26/11/2013	20/10/2016 Publicado o Despacho. Junte-se o Projeto de Lei nº759/2016 ao Projeto de Lei nº441/2005.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº 874/2013	Cria a anotação no documento de identidade civil específica às pessoas com deficiência.	26/11/2013	02/04/2019 Juntado aos autos o Protocolado nº003340 de 28/03/2019.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº 886/2013	Incluí no Calendário Turístico do Estado o "Baile do Carmo", em Araraquara.	28/11/2013	Transformado em Norma: Lei nº 15.404/2014.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 891/2013	Autoriza o Poder Executivo a implementar a gratuidade nos transportes públicos de passageiros às pessoas doentes de	29/11/2013	18/02/2017 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)

	tuberculose.			
Nº 917/2013	Denomina de “Prof Attilio Vidal Lafratta”a E.E. Jardim Costa Rica, em Piracicaba.	05/12/2013	06/08/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.418/2014.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 922/2013	Declara o samba patriônio cultural imaterial do Estado.	06/12/2013	25/03/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.690/2015.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 923/2013	Instituí a “Semana Estadual do Samba”.	06/12/2013	18/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.394/2017.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 924/2013	Instituí o procedimento de inserção nos Sistemas de Informação da Secretaria da Segurança Pública do Estado das medidas protetivas de urgência aplicadas pelo Poder Judiciário contra o agressor.	06/12/2013	20/08/2014 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.074.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº 929/2013	A priorização de vagas para do Programa Emprega São Paulo para mulheres inseridas em Programas de Assistência à Mulher Vítima de Violência no Estado.	07/12/2013	11/09/2015 Pronto para a ordem do dia.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)

Nº 941/2013	Institui o “Dia Estadual do Reggae”.	11/12/2013	19/08/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.481/2014.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 958/2013	Cria o “Programa de Incentivo à Educação Especial (PIEE)”.	13/12/2013	31/10/2014 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 959/2013	Declara de utilidade pública a “ACESA Capuava- Associação Cultural Educacional Social e Assistencial Capuava”, em Valinhos.	12/12/2013	26/06/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.453/2014.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 962/2013	Declara de utilidade pública a “Rede Cultural Beija-Flor”, em Diadema.	13/12/2013	06/08/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.407/2014.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 968/2013	Rotulagem de produtos que utilizam animais para testes e/ou experimentos em sua cadeia produtiva direta e indireta no Estado.	14/12/2013	12/02/2014 Instrução completa por força do artigo 179 da XIV CRI.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 972/2013	Classifica Lenções Paulista como “Município de Interesse Turístico”.	14/12/2013	25/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 992/2013	Destinação de espaço físico nos eventos públicos tais como festas,	18/12/2013	25/08/2017 Anexado o Projeto de Lei nº 725/2017.	BETH SAHÃO (PT)

	exposições e congêneres, realizados no âmbito do Estado para exposição e comercialização de produtos da economia solidária.			
Nº 993/2013	Obrigatoriedade de instalação ou adaptação de provadores de rouças, calçados e demais artigos de vestuário, acessíveis à população com necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida.	18/12/2013	26/06/2015 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 994/2013	Obrigatoriedade de comunicação pelos hospitais, clínicas e postos de saúde da rede pública e privada do Estado as ocorrências envolvendo embriaguez ou consumo de drogas por criança e ou adolescente.	18/12/2013	12/02/2014 Anexado ao Projeto de Lei nº 34/2013.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 995/2013	Obrigatoriedade de tema de política social antidiscriminatória e de direitos do cidadão e dos movimentos sociais	18/12/2013	13/02/2019 Arquivo- Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)

	no conteúdo curricular dos cursos de formação de Policiais Civis e Militares do Estado.			
Nº 996/2013	Divulgação do serviço de disque-denúncia nacional de violência contra a mulher no Estado.	18/12/2013	29/05/2014 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.066.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1001/2013	Garante ao consumidor levar gratuitamente o produto que tiver diferença entre o preço anunciado dentro do estabelecimento comercial e o registro no caixa em todo Estado.	19/12/2013	30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)

Em 2014 foram propostos 1443 projetos de Lei, sendo 1344 propostos por Deputados e 99 propostos por Deputadas.



Fonte: elaboração própria com base em dados da Alesp

NÚMERO DO PROJETO DE LEI	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº 08/2014	Instalação de dispositivos obrigatórios para segurança nas piscinas privativas coletivas e públicas no Estado.	04/02/2014	13/12/2017 Publicado o Despacho. Junte-se o Projeto de Lei nº 842/2017.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 40/2014	Dá a denominação de “Inizio Alves Carriel” ao viaduto localizado no km 133,5m da Rodovia Raposo Tavares, em Capela do Alto.	07/02/2014	08/06/2018 Tranformado em Norma: Lei nº 15.796/2015.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 49/2014	Autoriza o Poder Executivo criar o “Circuito Paulista de Vôlei de Praia”.	11/02/2014	03/10/2015 Pronto para a ordem do dia.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº 50/2014	Regulamenta no âmbito do Estado, os direitos e deveres individuais e coletivos que especifica.	12/02/2014	24/03/2015 Tranformado em Norma: Lei nº 15.556/2014.	LECI BRANDÃO (PC do B), RITA PASSOS e outros.
Nº 106/2014	Declara de utilidade pública o “Lar Espírita Mensageiros do Amor”, em Catanduva.	21/02/2014	25/06/2018 Arquivo-Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)

Nº 107/2014	Declara de utilidade pública a “Casa de Recuperação e Reintegração Social Recomeçar”, em Catanduva.	21/02/2014	25/06/2018 Arquivo- Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 162/2014	Declara de utilidade pública a “Associação Cultural e Educacional Circense Tapias Voadoras”, Diadema.	13/03/2014	08/06/2015 Anexado ao Projeto de Lei nº 523/2015.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 170/2014	Denomina de “Professor Marcos de Afonso Marins” ao dispositivo de acesso localizado no km 110 da Rodovia João Leme dos Santos, em Sorocaba.	18/03/2014	02/10/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.561/2014.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 220/2014	Institui o “Dia da Aliança de Amor”.	28/03/2014	10/09/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.462/2014.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 249/2014	A implantação do programa de Combate e Prevenção à Violência de Gênero nas Escolas Públicas do Estado.	29/03/2014	03/10/2015 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 308/2014	Denomina de “Francisco Piva” ao dispositivo de acesso e retorno em um viaduto	04/04/2014	12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	ANA PERUGINI (PT)

	localizado no km150 da SP 308, em Rio das Pedras.			
Nº 309/2014	Denomina de “Antônio Berto” ao dispositivo de acesso e retorno em viaduto localizado no km138+500m da SP 308, em Rio das Pedras.	04/04/2014	12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 368/2014	Declara de utilidade pública a “Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Caetano do Sul”.	11/04/2014	15/06/2018 Arquivo- Arquivado.	REGINA GONÇALVES (PV)
Nº 370/2014	Instituí o “Dia de Conscientização sobre a Imunodeficiência Primária- IP”.	11/04/2014	03/10/2015 Pronto para a ordem do dia.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 371/2014	Instituí na rede hospitalar pública do Estado metas internacionais de segurança do paciente.	11/04/2014	06/06/2018 Arquivo- Arquivado.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 411/2014	A extensão das vantagens da carreira médica aos profissionais de enfermagem na Rede de Saúde Pública do Estado.	15/04/2014	01/10/2018 Arquivo- Arquivado.	SARAH MUNHOZ (PC do B)

Nº 413/2014	Declara de utilidade pública a “Associação de Apoio Desenvolvimento Humano Acalento”, em Caraguatatuba.	15/04/2014	02/10/2014 Transformado em Norma: Lei nº 15.547/2014.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 415/2014	Programas permanentes de capacitação dos profissionais da Companhia Metropolitana de São Paulo e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos em especial os da área de segurança para que estejam aptos na prevenção e no enfrentamento à prática da violência sexual em suas dependências.	16/04/2014	27/02/2016 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 416/2014	Realização de campanhas periódicas e sistemáticas contra a violência sexual, voltadas aos usuários da Companhia Metropolitano de São Paulo e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.	16/04/2014	30/10/2017 Anexado o Projeto de Lei nº 950/2017.	BETH SAHÃO (PT)

Nº 447/2014	Destinação de unidades habitacionais de interesse sociais produzidas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de Estado de São Paulo – CDHU na forma que menciona.	23/04/2014	23/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.089.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 517/2014	Obrigatoriedade da disciplina da Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS no ensino médio da Rede Pública do Estado.	30/04/2014	27/06/2014 Anexado ao Projeto de Lei nº 0897/2003.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 518/2014	Insitui a “Semana da Paralisia Cerebral”.	30/04/2014	11/02/2015 Publicado requerimento da autora solicitando a retirada da mencionada proposta.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 523/2014	Obrigatoriedade dos equipamentos de saúde da rede pública do Estado contarem com no máximo 10% dos quadros funcionais versados na linguagem Brasileira de Sinais- LIBRAS.	01/05/2014	14/12/2017 Publicado Despacho. Junte-se o Processo de Lei nº 1077/2017.	SARAH MUNHOZ (PC do B)

Nº 526 /2014	Igualdade de oportunidade de avaliação de desempenho de pessoa com deficiência de qualquer natureza, contemplando-a sem destinação nos planos de carreira, cargos e salários em empresas públicas e privadas no que tange o desenvolvimento funcional e remuneração por mérito.	01/05/2014	.15/12/2015 Pronto para a ordem do dia.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº 562 /2014	Denomina de "Professora Leila Maria Avelino" à E.E. "Parque Santo Antônio I", em Sumaré.	07/05/2014	04/02/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.573/2014.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 565/2014	.Veda a cobrança de tarifas pela utilização dos terminais rodoviários pelos idosos beneficiários de gratuidade no transporte intermunicipal de passageiros.	08/05/2014	12/11/2020 Distribuído ao Deputado Ricardo Mellão.	ANA PERUGINI (PT)
Nº 571 /2014	Proíbe no âmbito do Estado a cobrança de qualquer valor ou taxa pelas maternidades particulares para	09/05/2014	23/10/2014 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)

	permitir que o médico que atendeu a paciente durante os meses de gestação seja o responsável pelo parto.			
Nº 583/2014	A composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos do Controle Social do Estado.	09/05/2014	03/10/2015 Pronto para a ordem do dia.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 597/2014	.Denomina de "Professor Rubens Anganuzzi", ao Poupatempo no Município de Itu.	13/05/2014	28/09/2018 Arquivo-Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 599/2014	Rede de Cuidados Paliativos na Saúde Pública do Estado.	13/05/2014	.20/05/2015 Anexado o Projeto de Lei nº 639/2015.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 729/2014	Autoriza o Poder Executivo a implantar o Poupatempo em Monte Alto.	22/05/2014	15/12/2015 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 730/2014	. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Poupatempo em Mirassol.	22/05/2014	15/12/2015 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)

Nº 731/2014	. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Poupatempo em Taquaritinga.	22/05/2014	15/12/2015 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 732/2014	. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Poupatempo em Guaira.	22/05/2014	15/12/2015 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 733/ 2014	. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Poupatempo em Olimpia.	22/05/2014	19/12/2015 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 813/2014	Obrigatoriedade da manutenção de enfermos nas escolas da rede pública que tiverem cem ou mais alunos por turno.	30/05/2014	.30/03/2015 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 814/2014	Autoriza o Poder Executivo a criar o Ambulatório de Amamentação na Rede Hospitalar Pública.	30/05/2014	13/08/2015 Pronto para a ordem do dia.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 829/2014	.Fixação de cota nos concursos públicos do Estado aos portadores de síndrome de Down.	04/06/2014	15/12/2015 Pronto para a ordem do dia.	SARAH MUNHOZ (PC do B)

Nº 830/2014	Declara de utilidade pública o “Instituto Ação Cidadão”, em Boituva.	04/06/2014	.12/06/2018 Arquivo- Arquivado.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 831/2014	Instituí o “Dia Estadual do Reggae”.	05/06/2014	25/06/2018 Arquivo- Arquivado.	ANA DO CARMO (PT)
Nº 832/2014	.Instituí o “Dia Estadual do DJ”.	05/06/2014	24/03/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.695/2015.	ANA DO CARMO (PT)
Nº 838/2014	Declara de utilidade pública a Associação de Voluntários no Combate ao Câncer “Unidos pela Vida”, em Taquarituba.	06/06/2014	04/02/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.620/2014.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 839/2014	Declara de utilidade pública o albergue “O Bom Samaritano”, em Taquarituba.	06/06/2014	04/02/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.621/2014.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 840/ 2014	Autoriza o Poder Executivo a abrir concurso público para a contratação de enfermeiros acupunturistas.	06/06/2014	27/02/2016 Pronto para a ordem do dia.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 841/2014	Declara de utilidade pública a “Federação Paulista de Kung Fu”, em Limeira.	06/06/2014	25/06/2018 Arquivo- Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº 845/2014	Incluí no Calendário Turístico do Estado a “Expo Roberto Lee Classic”, em Caçapava.	06/06/2014	13/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.805/2015.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 846/2014	Incluí no Calendário Turístico do Estado o “Kustom Meeting”, em Campinas.	06/06/2014	08/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.861/2015.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 847/2014	Declara de utilidade pública o “Grupo de Apoio à Adoção de São Paulo – GAASP”, na Capital.	07/06/2014	15/06/2018 Arquivo- Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 864/2014	Designação de incentivos fiscais ao município que prever percentual da frota de veículos para serviço de “Taxi acessível”, no Estado.	14/06/2014	28/09/2018 Arquivo- Arquivado.	HEROILMA SOARES TAVARES. (PTB)
Nº 876/2014	Autoriza o Poder Executivo a implantar a Diretoria de enfermagem na Rede Hospitalar Pública.	17/06/2014	26/08/2015 46ª Sessão Extraordinária- Levantada à sessão- art.106 IV.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 877/2014	Autoriza a Universidade de São Paulo a ceder na modalidade comodato pelo prazo de cinquenta anos, em favor da Associação dos Servidores do Hospital das	17/06/2014	04/06/2018 Arquivo- Arquivado.	SARAH MUNHOZ (PC do B)

	Clínicas, ASHC, imóvel de sua propriedade nesta Capital.			
Nº 896/2014	Instituí a liberdade de escolha de gênero pelos pacientes dos profissionais de saúde que irão atendê-los.	30/04/2014	13/08/2015 Pronto para a ordem do dia.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº 897/2014	Determina regras para ação de grupo de intervenção perante qualquer aparelho do sistema prisional no Estado.	28/06/2014	22/09/2017 Pronto para a ordem do dia.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº 898/2014	Concede anistia aos trabalhadores da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô que foram demitidos por greve.	28/06/2014	25/11/2015 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 900/2014	Denomina de “Vereador José Lopes” à E.E.de Quadra naquele Município.	28/06/2014	08/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.822/2015.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº 923/2014	Obriga as edificações de uso público ou coletivo a entender o controle de desenho universal com base na norma NBR 9050 da ABNT.	04/07/2014	14/09/2016 Desentranhado o Projeto de Lei nº 1036/2015.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº 926/2014	Instituí o “Dia Estadual de Conscientização das Mucopolissacaridoses”.	04/07/2014	13/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.728/2015.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº 931/2014	Declara de utilidade pública a “Associação Projeto Tam Tam”, em Santos.	08/07/2014	12/06/2018 Arquivo-Arquivado.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº 934/2014	Garante a divulgação de imagens de homens e mulheres negros na proporção de 50% do total de imagens de pessoas veiculadas em Campanhas publicitárias institucionais ou de utilidade pública de iniciativa de Administração Direta, Indireta e de Fundações públicas do Estado de São Paulo.	11/07/2014	14/05/2016 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 935/2014	Proíbe a utilização de critérios ou métodos que considerem a situação pedagógica ou conteúdos aprendidos pelos estudantes para	11/07/2014	21/08/2015 Pronto para a ordem do dia.	LECI BRANDÃO (PC do B)

	ingresso no ensino fundamental nas escolas particulares.			
Nº 944/2014	Declara de utilidade pública a “Associação Cultural Pintura Solidária – Vamos Colorir a Vida”, em Sorocaba.	05/08/2014	04/02/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.622/2014.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 945/2014	Inclui no Calendário Turístico do Estado as Festividades de Natal: Presépio e Cantatas, em Santana de Parnaíba	05/08/2014	13/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.729/2015.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 946/2014	Inclui no Calendário Turístico do Estado a Festa do Cururuquara em Santa de Parnaíba.	05/08/2014	13/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.807/2015.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº 948/2014	A criação de Central de Interpretes da Língua de Sinais- Libras no Estado.	06/08/2014	24/06/2015 Instrução completa por força da juntada nos termos do artigo 179,2 da XIV, CRI.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº 958/2014	.A realização de exames de visão e audição aos alunos da Rede Pública de Ensino.	08/08/2014	11/05/2018 Pronto para a ordem do dia.	BETH SAHÃO (PT)

Nº 959/2014	Apresentação de sessões de Cinema de espetáculos de Música Teatro e Dança e de palestras literárias nas escolas públicas do Estado.	08/08//2014	18/06/2015 Instrução completa por força do artigo 179 da XIV CRI.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 963/2014	Reserva de recursos públicos destinados à habitação em benefício da mulher vítima de violência doméstica.	08/08/2014	15/12/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 968/2014	Instituí o "Dia Estadual do Ciclista".	08/08/2014	24/03/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.686/2015.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1030/2014	Institui o "Dia Estadual do Volksrod".	14/08/2014	13/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.809/2015.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1073/2014	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Participação Social - PEPS e o Sistema Estadual de Participação Social - SEPS.	19/08/2014	04/03/2015 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	TELMA DE SOUZA (PT), BETH SAHÃO(PT), ANA DO CARMO(PT), ANA PERUGINI e outros. (PT)
Nº1165/2014	Declara de utilidade pública a "Casa Renascer", em Guariba.	28/08/2014	13/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.737/2015.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº1201/2014	Declara o Terreiro de Candomblé Ile Alaketu Asé Airá, mais conhecido como Axé Batistini, em São Bernardo do Campo, patrimônio cultural imaterial do Estado.	03/09/2014	12/06/2018 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1232/2014	Declara de utilidade pública o "Núcleo Cristão Cidadania e Vida ", na Capital.	05/09/2014	04/02/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.608/2014.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1276/2014	Declara de utilidade pública o "Instituto Zoom", em Salto.	23/09/2014	09/02/2015 Transformado em Norma: Lei nº 15.636/2014.	RITA PASSOS (PSD)
Nº1287/2014	Proíbe o acesso de crianças e adolescentes a programas informatizados que induzam ou estimulem a violência.	01/10/2014	18/08/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1288/2014	Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de cadeiras de rodas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no âmbito do Estado.	01/10/2014	15/12/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1292/2014	Estabelece que seja disponibilizada a Lei Maria da Penha nos estabelecimentos que indica para	02/10/2014	15/10/2014 - Republicado o Despacho, por ter saído com incorreção no	BETH SAHÃO (PT)

	consulta da população, em local visível e de fácil acesso, no âmbito do Estado.		D.A. de 14/10/2014.	
Nº1293/2014	Altera a Lei nº 8.356, de 1993, acrescentando a alínea "c" ao inciso II do artigo 3º, na forma que menciona.	02/10/2014	20/02/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº1289/2014	Altera dispositivos da Lei nº 15.292, de 2014, que define diretrizes para a Política Estadual de Busca de Pessoas Desaparecidas e cria o Banco de Dados de Pessoas Desaparecidas.	01/10/2014	27/10/2015 - PRONTO PARA ORDEM DO DIA.	SARAH MUNHOZ (PC do B), CÉLIA LEÃO (PSDB), MARIA LÚCIA AMARY (PSDB), BETH SAHÃO(PT), HEROILMA SOARES TAVARES (PTB), LECI BRANDÃO (PC do B)e outros.
Nº1294/2014	Institui a Semana Estadual Monteiro Lobato de incentivo à leitura.	02/10/2014	17/10/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº1303/2014	Dispõe sobre o pagamento de adicional de periculosidade e insalubridade aos auxiliares de	10/10/2014	0/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.093.	SARAH MUNHOZ (PC do B)

	enfermagem, técnicos e enfermeiros que trabalham no sistema penitenciário.			
Nº1304/2014	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais destinatários de recursos do tesouro estadual de abrirem vagas para estagiários de escolas de enfermagem.	10/10/2014	05/04/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº1305/2014	Dispõe sobre a criação da Rede Hospitalar e Pronto Socorro do Idoso.	10/10/2014	3/08/2016 - Publicado o Despacho: Rejeitado o Projeto, nos termos do artigo 183, §1º, da XIV Consolidação do Regimento Interno.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº1306/2014	Institui o Serviço de Hospital Veterinário Público Estadual para Cães e Gatos nas quarenta e duas regiões de governo.	10/10/2014	31/03/2016 - Publicado Despacho: Junte-se o Projeto de Lei nº 174/2016 ao Projeto de Lei nº 337/2006, ao qual se encontram anexados os Projetos de lei nº 827/2014 e nº 1306/2014, nos termos do artigo	SARAH MUNHOZ (PC do B)

			179 do Regimento Interno.	
Nº1309/2014	Dispõe sobre a instalação da Delegacia da Mulher nos distritos policiais, na forma que especifica.	15/10/2014	08/10/2018 - Arquivo – Arquivado.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº1310/2014	Dispõe sobre a obrigatoriedade de prontuário eletrônico de pacientes nos hospitais públicos e privados	15/10/2014	24/06/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº1312/2014	Dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias estaduais.	16/10/2014	12/06/2018 - Arquivo – Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº1324/2014	Dispõe sobre a criação do Sistema de Reaproveitamento da Água da Chuva para utilização não potável nos prédios públicos da administração direta e indireta do Estado.	24/10/2014	11/10/2017 - Publicado Despacho: Junte- se o Projeto de lei nº 896/2017 ao Proj eto de lei nº 180/2005, ao qual se encontram anexados os Projetos de lei nºs 1479/2007, 244/2008, 969/2009, 1324/2014 e 1329/2014, nos termos do artigo 179 do Regimento	BETH SAHÃO (PT)

			Interno.	
Nº1329/2014	Dispõe sobre a instalação de um sistema de reaproveitamento da água da chuva para utilização não potável nos prédios e moradias construídos pela CDHU no Estado.	25/10/2014	11/10/2017 - Publicado Despacho: Junte-se o Projeto de lei nº 896/2017 ao Projeto de lei nº 180/2005, ao qual se encontram anexados os Projetos de lei nºs 1479/2007, 244/2008, 969/2009, 1324/2014 e 1329/2014, nos termos do artigo 179 do Regimento Interno.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1350/2014	Institui a "Campanha Permanente de Incentivo à Redução do Consumo de Água".	06/11/2014	18/12/2014 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	RITA PASSOS (PSD)
Nº1388/2014	Declara de utilidade pública a "Associação Missão Isabella Bellanova", em Itaquaquecetuba.	04/12/2014	11/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.787/2015.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)
Nº1393/2014	Institui a Semana Estadual da Paralisia Cerebral no Estado.	06/12/2014	12/09/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	SARAH MUNHOZ (PC do B)

Nº1395/2014	Institui o "Dia Estadual do Funk de São Paulo".	10/12/2014	08/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.310/2016.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1404/2014	Classifica Ourinhos como Município de Interesse Turístico.	10/12/2014	12/06/2018 - Arquivo - Arquivado.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº1409/2014	Altera a Lei nº 14.707, de 2012, que dispõe sobre a denominação de prédios, rodovias e repartições públicas estaduais, para acrescentar incisos IV e V ao artigo 1º.	11/12/2014	12/06/2018 - Arquivo - Arquivado.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº1415/2014	Declara de utilidade pública a Associação Isabel Exel Boemer - AIEB, em Sorocaba.	13/12/2014	08/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.803/2015.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº1429/2014	Dispõe sobre a inserção do tipo sanguíneo e o fator RH na cédula de identidade.	17/12/2014	23/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.089.	SARAH MUNHOZ (PC do B)
Nº1441/2014	Define o "Funk" como movimento cultural e musical de caráter popular.	20/12/2014	30/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.01.099.	LECI BRANDÃO (PC do B)

A seguir esta disposta à lista de todos os Deputados e Deputadas Estaduais

que compuseram a 18ª Legislatura Alesp¹¹⁵.

Deputado	Área de Atuação	Base Eleitoral	Partido
<u>AFONSO LOBATO</u>	Saúde Meio Ambiente Infraestrutura Promoção Social	Taubaté	PV
<u>ALEXANDRE PEREIRA</u>	Políticas Sociais Micro e Pequena Empresa Agricultura Familiar Desenvolvimento Regional	Jundiaí	SD
<u>ANALICE FERNANDES</u>	Saúde Educação Desenvolvimento Regional Combate a violência contra a mulher	Região Sudoeste da Grande São Paulo Noroeste Paulista	PSDB
<u>ANDRÉ DO PRADO</u>	Infraestrutura Educação Saúde	Vale do Ribeira Grande São Paulo Vale do Paraíba	PL
<u>BARROS MUNHOZ</u>	Agricultura Assuntos Jurídicos	Capital Itapira	PSB
<u>CAIO FRANÇA</u>	Desenvolvimento Regional Geração de Empregos e Renda Saúde Educação Meio Ambiente	Baixada Santista Vale do Ribeira Litoral Norte	PSB
<u>CAMPOS MACHADO</u>	Justiça	Capital Interior	AVANTE
<u>CARLÃO PIGNATARI</u>	Social Educação Saúde Transportes	Região Noroeste do Estado	PSDB
<u>CARLOS CEZAR</u>	Segurança Educação Saúde Social	Sorocaba e região	PSB
<u>CARLOS GIANNAZI</u>	Funcionalismo Público Educação Cidadania	Capital Interior	PSOL

¹¹⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **18ª Legislatura**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/lista/?filtroNome=&filtroAreaAtuacao=&filtroBaseEleitoral=&filtroPartido=&filtroLegislatura=18&filtroEmExercicio=on&> > Acesso em: 05 julho 2021.

Deputado	Área de Atuação	Base Eleitoral	Partido
	Cultura		
<u>CORONEL TELHADA</u>	Segurança Pública	Capital	PP
<u>DELEGADO OLIM</u>	Segurança Pública	Capital	PP
<u>EDMIR CHEDID</u>	Saúde Desenvolvimento Regional Direitos do Consumidor Fiscalização dos Gastos do Dinheiro Público Transparência Turismo	Região Bragantina e do Circuito das Águas	DEM
<u>EDSON GIRIBONI</u>	Infraestrutura Saúde Meio Ambiente Saneamento Ferrovias	Itapetininga Região Sudoeste do Estado Vale do Ribeira	PV
<u>ENIO TATTO</u>	Educação Saúde Transportes Meio Ambiente Cidadania	São Paulo (Capital e Interior)	PT
<u>ESTEVAM GALVÃO</u>	Gestão Pública	Capital Suzano	DEM
<u>GILMACI SANTOS</u>	Juventude Assistência Social	São Paulo e região	REPUBLICANOS
<u>JORGE CARUSO</u>	Segurança Pública Educação Assistência Social Meio Ambiente	Interior Capital - Zona Sul	MDB
<u>JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR</u>	Defesa dos Direitos do Consumidor	Guarulhos	REPUBLICANOS
<u>JOSÉ AMÉRICO</u>	Comunicação Ensino Profissionalizante Habitação Popular Micro e Pequena Empresa Urbanização de Bairros Carentes	Capital	PT
<u>LECI BRANDÃO</u>	Igualdade Racial Inclusão Social Políticas Culturais, Sociais e Educativas	Não específica	PC do B
<u>LÉO OLIVEIRA</u>	Comunicação Política Cultural	Ribeirão Preto e	MDB

Deputado	Área de Atuação	Base Eleitoral	Partido
	Prestação de Serviço	região	
<u>LUIZ FERNANDO T. FERREIRA</u>	Habitação Criança e Adolescente Esportes Educação Cultura Segurança Pública Direitos do Trabalhador	São Bernardo do Campo	PT
<u>MÁRCIA LIA</u>	Participação Popular Reforma Agrária Agricultura Familiar Habitação Direitos Humanos	Araraquara	PT
<u>MARCOS DAMASIO</u>	Empreendedorismo Micro, Pequena e Média Empresa Religião	Alto Tietê Mogi das Cruzes	PL
<u>MARCOS ZERBINI</u>	Movimentos Populares Educação Saúde Habitação	Capital - Zona Norte Grande São Paulo Capital - Zona Oeste	PSDB
<u>MARIA LÚCIA AMARY</u>	Desenvolvimento Regional Educação Rede de Proteção Social Saúde Segurança Pública	Região Sudoeste do Estado Sorocaba	PSDB
<u>MARTA COSTA</u>	Direitos dos Cidadãos Assistência Religiosa	Capital	PSD
<u>MAURO BRAGATO</u>	Desenvolvimento Regional Educação Saúde Habitação	Presidente Prudente e região	PSDB
<u>MILTON LEITE FILHO</u>	Desenvolvimento Regional Infraestrutura Esportes Habitação Desenvolvimento Social Educação Saúde Meio Ambiente Urbanização	Capital	DEM
<u>PAULO CORREA JR</u>	Assistência Social e Religiosa	Baixada Santista Litoral Sul	DEM

Deputado	Área de Atuação	Base Eleitoral	Partido
		Litoral Norte Vale do Ribeira	
<u>RAFAEL SILVA</u>	Políticas para Pessoas com Deficiência Projetos e Ações Educacionais, Sociais e de Saúde Fiscalização dos Gastos do Dinheiro Público Desenvolvimento Sustentável	Ribeirão Preto e região	PSB
<u>REINALDO ALGUZ</u>	Social Saúde Meio Ambiente	Alta Paulista	PV
<u>RICARDO MADALENA</u>	Obras Públicas	Santa Cruz do Rio Pardo e região	PL
<u>ROBERTO ENGLER</u>	Educação Saúde Desenvolvimento Social	Franca e região	PSB
<u>ROBERTO MORAIS</u>	Social	São Paulo (Capital) Piracicaba e região	CIDADANIA
<u>RODRIGO MORAES</u>	Educação Saúde Família Trabalho Segurança	Sudoeste Paulista Itu Campinas e região São Paulo (Capital) Sorocaba e região	DEM
<u>ROGÉRIO NOGUEIRA</u>	Saúde Educação Esportes Transportes	Indaiatuba	DEM
<u>ROQUE BARBIERE</u>	Educação Saúde Saúde da Mulher Segurança Pública	Região Noroeste do Estado	AVANTE
<u>SEBASTIÃO SANTOS</u>	Piscicultura Agricultura Familiar Direitos Humanos	Barretos	REPUBLICANOS
<u>TEONILIO BARBA</u>	Sindical	São Bernardo do	PT

Deputado	Área de Atuação	Base Eleitoral	Partido
		Campo	
<u>WELLINGTON MOURA</u>	Finanças e Orçamento Assistência Social Defesa da Família Terceiro Setor Comunicação Esporte	Capital e Grande São Paulo Vale do Ribeira Baixada Santista Ourinhos e região Avaré e região Botucatu e região	

Em 2015 foram propostos 1646 projetos de Lei, sendo 165 propostos por Deputados e 99 propostos por Deputadas.



Fonte: elaboração própria com base em dados da Alesp.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
	A instalação de		11/06/2018 -	

Nº 07/2015	bloqueadores de sinais de radiocomunicação e similares nos estabelecimentos financeiros do Estado.	05/02/2015	Arquivo – Arquivado.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 16/2015	Cria o Fundo Estadual Emergencial de Combate a Epidemias.	12/02/2015	15/06/2018 – Arquivo – Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 25/2015	Dispõe sobre o atendimento preferencial às pessoas inscritas no Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (REDOME) em estabelecimentos comerciais, bancários, de serviços e similares.	14/02/2015	15/06/2018 – Arquivo – Arquivado.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 26/2015	Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição de concursos públicos promovidos pelo governo do Estado de São Paulo aos doadores de medula óssea.	14/12/2015	30/03/2015 – Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.002.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 32/2015	Dispõe, sobre punições ao atendimento realizado ao consumidor através de telefone, o	25/02/2015	15/06/2018 – Arquivo – Arquivado.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)

	chamado telemarketing, especialmente quanto à vontade do consumidor de realizar o cancelamento.			
Nº 33/2015	Institui a Política Estadual de Incentivo aos Municípios à divulgação do plano diretor, através de cartilha ilustrada com os principais pontos de interesse da sociedade local.	25/02/2015	15/06/2018 - Arquivo - Arquivado	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 34/2015	Obriga os estabelecimentos comerciais, bancários, de serviços e similares a realizar o plantio de árvores em seus estacionamentos.	26/02/2015	15/06/2018 - Arquivo - Arquivado	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 36/2015	Institui o "Dia dos Produtores de Mudanças, Sementes e Flores" no Estado.	26/02/2015	30/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.002.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 40/2015	Obriga os bancos a garantirem o atendimento aos usuários respeitando períodos máximos de espera.	28/02/2015	11/03/2015 - Anexado ao Projeto de lei 251/2009.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)

Nº 42/2015	Obriga os Municípios a instalarem ecopontos para recebimento de lixo não doméstico.	28/02/2015	30/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.002.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 43/2015	Obriga os edifícios públicos e privados a fixarem avisos em adesivos ou em forma de placas, nas dependências sanitárias, com a inscrição "A prevenção de doenças é dever de todos - Lave as mãos".	28/12/2015	30/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.002.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 44/2015	Obriga os novos condomínios residenciais a passarem todo o cabeamento de forma subterrânea.	28/12/2015	30/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.002.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 45/2015	Institui o "Dia da Mulher Empreendedora" no Estado.	28/12/2015	30/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.002.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 47/2015	Declara de utilidade pública a "Associação Santo Inácio para Integração do Trabalhador Especial de São Bernardo do Campo", naquele Município.	03/03/2015	15/06/2018 - Arquivo – Arquivado.	ANA DO CARMO (PT)

Nº 48/2015	Dá a denominação de "Lourenço Agostinho Abba Filho" ao Fórum localizado na Via Antonio Cruanes Filho, altura do parque da Cidade, em Limeira.	03/03/2015	15/06/2018 - Arquivo - Arquivado.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 49/2015	Dispõe sobre o programa de vigilância, prevenção, combate e controle da transmissão da dengue no Estado.	03/03/2015	15/06/2018 - Arquivo - Arquivado	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 50/2015	Obriga as concessionárias prestadoras de serviços públicos nas rodovias a distribuir boletins informativos aos usuários.	03/03/2015	15/06/2018 - Arquivo - Arquivado	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 51/2015	Dá a denominação de "Palhaço Beijinho" a um dos circos do "Festival de Circos" de Limeira, naquele Município.	03/03/2015	15/06/2018 - Arquivo - Arquivado.	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 52/2015	Institui o "Dia do Produtor de Plantas e Flores".	03/03/2015	15/06/2018 - Arquivo - Arquivado	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)

Nº 53/2015	Institui a campanha de prevenção às doenças de hipertensão e diabetes denominada "SETEMBRO VERMELHO" no Estado.	03/03/2015	15/06/2018 Arquivo Arquivado	- - -	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 55/2015	A inclusão, no currículo escolar da rede pública estadual, da disciplina de "Educação Financeira e Finanças Pessoais no Ensino Fundamental e Médio".	04/03/2015	15/06/2018 Arquivo Arquivado	- - -	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 56/2015	Obriga os imóveis construídos a partir da vigência desta lei, com mais de 300m² de construção, a instalarem cisternas em suas dependências para captação de água da chuva.	04/03/2015	15/06/2018 Arquivo Arquivado.	- - -	CONSTÂNCIA FÉLIX (PDT)
Nº 71/2015	Classifica Ourinhos como Município de Interesse Turístico.	18/03/2015	19/06/2018 Arquivo Arquivado.	- - -	VANESSA DAMO (MDB)

Nº 150/2015	Classifica Cabreúva como Município de Interesse Turístico.	19/03/2015	06/11/2017 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 151/2015	Classifica Cerquilho como Município de Interesse Turístico.	19/03/2015	06/11/2017 - Arquivo - Arquivado	RITA PASSOS (PSD)
Nº 152/2015	Classifica Itatinga como Município de Interesse Turístico.	19/03/2015	06/11/2017 - Arquivo - Arquivado	RITA PASSOS (PSD)
Nº 153/2015	O plantio de árvores ao longo das rodovias estaduais.	19/03/2015	28/11/2019 - Publicados os Pareceres de nº 1569/2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e de nº 1570/2019, da Comissão de Transportes e Comunicações, ambos favoráveis à propositura, e de nº 1571/2019 , da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, Contrário ao referido Projeto de Lei.	RITA PASSOS (PSD)

Nº154/2015	Classifica Torre de Pedra como Município de Interesse Turístico.	19/03/2015	Classifica Torre de Pedra como Município de Interesse Turístico.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 245/2015	Dá a denominação de "José Bisetto" ao viaduto da Rodovia SP 354 de interligação no km 56,5 ao km 58,2, em Campo Limpo Paulista.	24/03/2015	02/08/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.233/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 251/2015	Classifica como Estância Turística o Município de São Bernardo do Campo.	24/03/2015	06/11/2017 - Arquivo - Arquivado.	ANA DO CARMO e outros. (PT)
Nº 277/2015	Altera a Lei nº 14.565, 2011, para reproduzir o novo nome da entidade ali mencionada, "Centro de Terapia da Dor e Cuidados Paliativos Lo Tedhal".	25/03/2015	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.872/2015.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 278/2015	Institui o "Dia do Produtor de Plantas e Flores".	25/03/2015	27/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 15.979/2015.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 359/2015	Declara o Terreiro de Candomblé Ile Alaketu Asé Airá, mais conhecido como Axé Batistini,	28/03/2015	20/10/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)

	em São Bernardo do Campo, como patrimônio cultural imaterial do Estado.			
Nº 360/2015	Define o "Funk" como movimento cultural e musical de caráter popular.	28/03/2015	14/05/2019 - Concedida vista conjunta a Deputada Erica Malunguinho e a Deputada Valeria Bolsonaro	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº361/2015	Institui no âmbito do Estado o "Dia da Umbanda", incluindo-o no calendário oficial do Estado, a ser comemorado no dia 15 de novembro de cada ano.	28/03/2015	28/09/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.663/2018.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº374/2015	Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Filhos de Ganga Zumba - AFOXÉ", em Cubatão.	31/03/2015	02/08/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.234/2016.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº375/2015	Dá a denominação de "Bela Vista Vai-Vai" à atual Estação Bela Vista do metrô.	31/03/2015	01/10/2019 - Arquivado Eletronicamente.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº394/2015	Declara de utilidade pública o "Centro Promocional Tia Ileide - CPTI", em Campinas.	01/04/2015	08/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.850/2015.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº397/2015	Autoriza o Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, a fornecer gratuitamente repelente contra insetos a famílias de baixa renda moradoras de regiões com epidemia de dengue.	02/04/2015	15/04/2016 - Anexado o Projeto de lei 70/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº 402/2015	Torna obrigatória a realização do "Teste do Quadril" (exame para detectar a displasia do desenvolvimento dos quadris) em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades do Estado.	07/04/2015	19/02/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº 419/2015	Torna obrigatória a afixação de mensagens contra a pedofilia em talões de cheques.	11/04/2015	04/11/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº426/2015	Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos de documentos escolares das instituições de ensino integrantes	14/04/2015	10/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)

	do Sistema Estadual de Ensino de São Paulo.			
Nº436/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de universalização da aplicação das normas de saúde atinentes ao parto e nascimento no Estado.	15/04/2015	22/09/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº437/2015	Institui o Pacto Estadual Social para Humanização da Assistência ao Parto e Nascimento em todos os estabelecimentos de saúde do Estado.	15/04/2015	15/12/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº 475/2015	Institui o "Dia de Conscientização do Mutismo Seletivo" no Estado.	18/04/2015	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.908/2015.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº484/2015	Institui a "Campanha Permanente de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos".	18/04/2015	20/10/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	RITA PASSOS (PSD)
Nº518/2015	Dá a denominação de "Trevo João Fernandes Egas" ao dispositivo de acesso viário localizado entre os kms 69 e 70 da Rodovia SP 257, em Américo	24/04/2015	26/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.142/2016.	MÁRCIA LIA (PT)

	Brasiliense.			
Nº525/2015	Dá a denominação de "Thomaz Rodrigues Alckmin" ao Poupatempo de Mauá.	27/04/2015	Dá a denominação de "Thomaz Rodrigues Alckmin" ao Poupatempo de Mauá.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº591/2015	Dá a denominação de "Cláudia Francisco da Silva" à Escola Estadual localizada no Bairro Jardim San Diego, em Campinas.	01/05/2015	26/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.129/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº602/2015	Dá a denominação de "Professor Geraldo do Espírito Santo Fogaça de Almeida" à Escola Estadual do Jardim Santa Bárbara, em Sorocaba.	06/05/2015	26/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.131/2016.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº625/2015	Dispõe sobre a adoção de medidas visando à segurança e ao conforto dos torcedores de jogos de futebol profissional e estabelece penalidades às entidades relacionadas à prática desse esporte, em razão de ilícitos praticados por seus	07/08/2015	04/06/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.868/2015.	CLÉLIA GOMES e outros. (AVANTE)

	torcedores.			
Nº744/2015	Classifica Ourinhos como Município de Interesse Turístico.	16/05/2015	23/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	VANESSA DAMO e outro. (MDB)
Nº788/2015	Inclui no Calendário Turístico do Estado "A Cavalgada da APAE - Associação de País e Amigos dos Excepcionais", em Estiva Gerbi.	19/05/2015	23/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 15.988/2015.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº789/2015	Declara de utilidade pública a "Associação Matonense Pais e Amigos do Basquete", em Matão.	19/05/2015	23/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 15.961/2015.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº798/2015	Institui a "Campanha de Conscientização sobre o Câncer de Pele"	19/05/2012	17/05/2019 - Anexado o Projeto de lei 437/2019.	MARTA COSTA (PSD)
Nº799/2015	Dispõe sobre a instituição nos órgãos de saúde do Estado de campanha sobre os riscos da tatuagem por escarificação.	19/05/2015	05/04/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº800/2015	Obriga os estabelecimentos no Estado que utilizem esmaltes para unhas em sua atividade a realizarem descarte	19/05/2015	21/06/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)

	correto.			
Nº801/2015	A instituição de campanha sobre os riscos da nomofobia nos órgãos de saúde do Estado.	19/05/2015	15/12/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº 802/2015	Obriga os estabelecimentos no Estado que realizam atividades que tenham contato com as unhas dos usuários a utilizarem luvas para atendimento de clientes e manipulação de produtos.	19/05/2015	15/12/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº 803/2015	Dispõe sobre a realização da campanha continuada sobre a síndrome do pensamento acelerado no âmbito do Estado.	19/05/2015	21/06/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº804/2015	Obriga os estabelecimentos no Estado que trabalhem com produtos utilizados para serem aplicados nas unhas de consumidores a informar que os produtos contêm composição que pode ser alérgica aos usuários.	19/05/2015	05/04/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)

Nº807/2015	Institui o "Dia do Administrador".	20/05/2015	24/07/2018 - Arquivo - Arquivado.	MARTA COSTA (PSD)
Nº823/2015	Institui o "Dia de Conscientização da Hipercolesterolemia Familiar".	22/05/2015	15/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.059/2015.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº 824/2015	Classifica Itapeçerica da Serra como Município de Interesse Turístico.	22/05/2015	05/12/2019 - Arquivo - Arquivado.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº825/2015	Classifica Fernandópolis como Município de Interesse Turístico.	22/05/2015	13/04/2018 - Publicado o Despacho: Aprovado o substitutivo apresentado pelo Congresso das Comissões de Constituição e Justiça e de Atividades Econômicas ao Projeto de lei nº 1148/2017, prejudicados o projeto na sua forma original.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº827/2015	Classifica Juitiba como "Município de Interesse Turístico".	23/05/2015	30/04/2019 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.153	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº 829/2015	Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Maria	23/05/2015	26/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 15.969/2015.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	Porta do Céu", com sede em Campinas.			
Nº830/2015	Classifica Garça como "Município de Interesse Turístico".	23/05/2015	06/02/2019 - Publicado o Despacho: Aprovados o Projeto de Lei nº 635/2018 e a Subemenda Substitutiva à Emenda nº 1. Prejudicados a Emenda nº 1, o Projeto de Lei nº 684/2015 e demais Projetos a ele anexados, incluso o referido Projeto de lei. Arquivem-se o Projeto de Lei nº 684/2015 e demais anexos.	RITA PASSOS (PSD)
Nº831/2015	Classifica Lençóis Paulista como "Município de Interesse Turístico".	23/05/2015	10/10/2018 - Arquivo – Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº836/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade da colocação de capas sobre os veículos guardados em Pátios ou Depósitos de Recolhimento localizados no Estado, de modo a inibir a proliferação do mosquito "Aedes aegypti".	27/05/2015	31/08/2016 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº839/2015	Classifica Pardinho como Município de Interesse Turístico.	27/05/2015	01/11/2018 Arquivo Arquivado.	- —	RITA PASSOS (PSD)
Nº840/2015	Classifica Porto Feliz como Município de Interesse Turístico.	27/05/2015	23/05/2019 Arquivo Arquivado.	- —	RITA PASSOS (PSD)
Nº841/2015	Classifica Sales como Município de Interesse Turístico.	27/05/2015	01/11/2017 Arquivo Arquivado.	- —	RITA PASSOS (PSD)
Nº848/2015	Classifica Penápolis como Município de Interesse Turístico.	27/05/2015	23/05/2019 Arquivo Arquivado.	- —	RITA PASSOS (PSD)
Nº849/2015	Classifica Cabreúva como Município de Interesse Turístico.	27/05/2015	23/05/2019 Arquivo Arquivado.	- —	RITA PASSOS (PSD)
Nº850/2015	Classifica Cerquilha como Município de Interesse Turístico.	27/05/2015	23/05/2019 Arquivo Arquivado.	- —	RITA PASSOS (PSD)
Nº851/2015	Classifica Itatinga como Município de Interesse Turístico.	27/05/2015	23/05/2019 Arquivo Arquivado.	- —	RITA PASSOS] (PSD)

Nº852/2015	Classifica Torre de Pedra como Município de Interesse Turístico.	27/05/2015	23/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº884/2015	Classifica Boracéia como Município de Interesse Turístico.	29/05/2015	23/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº 909/2015	Proíbe casas de shows, casas de diversões, casas de espetáculos, salas de concerto, estádios, parques, circos e demais estabelecimentos nas áreas de entretenimento no Estado de cobrarem mais de uma entrada para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.	03/06/2015	08/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.545/2017.	MARTA COSTA (PSD)
Nº910/2015	Obriga os hospitais públicos no Estado a colocarem à disposição de usuários e pacientes que são alérgicos à proteína do látex material desprovido desta para devido uso.	03/06/2015	15/12/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)

Nº911/2015	Regulamenta a publicidade infantil de alimentos e bebidas no Estado.	03/06/2015	23/11/2017 - Arquivo - Arquivado.	MARTA COSTA (PSD)
Nº912/2015	A instituição do Programa Estadual de Incentivo à Doação de Medula Óssea e de Sangue do Cordão Umbilical e Placentário no Estado.	03/06/2015	03/03/2016 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº954/2015	Dá a denominação de "Profª Maria Helena Scannavino" à Escola Estadual do Bairro Jardim Etemp, em Barretos.	12/06/2015	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.246/2016.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº966/2015	Declara de utilidade pública o "Centro de Inclusão e Assistência às Pessoas com Necessidades Especiais - CIASPE", em Indaiatuba.	13/06/2015	23/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 15.967/2015.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº982/2015	Dá a denominação de "Professor Vivalter Kerche de Camargo" à E.E. CHB Embu N, em Embu das Artes.	18/06/2015	26/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.147/2016.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº983/2015	Dá a denominação de "Professor Henrique Costa" à Escola Estadual Jardim São Luiz II,	18/06/2015	26/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.148/2016.	ANALICE FERNANDES (PSDB)

	em Embu das Artes.			
Nº984/2015	Dá a denominação de "Professor José Camargo" à Faculdade de Tecnologia de Jales, unidade de ensino superior tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (CEETEPS), em Jales.	18/06/2015	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.205/2016.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº985/2015	Dispõe sobre a Criação do Sistema Estadual de Prevenção ao Furto, Roubo e Comércio Ilegal de Bicicletas no Estado.	18/06/2015	14/06/2017 - Publicado Requerimento, de autoria do Deputado Roberto Massafera, solicitando que a tramitação do referido Projeto de lei, se faça em caráter de urgência.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº994/2015	Dá a denominação de "Renato Damo" ao Poupatempo de Mauá.	18/06/2015	24/10/2018 - Arquivo - Arquivado.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº998/2015	Estabelece parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Estado.	19/06/2015	02/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº999/2015	Dispõe sobre a concessão de nova placa pelo Departamento Estadual de Trânsito - Detran-SP ao proprietário de veículo automotor que tiver placa clonada.	19/06/2015	27/10/2015 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº1004/2015	Cria o serviço "DISQUE EMPREGO" junto aos PATs (Postos de Atendimento ao Trabalhador) na Capital e demais cidades do Estado.	19/06/2015	18/01/2019 Transformado em Norma: Lei nº 16.895/2018.	RITA PASSOS (PSD)
Nº1005/2015	Proíbe aos clubes recreativos e similares a exigência de uniforme para ingresso em suas dependências de acompanhantes de menores e acompanhantes de idosos e de convidados de sócios da referida agremiação.	19/06/2015	04/06/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1031/2015	Proíbe vender, ofertar, fornecer ou entregar clorofórmio, éter, anti-respingo de solda sem silicone, solvente de tinta, benzina e fenol aos	26/06/2015	21/06/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)

	menores de 18 (dezoito) anos no âmbito do Estado.			
Nº1043/2015	Dispõe sobre obrigatoriedade da rotulação destinada a informar os consumidores sobre a presença de organismos geneticamente modificados em alimentos comercializados no Estado.	27/06/2015	12/03/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1044/2015	Classifica Bauru como Município de Interesse Turístico.	27/06/2015	22/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº1050/2015	A criação da Academia Preparatória de Guardas Civas Municipais da Região Metropolitana de Sorocaba.	27/06/2015	03/03/2016 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº1074/2015	O controle de água potável distribuída pela rede pública estadual.	02/07/2015	13/02/2019 - Arquivo - Arquivado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº1076/2015	Dá a denominação de "Henrique Bertin" ao túnel localizado no km 96,5 do Rodoanel Mario Covas - SP 021, em Ribeirão Pires.	02/07/2015	23/11/2017 - Arquivo - Arquivado.	VANESSA DAMO (MDB)

Nº1088/2015	Declara de utilidade pública a "Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Campinas e Região - AAPICAMP", naquele Município.	04/08/2015	13/02/2019 Transformado em Norma: Lei nº 16.172/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1094/2015	Torna obrigatório o exame para verificar a trombofilia em Postos de Saúde e Hospitais da Rede Pública do Estado.	05/08/2015	25/10/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1098/2015	A fixação de cartaz ou placa, em revendedoras e concessionárias de veículos automotores, informando as isenções concedidas às pessoas com deficiência e moléstias graves.	06/08/2015	5/03/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1110/2015	A substituição da utilização do Nitrato de Prata pela Iodopovidona em solução aquosa a 2,5% na prevenção da conjuntivite neonatal.	07/08/2015	16/04/2019 - Anexado o Projeto de lei 321/2019.	VANESSA DAMO (MDB)
Nº1119/2015	Transforma São Bernardo do Campo em Município de Interesse Turístico.	11/08/2015	30/04/2019 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.153	ANA DO CARMO (PT)

Nº1121/2015	a instalação de dispositivos que retardem ou impeçam a introdução e acionamento de explosivo nos equipamentos de autoatendimento (caixas eletrônicos) dos estabelecimentos financeiros instalados no Estado.	13/08/2015	01/03/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1164/2015	Dá a denominação de "Adelino de Souza" ao prédio da Delegacia de Polícia de Pradópolis.	22/08/2015	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.231/2016.	MÁRCIA LIA (PT), CLÉLIA GOMES (AVANTE), BETH SAHÃO (PT), RITA PASSOS (PSD) e outros.
Nº1195/2015	Declara de utilidade pública a "Associação Promissense Olho D'Água de Proteção Ambiental", em Promissão.	29/08/2015	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.191/2016.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº1207/2015	Institui o "Dia Estadual do Orgulho Crespo de São Paulo".	02/09/2015	09/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.682/2018.	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº1215/2015	Cria subtítulo nos registros de ocorrência da Polícia Civil do Estado denominado "Feminicídio".	03/09/2015	24/02/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1220/2015	Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Isabel Sartori de Antonio", em Santo André.	04/09/2015	15/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº1226/2015	Dá a denominação de "Professora Maria Ondina Andrade" à Escola Estadual do Jardim Santa Esmeralda, em Sorocaba.	05/09/2015	26/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.154/2016.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB), ANALICE FERNANDES (PSDB), BETH SAHÃO (PT), CÉLIA LEÃO (PSDB), LECI BRANDÃO (PC do B), CLÉLIA GOMES (AVANTE), ANA DO CARMO (PT) e outros.
Nº1249/2015	Dá a denominação de "Delegada Rose" à Primeira Delegacia da Mulher da Capital.	17/09/2015	15/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1253/2015	Declara de utilidade pública a "UNIASEC - União de Amor Ajuda e Salvação em	17/09/2015	23/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.098/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	Cristo", em Campinas.			
Nº1257/2015	Torna obrigatória a disponibilização de colar de proteção para prevenir a radiação na tireoide durante a realização do exame de mamografia.	18/09/2015	08/03/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº1258/2015	Torna obrigatória a afixação de cartazes nas farmácias do Estado de São Paulo informando os hospitais, postos de saúde e atendimentos de emergência mais próximos.	18/09/2015	16/02/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº1259/2015	A isenção da cobrança do ICMS nas contas de água, luz, telefone e gás dos templos de qualquer culto.	18/09/2015	30/09/2015 - Instrução Completa por Força do Artigo 179 da "XIV CRI".	MARTA COSTA (PSD)
Nº1273/2015	A expedição de adesivos que certifiquem o cadastro e regularidade, junto à Vigilância Sanitária, da atividade econômica de distribuição de água por caminhões no Estado.	18/09/2015	14/12/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº1278/2015	Declara de utilidade pública a Casa de Apoio, Recuperação e Tratamento para Dependentes Químicos "São Francisco de Assis" - Recanto do Senhor, em Araraquara.	24/09/2015	26/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.169/2016.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº1287/2015	Declara de utilidade pública o "Ministério Rocha de Israel", com sede em Itu.	26/09/2015	15/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº1313/2015	Institui o "Programa Estadual de Acolhimento de Refugiados no Estado".	02/10/2015	10/03/2020 - Concedida vista conjunta ao Deputado Delegado Olim e a Deputada Márcia Lia	BETH SAHÃO (PT), ANA DO CARMO (PT), MÁRCIA LIA (PT) e outros.
Nº1310/2015	Dá a denominação de "Dr. Fued Simão" ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME de Taquaritinga.	14/10/2015	21/01/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD), MARTA COSTA (PSD), LECI BRANDÃO (PC do B), BETH SAHÃO (PT), CÉLIA LEÃO (PSDB), MARIA LÚCIA AMARY (PSDB) e outros.
Nº1347/2015	A colocação de bebedouros para animais em parques, praças e outros locais	16/10/2015	14/05/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)

	públicos destinados à prática de esportes e lazer.			
Nº1348/2015	Declara de utilidade pública a "Associação dos Aposentados e Pensionistas de Sorocaba e Região - APENSO", naquele Município	16/10/2015	02/08/2018 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1350/2015	Declara de utilidade pública o "CIPS - Centro Integrado de Promoção Social", na Capital.	16/10/2015	23/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.101/2016.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº1351/2015	Concede isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS incidente sobre bicicletas, suas partes e peças.	17/10/2015	15/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	ANA DO CARMO (PT)
Nº1358/2015	A obrigatoriedade da instalação de banheiros para idosos em postos de combustíveis localizados nas rodovias estaduais e nas rodovias federais que cortam o Estado.	20/10/2015	22/12/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1359/2015	Cria o "Fundo Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres".	20/10/2015	07/12/2017 - Publicado requerimento de autoria do Deputado Alencar Santana Braga,	BETH SAHÃO (PT)

			solicitando que a tramitação do referido Projeto de lei, se faça em caráter de urgência.	
Nº1388/2015	Dá a denominação de "Nenê de Vila Matilde" à atual Estação Vila Matilde da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô.	27/10/2015	09/10/2018 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1393/2015	Autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade do Poupatempo em Francisco Morato.	28/10/2015	14/05/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	ANA DO CARMO (PT)
Nº1394/2015	Outorga a Ubatuba o título de "Cidade Acolhedora por Natureza".	28/10/2015	01/11/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.750/2018.	ANA DO CARMO (PT)
Nº1395/2015	Autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade do Poupatempo em Ibiúna.	28/10/2018	25/10/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	ANA DO CARMO (PT)
Nº1396/2015	Autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade do Poupatempo em São Roque.	28/10/2015	02/04/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	ANA DO CARMO (PT)

Nº1397/2015	Autoriza o Poder Executivo a implantar uma unidade do Poupatempo em Ubatuba.	28/10/2015	05/12/2018 - Publicado requerimento de autoria da Deputada Beth Sahão, solicitando que a tramitação do referido Projeto de lei, se faça em caráter de urgência.	ANA DO CARMO (PT)
Nº1407/2015	Institui o Procedimento de Notificação Compulsória da Violência contra a Mulher nos serviços de saúde, públicos e privados, do Estado.	29/10/2015	15/10/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº1422/2015	Advertência quanto à violência contra a mulher no Estado.	04/11/2015	25/10/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1423/2015	Torna obrigatória a divulgação de informação sobre o índice de infecção hospitalar pelos hospitais da rede pública e privada de saúde do Estado.	04/11/2015	14/12/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1424/2015	Obriga os empreendedores imobiliários a disponibilizarem informações completas aos	04/11/2015	15/03/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	consumidores a respeito de seus empreendimentos colocados no mercado.			
Nº1449/2015	Obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares comercializados no Estado.	06/11/2015	07/05/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1450/2015	Torna obrigatória a numeração das cadeiras nas salas de cinema do Estado.	06/11/2015	07/05/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1451/2015	Localização dos depósitos dos estabelecimentos revendedores e/ou distribuidores de agrotóxicos.	06/11/2015	09/03/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1459/2015	Colocação de banheiros químicos adaptados às pessoas com deficiência nos eventos realizados no Estado.	11/11/2015	04/09/2019 - Anexado o Projeto de Lei nº 943/2019.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1469/2015	Altera a Lei nº 15.659, de 2015, que regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito.	13/11/2015	26/07/2018 - Arquivo - Arquivado.	MARTA COSTA (PSD)

Nº1489/2015	Declara de utilidade pública a "Associação Lar Campinense de Bem Estar à Criança e ao Adolescente", em Campinas.	18/11/2015	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.195/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1497/2015	Declara de utilidade pública a "Associação Protetora dos Animais de Descalvado - APAD, naquele Município.	19/11/2015	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.196/2016.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº1501/2015	Obriga as concessionárias de telefonia a instalar pontos de acesso sem fio à Internet em todos os equipamentos de telefonia públicos instalados no Estado.	20/11/2015	25/05/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1503/2015	Dispõe sobre informações relativas ao prazo de fabricação e validade em local padrão nas embalagens dos produtos comercializados no Estado.	20/11/2015	25/05/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1510/2015	Obriga os estabelecimentos comerciais do Estado a informar	25/11/2015	07/06/2017 - Publicado Ofício nº 695/17, do Sindicato dos	BETH SAHÃO (PT)

	em local visível a proibição da cobrança de taxa na utilização pelo consumidor de cartão de crédito ou débito ou cartão vale refeição ou vale alimentação.		Lojistas do Comércio de São Paulo - SINDILOJAS-SP, manifestando-se no âmbito deste Projeto de lei.	
Nº1511/2015	Prazo na marcação de exames e consultas para pessoas com mais de 60 anos nas Unidades de Saúde Públicas pertencentes ao Governo do Estado.	25/11/2015	25/06/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1518/2015	Declara de utilidade pública a "Associação Social Comunidade de Amor - ASCA", em Sorocaba.	26/11/2015	22/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.221/2016.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº1531/2015	Dá a denominação de "Koei Arakaki" ao viaduto localizado no km 562+627m da Rodovia SP 320, em Fernandópolis	02/12/2015	14/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.374/2017.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº1534/2015	Advertência em embalagem de cosméticos de uso feminino quanto à violência contra a mulher no Estado.	02/12/2015	25/10/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)

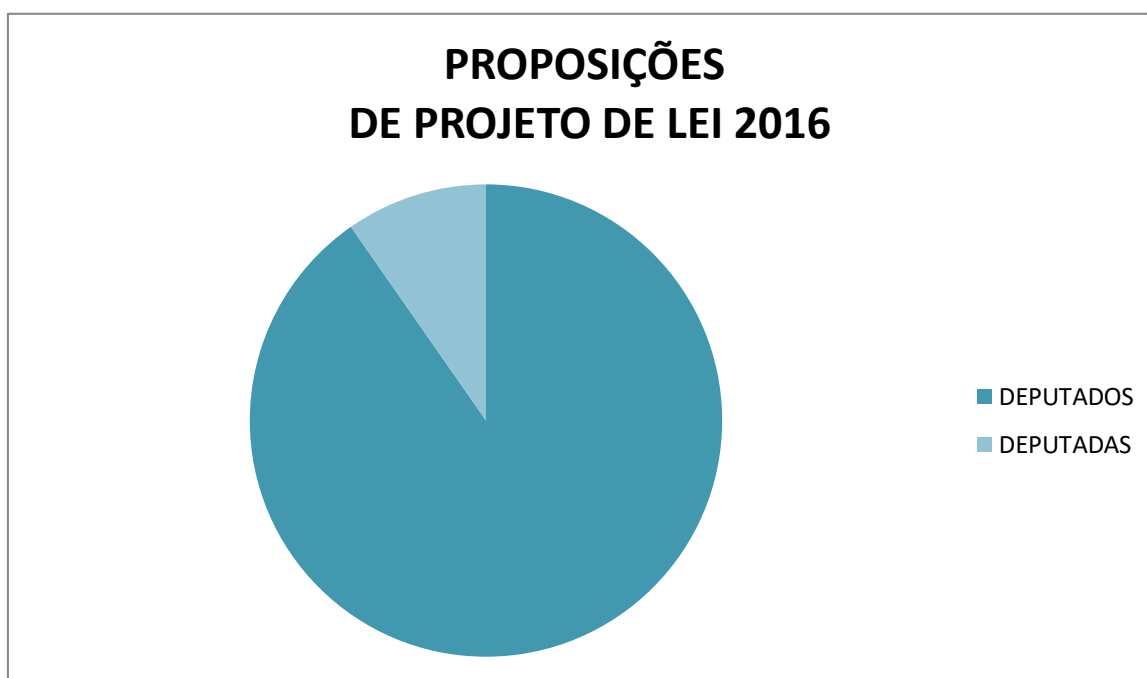
Nº1537/2015	Cria o Programa "100 (cem) Cópias Sem Custo" de incentivo à produção literária e cultural.	04/12/2015	15/11/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1538/2015	Assegura aos portadores de deficiência física, mental ou sensorial prioridade de vaga em escola pública próxima de sua residência.	04/12/2015	14/12/2016 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1550/2015	Estabelece penalidades administrativas a todos os estabelecimentos e seus representantes que discriminarem as pessoas em razão de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual.	08/12/2015	13/03/2020 - Entrada na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1551/2015	Proibição de impedimento ou exclusão de pessoas inscritas nos órgãos de proteção ao crédito e cadastros de restrição ao crédito para o fim de processo seletivo para admissão ao mercado de trabalho.	08/12/2015	04/02/2016 - Anexado ao Projeto de lei 288/2008.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

Nº1552/2015	Institui o "Dia das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações da Umbanda e do Candomblé".	08/12/2015	26/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.124/2016.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº1553/2015	Autorização à prestação de auxílio e amparo religioso em todas as entidades hospitalares da rede pública ou particular, bem como a qualquer estabelecimento em que se encontrem pessoas enfermas ou com restrição de liberdade no Estado.	08/12/2015	18/04/2017 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº1554/2015	Inclusão de ensinamentos sobre os danos a saúde causados pelo fumo, álcool e tóxicos em todas as escolas do âmbito estadual e privado do Estado.	08/12/2015	21/06/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº1555/2015	Criação da Delegacia de Crimes Raciais e de Intolerância Religiosa - DECRAIN.	08/12/2015	15/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

Nº1564/2015	Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pirangi - APAE de Pirangi", naquele Município.	08/12/2015	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.198/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1571/2015	Declara de utilidade pública a Casa Assistencial do Amor e Misericórdia - CAAM", em Embu das Artes.	09/12/2015	02/08/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.232/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1594/2015	Dá a denominação de "Professora Mertila Larcher de Moraes" ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) em Votorantim.	15/12/2015	28/09/2018 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.107.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº1614/2015	Institui o Plano Estadual de Controle e Construção de Equipamentos de Represamento de Água, Rejeitos Líquidos e Transportes dos Efluentes através de Dutos Fechados e Abertos.	18/12/2015	15/10/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	ANA DO CARMO (PT)
Nº1619/2015	Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Pró Vida "Francisco Toledo Piza", em	18/12/2015	14/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.321/2016.	MÁRCIA LIA (PT)

	Américo Brasiliense.			
--	-------------------------	--	--	--

Em 2016 foram propostos 970 projetos de Lei, sendo 876 propostos por Deputados e 94 propostos por Deputadas.



Fonte: elaboração própria com base em dados da Alesp

NÚMERO DO PROJETO DE LEI	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº14/2016	O desembarque de mulheres usuárias do Sistema de	04/02/2016	02/03/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO	CÉLIA LEÃO

	Transporte Coletivo Intermunicipal, Interestadual e Metropolitano.		DIA.	(PSDB)
Nº19/2016	Autoriza o Poder Executivo a oferecer orientação vocacional e profissional como atividade extracurricular aos alunos do ensino médio da rede pública estadual.	05/02/2016	31/05/2016 - Anexado aos autos Despacho do Presidente da ALESP, Deputado Fernando Capez, indeferindo Requerimento de autoria da Sra. Deputada Maria Lúcia Amary, pelo qual solicita o desentranhamento do referido Projeto de lei, em razão do determinado pelo artigo 179 do Regimento Interno em seu texto "as proposições idênticas ou versando matéria correlata serão anexadas à mais antiga".	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº28/2016	Institui o "Cartão Acessibilidade" para pessoas com deficiência.	05/02/2016	28/05/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº44/2016	Altera a Lei nº 15.659, de 2015, que regulamenta o sistema de inclusão	16/02/2016	15/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	

	e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito.			MARTA COSTA e outro. (PSD)
Nº82/2016	Criação de Distritos Turísticos no Estado com a implantação de Projeto Piloto.	25/02/2016	27/04/2021 - Publicado Ofício Nº 260/2021, da Câmara Municipal de Andradina, encaminhando cópia de Requerimento, juntado a este Projeto de Lei.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº98/2016	Institui o Plano Estadual de Georreferenciament o das Áreas Desertificadas, das Ravinas e das Voçorocas no Estado.	01/03/2016	19/09/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	ANA DO CARMO (PT)
Nº99/2016	Institui o Programa Estadual de Ações Corretivas nas Rodovias no Estado.	01/03/2016	15/05/2019 - Arquivo – Arquivado.	ANA DO CARMO (PT)
Nº105/2016	Dá a denominação de "Prefeito Francisco Amaral" ao Aeroporto Estadual Campos dos Amarais, em Campinas.	03/03/2016	15/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.607/2017.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº128/2016	Autoriza o Poder Executivo a incluir educação no trânsito como atividade	09/03/2016	02/03/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARIA LÚCIA AMARY

	extracurricular aos alunos do ensino médio da rede pública estadual.			(PSDB)
Nº130/2016	Diretrizes visando a promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Estado.	09/03/2016	17/09/2019 - Concedida vista conjunta ao Deputado Paulo Fiorilo e ao Deputado Ricardo Mellão.	ANALICE FERNANDES (PSDB), CLÉLIA GOMES (AVANTE), MARIA LÚCIA AMARY (PSDB), LECI BRANDÃO (PC do B), BETH SAHÃO (PT), ANA DO CARMO (PT) e VANESSA DAMO (MDB).
Nº136/2016	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa "Tempo de Despertar".	10/03/2016	28/09/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16/659/2018.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº140/2016	Dá a denominação de "Professora Dorina de Gouvêa Nowill" à Escola Estadual 31 de Março, em Campinas.	10/03/2016	17/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº170/2016	Altera o § 2º do artigo 5º da Lei nº 12.685, de 2007, para permitir que as entidades paulistas de direito privado da	17/03/2016	12/11/2020 - Distribuído ao Deputado Ricardo Mellão.	ANALICE FERNANDES e outros. (PSDB)

	área da saúde sem fins lucrativos sejam favorecidas com o crédito previsto no artigo 2º da referida lei, não utilizado pela pessoa física ou jurídica no prazo de validade.			
Nº173/2016	Dá a denominação de "Masatsuki Hori" ao dispositivo de acesso e retorno SPD 014/323, localizado no km 014+420m da Rodovia José Della Vechia - SP 323, em Monte Alto.	17/03/2016	15/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.593/2017.	RITA PASSOS (PSD)
Nº236/2016	Declara de utilidade pública o "Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa", em Campinas.	30/03/2016	05/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.299/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº249/2016	Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a "Festa de Iemanjá".	01/04/2016	04/12/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº259/2016	Institui o "Dia Estadual da Conscientização da Doença de Fabry" no Estado.	02/04/2016	13/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.312/2016.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº293/2016	Dá a denominação de "Jesuino Ruy" à ponte sobre o Rio Tietê localizada na Rodovia Convenção	09/04/2016	18/10/2018 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)

	Republicana - SP 079, no Bairro de Porto Góes, em Salto.			
Nº333/2016	Classifica Limeira como Município de Interesse Turístico.	19/04/2016	01/11/2018 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº338/2016	A distribuição dos cargos das carreiras policiais civis pertencentes à lotação da Delegacia Geral de Polícia.	19/04/2016	27/05/2021 - Distribuído ao Deputado Delegado Olim.	BETH SAHÃO (PT), MÁRCIA LIA (PT) e outros.
Nº378/2016	Declara de utilidade pública a "Associação Sonhos Constroem o Futuro", em Catanduva.	10/05/2016	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.716/2018.	BETH SAHÃO (PT)
Nº381/2016	A prioridade na travessia por balsas ou similares no Estado.	10/05/2016	20/05/2016 - Anexado ao Projeto de lei 335/2013.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº387/2016	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Combate ao Bullying com a Participação Comunitária, nas escolas públicas e privadas do Estado.	12/05/2016	06/07/2017 - Publicado Despacho: Junte- se o Projeto de lei nº 498/2017 ao Proj eto de lei nº 1135/2009, ao qual se encontram anexados os Projetos de lei nºs 1239/2009,	MARTA COSTA (PSD)

			383/2011 e 387/2016, nos termos do artigo 179 do Regimento Interno.	
Nº407/2016	Classifica Apiaí como Município de Interesse Turístico.	14/05/2016	01/11/2018 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)
Nº425/2016	Declara o programa de rádio "O Samba pede Passagem" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado	21/05/2016	14/09/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº426/2016	Isenta os veículos licenciados nos Municípios das Estâncias Balneárias de Ilhabela e São Sebastião do pagamento da tarifa da travessia de balsa São Sebastião - Ilhabela.	21/05/2016	15/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº430/2016	Institui o "Dia Estadual do Tatuador e da Tatuadora".	25/05/2016	27/09/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.496/2017.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº431/2016	Critérios de sustentabilidade ambiental quando da contratação com a administração pública, de acordo	25/05/2016	30/09/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	com o princípio de desenvolvimento econômico, social e ecologicamente sustentável.			
Nº432/2016	Classifica Limeira como Município de Interesse Turístico.	25/05/2016	27/10/2017 - Publicado o Despacho: Aprovado o Projeto de lei nº 987/2017.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº440/2016	Institui a "Semana Estadual de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes", no Estado.	26/05/2016	30/09/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº447/2016	Assegura a participação das Sociedades Cooperativas em licitações e contratações públicas no âmbito do Estado em igualdade de condições com todos os demais concorrentes.	01/06/2016	03/05/2018 - Publicado Despacho: Deferido o pedido de retirada, nos termos do artigo 176, "caput", do Regimento Interno. Arquive-se.	ANA DO CARMO (PT), MÁRCIA LIA (PT), BETH SAHÃO (PT), e outros.
Nº448/2016	Criação, no âmbito das Diretorias Regionais de Ensino do Estado, das Coordenadorias de Igualdade Racial.	01/06/2016	16/06/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº449/2016	Criação do programa de educação política e para a cidadania	01/06/2016	07/03/2017 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO

	destinado aos estudantes das escolas de rede estadual de ensino.			(PT)
Nº450/2016	Inclui nos conteúdos programáticos da rede estadual de ensino orientações de combate ao mosquito "Aedes aegypti".	01/06/2016	17/11/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº451/2016	Isenção de pagamento de taxas de inscrição dos concursos públicos estaduais e processos seletivos para ingresso em cursos das instituições estaduais de ensino superior no Estado.	01/06/2016	15/06/2016 - Instrução completa por força do artigo 179 do regimento Interno.	BETH SAHÃO (PT)
Nº452/2016	Isenção de tarifa no transporte coletivo rodoviário intermunicipal regular de passageiros para o trabalhador desempregado, de modo que o mesmo possa procurar emprego em localidade diversa daquela onde reside.	01/06/2016	14/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº454/2016	Compilação de dados, produção e divulgação de	01/06/2016	16/06/2016 - Anexado ao Projeto de lei	

	estatísticas sobre a violência contra as pessoas idosas no Estado.		1094/2003.	BETH SAHÃO (PT)
Nº455/2016	Altera a Lei nº 6.374, 1989, que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação	02/06/2016	18/12/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº459/2016	Proibição, em território paulista, do comércio, consumo, armazenamento e uso de produtos agrotóxicos que representem riscos à saúde da população e ao meio ambiente.	03/06/2016	16/06/2016 - Anexado ao Projeto de lei 743/2009.	BETH SAHÃO (PT)
Nº463/2016	Declara de utilidade pública a "Associação São Pio", em Araraquara.	03/06/2016	13/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.327/2016.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº464/2016	Obriga os aeroportos do Estado a fixar placas contendo informação a respeito dos direitos do usuário em caso de atrasos e	04/06/2016	15/12/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	cancelamentos de voos.			
Nº475/2016	Dá a denominação de "Doutor Tácito Almeida" à FATEC de Itatiba.	04/06/2016	17/06/2016 - Anexado ao Projeto de lei 386/2016.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº483/2016	Institui o "Dia Estadual dos Wiccanianos, Cultuadores do Sagrado Feminino, Pagãos e Praticantes das Artes Mágicas".	09/06/2016	26/07/2018 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº513/2016	Declara de utilidade pública a "Associação dos Deficientes Visuais - ADV Olhando por quem precisa", em São Roque.	17/06/2016	14/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.328/2016.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº515/2016	Dá a denominação de "Guido Guazzelli" ao viaduto localizado no km 58 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em São Roque.	17/06/2016	01/08/2018 - Arquivo - Arquivado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº530/2016	Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mairinque", naquele Município.	24/06/2016	08/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.518/2017.	RITA PASSOS (PSD)

Nº537/2016	Custeio, por parte dos condenados que cumprem pena, em regime fechado ou semiaberto, das despesas inerentes a sua manutenção em estabelecimentos penais.	28/06/2016	01/06/2021 - Concedida vista ao Deputado Enio Tatto.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº538/2016	Torna obrigatória, em todos os estabelecimentos de saúde do Estado, a realização prévia de testes alérgicos antes da execução de qualquer procedimento médico.	28/06/2016	17/11/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº539/2016	Obrigatoriedade da instalação e funcionamento de banheiros públicos, de utilização gratuita, nas estações da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.	28/06/2016	21/06/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº558/2016	Dá a denominação de "Professora Mariana Aparecida Todescato" à	01/07/2016	01/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.414/2017.	RITA PASSOS

	Escola Estadual do Bairro Jardim Primavera, em Cerqueira César.			(PSD)
Nº573/2016	Dispõe sobre o estabelecimento de cota para mulheres vítimas de violência doméstica nos Programas de Habitação de Interesse Social no Estado.	02/07/2016	12/03/2019 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº574/2016	Direito das unidades familiares homoafetivas nos programas desenvolvidos pelo Estado.	02/07/2016	20/04/2021 - 14ª Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual - Levantada a Sessão.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº576/2016	Declara de utilidade pública a "Rede Feminina de Combate ao Câncer", em São Caetano do Sul.	02/07/2016	14/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.330/2016.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº577/2016	Instalação de placas nas rodovias estaduais informando a obrigatoriedade de utilização de farol aceso em luz baixa também durante o dia.	02/07/2016	21/06/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº579/2016	Assegura jornada especial de trabalho ao Funcionário Público Estadual responsável por pessoa com	02/07/2016	29/09/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	deficiência, e dá outras providências.			
Nº580/2016	Estabelece normas gerais para a realização de Concurso Público pela Administração Pública Direta e Indireta do Estado.	05/07/2016	01/08/2018 - Arquivo - Arquivado.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº595/2016	Institui o "Dia do Mestre de Cerimônias".	04/08/2016	09/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.480/2017.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº596/2016	Implementação de atividades com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar na Rede Pública Estadual.	04/08/2016	12/08/2017 - Publicado Parecer nº 655/2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sobre o Projeto de lei nº 1297/2015, ao qual se encontra anexado o referido Projeto de lei, favorável a ambos os Projetos de lei.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº597/2016	Obrigatoriedade da presença de paramédicos e da disponibilização de aparelho médico que especifica, nos parques públicos e privados do Estado.	04/08/2016	15/05/2018 - INSTRUÇÃO COMPLETA POR FORÇA DO ARTIGO 179 DA XIV.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº598/2016	Institui regra de acessibilidade com a obrigatoriedade de exibição de legendas na reprodução de filmes nas salas de cinema do Estado.	04/08/2016	14/12/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº599/2016	Identidade e as características mínimas de qualidade que o produto cárneo denominado Carne Moída obedecerá quando destinado à venda, manipulado e embalado no comércio varejista de carnes.	04/08/2016	21/06/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº602/2016	Institui o "Dia Estadual dos Wiccanianos, Cultuadores do Sagrado Feminino, Pagãos e Praticantes das Artes Mágicas".	04/08/2016	05/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.309/2016.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº615/2016	Proíbe a instalação de empresas de transporte de valores em perímetro urbano, bem como fixa horário para suprimento e/ou recolhimento diário dos estabelecimentos	11/08/2016	14/02/2019 - Recebido do relator, Deputado Ed Thomas, pela Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, com voto favorável.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	financeiros e comerciais.			
Nº616/2016	Institui o "Dia dos Conciliadores e Mediadores Judiciais e Extrajudiciais".	11/08/2016	07/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº16.481/2017.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
617/2016	Determina a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados.	11/08/2016	21/06/2017 - Publicados os Pareceres: nº 501, de 2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; nº 902, de 2017, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, ambos favorável à proposição.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº630/2016	Institui a disciplina "Prevenção a Acidentes de Trânsito" na grade curricular das escolas estaduais de ensino fundamental no Estado.	18/08/2016	22/09/2016 - Publicado Ofício nº 513/2016, da Câmara Municipal de Jundiaí, encaminhando cópia da Moção 397/16, manifestando-se acerca do referido Projeto de Lei.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº634/2016	Medição individualizada de consumo de água no Estado.	19/08/2016	28/03/2017 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº644/2016	Altera a denominação da função de Agente de Segurança Metroviária, nas modalidades I, II e III, sem prejuízo dos direitos e garantias adquiridos, para Agente de Policiamento Metroviário, em suas respectivas graduações I, II e III, no Estado de São Paulo.	24/08/2016	15/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº646/2016	Dá a denominação de "Paulo Martinelli" ao viaduto localizado no km 142+608m da Rodovia D. Pedro I - SP 65, em Campinas.	25/08/2016	07/11/2017 - Arquivo - Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº735/2016	Cria acesso no portal da Delegacia Eletrônica da Secretaria de Segurança Pública para atendimento de ocorrências envolvendo crimes cometidos contra pessoas com deficiência e idosos.	23/09/2016	21/06/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº759/2016	Determina que as concessionárias de serviços públicos fornecedoras de energia elétrica, água e gás adequem seu atendimento aos deficientes visuais em todo o Estado.	07/10/2016	20/10/2016 - Instrução completa por força do artigo 179, do Regimento Interno.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº760/2016	Institui campanha para conscientização da importância e necessária ampliação da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas públicas e privadas do Estado.	07/10/2016	19/10/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº761/2016	Assegura às pessoas com deficiência o direito de requerer a atualização de laudo médico que ateste sua deficiência junto às Unidades de Saúde do Estado.	07/10/2016	29/09/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº770/2016	orna obrigatório o diploma de Técnico em Radiologia ou de Tecnólogo em Radiologia para a operação de equipamentos e fontes emissores de radiação	15/10/2016	16/06/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)

	<p>corpuscular e eletromagnética, bem como o devido uso de equipamentos de proteção individual para o cuidado, preservação e zelo da saúde do paciente/cliente, profissionais envolvidos na empregabilidade destas e dá outras providências.</p>			
Nº771/2016	<p>Obrigatoriedade da existência, em estabelecimentos bancários, de porta exclusiva de acesso a clientes portadores de marcapasso e outras próteses eletrônicas.</p>	19/10/2016	<p>06/07/2017 - Publicados os Pareceres de nº 566/2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e nº 567/2017, da Comissão de Saúde, ambos favoráveis ao referido Projeto de lei.</p>	<p>CÉLIA LEÃO (PSDB)</p>
Nº772/2016	<p>Autoriza o Poder Executivo a destinar 10 % (dez por cento) do valor arrecadado com multas por infração à legislação do trânsito para as Santas Casas de Misericórdia.</p>	19/10/2016	<p>15/05/2019 - Arquivo – Arquivado.</p>	<p>CÉLIA LEÃO (PSDB)</p>

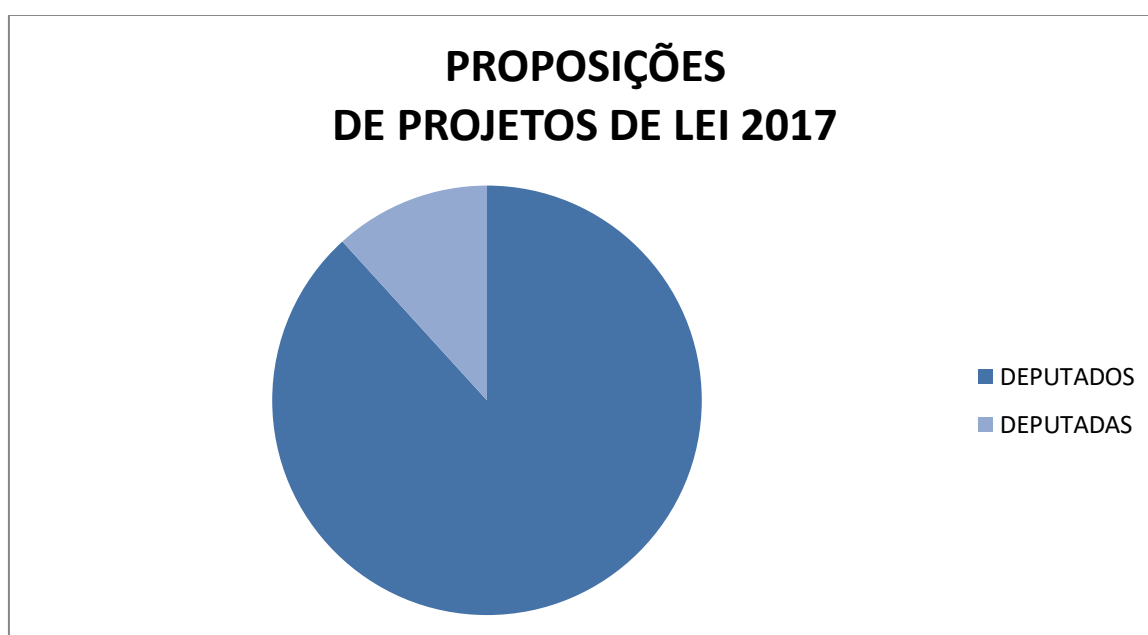
Nº784/2016	Declara de utilidade pública a "Associação de Desenvolvimento Humano Abraça Solidário", em Campinas.	25/10/2016	26/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.387/2017.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº791/2016	Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com os Municípios a fim de implantar o programa "Municípios em Forma", visando atingir os portadores de obesidade em todas as faixas etárias.	27/10/2016	29/09/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº792/2016	Estabelece diretrizes para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar das redes de ensino pública e privada do Estado.	27/10/2016	22/09/2017 - INSTRUÇÃO COMPLETA POR FORÇA DO ARTIGO 179 DA XIV CRI.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº814/2016	Institui a prioridade de atendimento para emissão do Boletim de Ocorrência - B.O. no caso de causa morte natural em domicílio nas Delegacias da Polícia Civil no Estado.	09/11/2016	07/12/2017 - Publicado requerimento de autoria do Deputado Alencar Santana Braga, solicitando que a tramitação do referido Projeto de lei, se faça em caráter de urgência.	ANA DO CARMO (PT)

Nº815/2016	Institui a Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Negras, no Estado.	10/11/2016	29/11/2016 - Anexado ao Projeto de lei 894/2015.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº816/2016	Dá a denominação de "Freguesia do Ó - Rosas de Ouro" à atual estação do metrô Freguesia do Ó.	10/11/2016	23/09/2019 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº817/2016	Declara de utilidade pública a "Associação Centro Terapêutico Lapidar", em Atibaia.	10/11/2016	08/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.522/2017.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº840/2016	Determina o cancelamento automático da prestação de serviços de passe livre em pedágios e estacionamentos, de televisão por assinatura, de telefonia móvel e de serviços de internet nos casos de inatividade do uso por período superior a noventa dias.	23/11/2016	14/12/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº842/2016	Inclusão da expressão "portador de epilepsia" ou "alérgico" na Carteira de Identidade e na	24/11/2016	15/11/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	Carteira Nacional de Habilitação.			
Nº845/2016	Torna obrigatório as empresas de ônibus intermunicipais a oferecerem curso de prestação de primeiros socorros a todos os motoristas e cobradores.	24/11/2016	24/08/2017 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	RITA PASSOS (PSD)
Nº849/2016	Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Creche Menino Jesus", em Sorocaba.	25/11/2016	20/05/2019 - Arquivo Arquivado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº881/2016	Dá a denominação de "Apparecido Mendes", à passarela situada no km 163 da Rodovia Constante Peruchi - SP 316, em Cordeirópolis.	08/12/2016	24/07/2018 - Arquivo Arquivado.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº893/2016	Dá a denominação de "Prefeito Pedro Valentim Fernandes" ao trecho da SP 349, (via de acesso) entre o trevo da SP 294 (saída para Bauru) até o início da Avenida Presidente Vargas, no Município de Garça.	10/12/2016	01/07/2019 - Arquivo Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)

Nº914/2016	Classifica Sarapuí como Município de Interesse Turístico.	15/12/2016	05/12/2019 - Arquivo - Arquivado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº917/2016	Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Feira de Artes e Artesanato de Embu das Artes."	16/12/2016	25/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.538/2017.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº918/2016	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a "Feira de Artes e Artesanato de Embu das Artes".	16/12/2016	04/05/2021 Transformado em Norma: Lei nº 17.333/2021.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)
Nº935/2016	Declara de utilidade pública a "APC - Associação Brasileira de Desenvolvimento de Projetos Culturais", na Capital.	20/12/2016	17/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)

Em 2017 foram propostos 1193 projetos de Lei, sendo 1041 propostos por Deputados e 152 propostos por Deputadas.



Fonte: elaboração própria com base em dados da Alesp.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº05/2017	Utilização de Massa Asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem.	04/02/2017	14/08/2018 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	RITA PASSOS (PSD)
Nº06/2017	Declara de utilidade pública a "Instituição Esperança para todos - INESP", na Capital.	04/02/2017	30/07/2019 - Arquivo Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº19/2017	Institui e estabelece diretrizes para a Política Estadual de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos no Estado de São Paulo - PFSA-SP.	09/02/2017	09/10/2018 - Arquivo Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº27/2017	Serviços e procedimentos farmacêuticos permitidos às farmácias e drogarias no âmbito do Estado.	11/02/2017	17/07/2018 - 43 Sessão Extraordinária - Levantada a sessão - art 106, IV.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº30/2017	Declara de utilidade pública a "Associação da Feira Agropecuária e Industrial de Presidente	11/02/2017	30/07/2019 - Arquivo Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

	Venceslau - FAIVE", naquele Município.			
Nº51/2017	A reprodução, criação, venda, compra e doação de animais de estimação em estabelecimentos comerciais e outros, no Estado.	21/02/2017	27/08/2019 - Distribuído ao Deputado Mauro Bragato	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº55/2017	Dá a denominação de "Pedro Marcello Santos" ao viaduto localizado no km 112 + 900m da Rodovia João Leme dos Santos - SP 264, em Salto de Pirapora.	22/02/2017	16/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.591/2017.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº56/2017	Dá a denominação de "Dr. Eduardo Álvaro Vieira" ao viaduto localizado no km 106 + 500m da Rodovia João Leme dos Santos - SP 264, entroncamento com a Rodovia Raimundo Antunes Soares - SP 079, em Votorantim.	22/02/2017	10/10/2018 - Arquivo - Arquivado.	MÁRIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº64/2017	Dá a denominação de "Professora Maria Luisa Marques Brandão" à Escola Estadual Coronel Raul Humaitá Villa Nova, na Capital.	24/02/2017	27/08/2019 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	RITA PASSOS (PSD)

Nº67/2017	Classifica Arandu como Município de Interesse Turístico.	25/02/2017	22/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº84/2017	Classifica São Lourenço da Serra como Município de Interesse Turístico.	09/03/2017	10/12/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº86/2017	Altera dispositivos da Lei n.º 11.875, de 2005, que dispõe sobre a Política de Prevenção à Violência Contra Educadores da Rede de Ensino do Estado de São Paulo.	09/03/2017	04/12/2017 - Anexado ao Projeto de lei 757/2008.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº91/2017	funcionamento ininterrupto, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher no Estado.	10/03/2017	12/03/2019 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº100/2017	Proíbe a utilização, queima e soltura de fogos de artifícios ruidosos no Estado.	14/03/2017	13/04/2019 - Publicado o Despacho: Arquive-se o Projeto de lei nº 380/2015, ao qual o referido Projeto encontra-se anexado, nos termos do artigo 177 do Regimento Interno.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)

Nº101/2017	Dá a denominação de "Rafael Del Cistia Singh" à passarela situada no km 105 + 500 m da Rodovia João Leme dos Santos - SP 264, em Votorantim.	14/03/2017	21/01/2019 - Arquivo - Arquivado	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº111/2017	Institui a "Virada Feminina" no Calendário Oficial do Estado.	22/03/2017	16/05/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº143/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Samba no Trem", realizado em Osasco e na Capital.	30/03/2017	08/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.542/2017.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº144/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa de São Pedro do Quilombo de São Pedro", realizada no Vale do Ribeira.	30/03/2017	15/10/2018 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº145/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Cortejo das Águas de Oxalá", realizada em Araras.	30/03/2017	09/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.562/2017	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº146/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Samba na Feira", realizado na Capital.	30/03/2017	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.732/2018.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº147/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Yoga Day Piracaia", realizada em Piracaia.	30/03/2017	17/05/2017 Transformado em Norma: Lei nº 17.029/2019.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

Nº172/2017	Dá a denominação de "Antônio Marangão" ao trevo na entrada da cidade, próximo à Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF), situado na Rodovia - SP 349, km 0 ao km 11, em Garça.	06/04/2017	24/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº192/2017	Dá a denominação de "Vereador Almir Pedro dos Santos" à Escola Estadual Jardim Paineiras, em Limeira.	12/04/2017	20/02/2018 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº219/2017	Criação da Política Estadual de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, no Estado.	20/04/2017	18/05/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº226/2017	Penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso.	25/04/2017	25/10/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.157/2019.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº236/2017	Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica	27/04/2017	24/04/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.684/2018.	ANA DO CARMO e outro. (PT)

	no Estado.			
Nº258/2017	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Brodowski, Buritama, Espírito Santo do Pinhal, Jundiá, Martinópolis, Monte Alto, Pedreira, Piedade, Rifaina, Rubinéia, Sabino, Santa Isabel, Tapiraí e Tatuí.	04/05/2017	01/06/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.429/2017.	ANA DO CARMO (PT), ANALICE FERNANDES (PSDB), CÉLIA LEÃO (PSDB), CLÉLIA GOMES, LECI BRANDÃO (PC do B), MARCIA LIA(PT), MARIA LÚCIA AMARY(PSDB), MARTA COSTA (PSD), RITA PASSOS (PSD), e outros.
Nº279/2017	Classifica Dois Córregos como Município de Interesse Turístico.	10/05/2017	06/02/2019 - Publicado o Despacho: Aprovados o Projeto de Lei nº 635/2018 e a Subemenda Substitutiva à Emenda nº 1. Prejudicados a Emenda nº 1, o Projeto de Lei nº 684/2015 e demais Projetos a ele anexados, incluso o referido Projeto de lei. Arquivem-se o Projeto de Lei nº 684/2015 e	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

			demais anexos.	
Nº280/2017	Declara de utilidade pública a Associação Impacto Cultural e Artístico AICA, com sede na Capital.	10/05/2017	24/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº281/2017	Declara de utilidade pública a Associação Mirantense de Combate ao Câncer AMCC, em Mirante do Paranapanema.	10/05/2017	01/11/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.804/2018	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº285/2017	Declara de utilidade pública o "Grupo Espírita Amor e Caridade - GEAC", em Artur Nogueira.	10/05/2017	09/11/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.524/2017.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº286/2017	Classifica Monte Aprazível como município de interesse turístico.	10/05/2017	18/07/2020 - Publicado e anexado aos autos Ofício nº 694/2020/ATeCC (Casa Civil - Assessoria Técnica), que, em resposta ao Ofício SGP nº 407/2018, encaminha Parecer nº 029/2020, do Grupo Técnico de Análise dos Municípios Turísticos - GAMT, da Secretaria de Estado de Turismo, concluindo pela necessidade de	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

			correção da instrução do PL nº 286/2017	
Nº305/2017	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Agudos, Barretos, Guararema, Iacanga, Sales e Santo Antonio da Alegria.	11/05/2017	01/06/2017 Transformado em Norma: Lei nº 16.430/2017.	ANA DO CARMO (PT), ANALICE FERNANDES (PSDB), BETH SAHÃO (PT), CÉLIA LEÃO (PSDB), CLÉLIA GOMES (AVANTE), LECI BRANDÃO (PC do B), MÁRCIA LIA (PT), MARIA LÚCIA AMARY (PSDB), MARTA COSTA (PSD), RITA PASSOS (PSD) e outros.
Nº316/2017	Classifica Bocaina como Município de Interesse Turístico.	13/05/2017	06/02/2019 - Publicado o Despacho: Aprovados o Projeto de Lei nº 635/2018 e a Subemenda Substitutiva à Emenda nº 1. Prejudicados a Emenda nº 1, o Projeto de Lei	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

			nº 684/2015 e demais Projetos a ele anexados, incluso o referido Projeto de lei. Arquivem-se o Projeto de Lei nº 684/2015 e demais anexos.	
Nº332/2017	Transporte de Agentes Penitenciários pelas empresas permissionárias de transporte coletivo de passageiros municipais e intermunicipais de forma gratuita.	18/05/2017	19/09/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº337/2017	Dá a denominação de "Dr. Luiz Maurício Souza Blazeck", ao DEINTER-07 - Departamento de Polícia Judiciária do Interior - 7, em Sorocaba.	19/05/2017	01/08/2018 - Arquivo - Arquivado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº338/2017	Dá a denominação de "Pedro Manoel Pereira", à Casa da Agricultura de Pereiras, naquele Município.	19/05/2017	18/01/2019 - Arquivo - Arquivado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº339/2017	Dá a denominação de "Profª Élzide Celestina Souza Pacheco Tunuchi" à Escola Estadual, no	19/05/2017	30/08/2019 Tranformado em Norma: Lei nº 17.111/2019.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)

	bairro do Éden, em Sorocaba.			
Nº342/2017	Dá a denominação de "Marcelo Heber Kuhl", à passarela localizada no km 135 da Rodovia Luiz de Queiroz - SP 304, em Santa Bárbara D'Oeste.	25/05/2017	01/08/2018 Arquivo Arquivado.	- - CÉLIA LEÃO' (PSDB)
Nº354/2017	Dá a denominação de "Marcelo Heber Kuhl", à passarela localizada no km 135 da Rodovia Luiz de Queiroz - SP 304, em Santa Bárbara D'Oeste.	25/05/2017	01/08/2018 Arquivo Arquivado.	- - CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº361/2017	Declara de utilidade pública o terreiro "Ilé Alákétu Asé Ibùalámo", na Capital.	26/05/2017	24/05/2019 Arquivo Arquivado.	- - CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº362/2017	Declara de utilidade pública o terreiro "Ilé Alákétu Asé Airá", em São Bernardo do Campo.	26/05/2017	24/05/2019 Arquivo Arquivado.	- - CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº363/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "As Águas de São Paulo".	26/05/2017	09/10/2017 Transformado em Norma; Lei nº 16.656/2017.	 CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº364/2017	Declara de utilidade pública o "Centro Cultural Eyin Osun", na Capital.	26/05/2017	30/07/2019 Arquivo Arquivado	- - CLÉLIA GOMES (AVANTE)

Nº365/2017	Declara de utilidade pública o "Centro Cultural Ilê Ola Omi Asé Opo Araká", em São Bernardo do Campo.	26/05/2017	24/05/2019 - Arquivo - Arquivado	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº366/2017	Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente, Cultural e Religiosa Nossa Senhora do Bom Conselho", em Mairiporã.	26/05/2017	24/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº367/2017	Declara de utilidade pública a casa "Ilê Maroketu Axe Oxum", na Capital.	26/05/2017	24/05/2019 - Arquivo - Arquivado	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº373/2017	Classifica Pederneiras como Município de Interesse Turístico.	27/05/2017	10/12/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº375/2017	Classifica Mineiros do Tietê como Município de Interesse Turístico.	27/05/2017	13/04/2018 - Publicado o Despacho: Aprovado o substitutivo apresentado pelo Congresso das Comissões de Constituição e Justiça e de Atividades Econômicas ao Projeto de lei nº 1148/2017.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº391/2017	Dá a denominação de "Profª Maria Helena de Oliveira e Silva De Nardi" ao Centro de	02/06/2017	18/01/2019 - Arquivo - Arquivado.	MÁRCIA LIA (PT)

	Formação de Recursos Humanos - CEFOR para o SUS-SP, em Araraquara.			
Nº422/2017	Dá a denominação de "Dr. Pedro Jannini Filho" ao Hospital Regional de Sorocaba localizado no km 106 da Rodovia Raposo Tavares.	08/06/2017	13/02/2019 - Arquivo Arquivado.	MARA LÚCIA AMARY e outro. (PSDB)
Nº423/2017	Classifica Elias Fausto como Município de Interesse Turístico.	04/06/2017	12/03/2020 - Publicado e anexado aos autos Ofício nº 227/2020/ATeCC, da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº424/2017	Classifica Tietê como Município de Interesse Turístico.	08/06/2017	23/05/2019 - Arquivo Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº438/2017	Obriga a instalação de saboneteira líquida de parede, ou outro similar, contendo solução com álcool gel antisséptico, bem como "dispenser" de papel toalha, nos mercados e supermercados que se utilizem de carrinho de mão.	10/06/2017	02/11/2017 - Publicado Parecer nº 1.609, de 2017, da Comissão de Saúde, favorável à proposição.	RITA PASSOS (PSD)
Nº442/2017	Autoriza o Poder Executivo a alterar a Lei nº 14.752, de 2012, que autoriza a Fazenda do Estado a conceder o uso de parte do	13/06/2017	16/07/2019 - Pronto para a Ordem do Dia, nos termos do artigo 33, I, "a", do Regimento	ANALICE FERNANDES (PSDB)

	bem imóvel que específica, localizado no Município de Ribeirão Preto.		Interno.	
Nº443/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Black June", em Rio Claro.	13/06/2017	10/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.664/2018.	MÁRCIA LIA (PT), LECI BRANDÃO (PC do B) e outros.
Nº464/2017	Classifica Ipeúna como Município de Interesse Turístico.	15/06/2017	06/02/2019 - Publicado o Despacho: Aprovados o Projeto de Lei nº 635/2018 e a Subemenda Substitutiva à Emenda nº 1. Prejudicados a Emenda nº 1, o Projeto de Lei nº 684/2015 e demais Projetos a ele anexados, incluso o referido Projeto de lei. Arquivem-se o Projeto de Lei nº 684/2015 e demais anexos	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº465/2017	Classifica Luís Antônio como Município de Interesse Turístico.	15/06/2017	13/12/2019 - Arquivo - Arquivado	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

Nº485/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa de Santo Antônio do Abacaxi", em Itatiba.	21/06/2017	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº163734/2018.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº495/2017	Obriga as empresas responsáveis pela venda de DRONES a informar aos consumidores a regulamentação de utilização desses dispositivos.	23/06/2017	16/05/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº496/2017	Institui a "Campanha Permanente de Incentivo à Utilização de Capacete pelos Ciclistas".	23/06/2017	06/07/2017 - Instrução Completa por Força do Artigo 179 da "XIV CRI". (JUNTADA).	MARTA COSTA (PSD)
Nº497/2017	Institui a "Campanha Sobre o Consumo Excessivo de Açúcar e Seus Malefícios".	23/06/201	22/06/2021 - Concedida vista ao Deputado Professor Walter Vicioni.	MARTA COSTA (PSD)
Nº498/2017	Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao "bullying" e ao "cyberbullying" nas escolas públicas do Estado.	23/06/2017	06/07/2017 - INSTRUÇÃO COMPLETA POR FORÇA DO ARTIGO 179 DA XIV CRI.	MARTA COSTA (PSD)
Nº499/2017	Cotas étnico/racial nos espaços públicos de participação e controle social, no Estado.	23/06/2017	11/11/2020 - Distribuído ao Deputado Ricardo Mellão	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº515/2017	Classifica Serra Azul como Município de Interesse Turístico.	24/06/2017	23/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº516/2017	Classifica Cajati como Município de Interesse Turístico.	24/06/2017	23/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº517/2017	Classifica Quadra como Município de Interesse Turístico.	24/06/2017	23/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº528/2017	Dá a denominação de "Centro de Convenções Royal Palm Plaza" ao viaduto localizado no km 91 + 800 m, da Rodovia Anhanguera - SP 330, em Campinas.	27/06/2017	04/04/2019 - Arquivo - Arquivado	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº539/2017	Estabelece ordinariamente o período matutino para o trajeto a ser percorrido pelos carteiros pedestres, no Estado.	29/06/2017	05/2021 - Distribuído a Deputada Dra. Damaris Moura.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº540/2017	Estabelece o limite máximo, em quilômetros, para o trajeto a ser percorrido pelos carteiros pedestres, no Estado	29/06/2017	02/06/2021 - Distribuído ao Deputado Alex de Madureira.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº541/2017	Medidas de segurança contra assaltos nas Agências de Correios no Estado.	29/06/2017	01/07/2019 - Arquivo - Arquivado	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº554/2017	Torna obrigatório o oferecimento de assentos adaptados à população obesa pelos estabelecimentos de ensino.	29/06/2017	18/05/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº561/2017	Prestação preferencial de serviços postais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pelos órgãos públicos estaduais da Administração Direta e Indireta.	29/06/2017	13/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº660/2017	Dá a denominação de "Antonio Santana" ao viaduto localizado no km 11 da Rodovia Engenheiro Ronan Rocha - SP 345, em Itirapuã.	04/08/2017	30/07/2019 - Arquivo - Arquivado.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº667/2017	Classifica Estrela D'Oeste como Município de Interesse Turístico.	04/08/2017	13/12/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº719/2017	Classifica Lutécia como Município de Interesse Turístico.	10/08/2017	13/12/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº721/2017	Inclusão de produtos orgânicos na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais públicos e conveniados que integram a rede	11/08/2017	19/10/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)

	pública estadual de saúde.			
Nº725/2017	destinação de espaço físico para exposição e comercialização de produtos da agricultura familiar e assentamentos rurais nos eventos públicos promovidos por ou em parceria com o Poder Público Estadual.	11/08/2017	25/08/2017 - Anexado ao Projeto de lei 992/2013.	BETH SAHÃO (PT)
Nº726/2017	afixação de placas informativas nas unidades públicas e privadas de saúde, sobre a adoção de nascituro.	11/08/2017	23/11/2017 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº727/2017	Revoga a Lei nº 11.255, de 2002, que obriga os técnicos em prótese dentária a afixarem em seus laboratórios, de modo visível, informação quanto à proibição legal de realizarem quaisquer procedimentos odontológicos, clínicos ou cirúrgicos, a pacientes.	11/08/2017	18/12/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	RITA PASSOS (PSD)
Nº755/2017	Institui o "Dia da Conscientização da Síndrome de Edwards".	17/08/2017	10/10/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.653/2018.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

Nº766/2017	Institui a "Semana Tebas de Ciência, Tecnologia, Arte e Educação".	18/08/2017	18/12/2017 - 190ª Sessão Ordinária - Retirado da Ordem do Dia, considerando os termos do § 4º do Artigo 9º da Constituição do Estado c.c com § 6º, do Artigo 246, do Regimento Interno.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº771/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado a Festa do "Padroeiro Senhor Bom Jesus", em Pirapora do Bom Jesus.	19/08/2017	10/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº772/2017	Afixação de placas informativas nas unidades públicas e privadas de saúde, sobre a adoção de nascituro.	19/08/2017	24/07/2018 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº773/2017	Criação do "Programa de Saúde Pública Veterinária Itinerante do Estado".	19/08/2017	09/11/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº774/2017	Torna obrigatório aos mercados, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares acomodarem, em espaço único e específico, produtos	19/08/2017	01/09/2017 - INSTRUÇÃO COMPLETA POR FORÇA DO ARTIGO 179 DA XIV CRI (JUNTADA).	BETH SAHÃO (PT)

	destinados a pessoas com diabetes, intolerância a lactose e doença celíaca.			
Nº775/2017	Autoriza a entrada e permanência de animais domésticos em repartições públicas estaduais.	19/08/2017	27/05/2021 - Distribuído ao Deputado Dirceu Dalben.	BETH SAHÃO (PT)
Nº776/2017	Substituição do uso de saco plástico para descarte de lixo, pelo uso de saco de lixo ecológico disponibilizado ou vendido pelos órgãos estaduais.	19/08/2017	15/05/2019 - Concedida vista ao Deputado Luiz Fernando T. Ferreira.	BETH SAHÃO (PT)
Nº777/2017	Classifica Palmeira D'Oeste como Município de Interesse Turístico.	19/08/2017	06/02/2019 - Publicado o Despacho: Aprovados o Projeto de Lei nº 635/2018 e a Subemenda Substitutiva à Emenda nº 1. Prejudicados a Emenda nº 1, o Projeto de Lei nº 684/2015 e demais Projetos a ele anexados, incluso o referido Projeto de lei. Arquivem-se o Projeto de Lei nº 684/2015 e	ANALICE FERNANDES (PSDB)

			demais anexos.	
Nº790/2017	Institui o "Dia de Doar".	23/08/2017	01/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 17.071/2019.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº816/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Afoxé Ilê Omo Dadá".	01/09/2017	01/11/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.799/2018.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº818/2017	Institui o "Dia Estadual da Conscientização da Dermatite Atópica".	01/09/2017	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.709/2018.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº837/2017	Regulamentação da profissão de Gerontólogo no Estado.	06/09/2017	23/06/2021 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº853/2017	Declara os Desfiles das Escolas de Samba realizados no Carnaval patrimônio cultural imaterial do Estado.	13/09/2017	18/01/2019 Transformado em Norma: Lei nº 16.913/2018.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº867/2017	Institui a "Política Estadual de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ONU".	19/09/2017	22/06/2021 - Concedida vista a Deputada Leticia Aguiar.	ANA DO CARMO e outro. (PT)
Nº891/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival do Folclore", em Olímpia.	27/09/2017	13/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)

Nº892/2017	Altera a Lei nº 14.591, de 2011, que cria o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS.	27/09/2017	28/11/2019 - Publicado o Parecer nº 1574, de 2019, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao Projeto.	BETH SAHÃO (PT)
Nº893/2017	Declara patrimônio cultural imaterial do Estado a "Congada de São Benedito de Cotia".	28/09/2017	24/05/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº894/2017	Preservação e os procedimentos de tombamento e de registro do patrimônio cultural de origem africana no Estado.	28/09/2017	16/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº895/2017	Assegura ao passageiro do transporte metropolitano e intermunicipal público, o embarque e transporte de bicicleta pessoal.	28/09/2017	14/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº896/2017	Torna obrigatória a instalação de coletores de água da chuva em obras realizadas pelo Poder Público.	28/09/2017	11/10/2017 - Anexado ao Projeto de lei 180/2005.	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº897/2017	Declara a Assembleia de Deus Ministério Belém, como Patrimônio Cultural, Histórico e Turístico do Estado.	28/09/2017	01/11/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.753/2018.	MARTA COSTA (PSD)
Nº899/2017	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o "Templo de Candomblé Ilê Alaketu Asé Odé Akuerân", também conhecido como "Axé PV", em Barueri.	28/09/2017	04/12/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº907/2017	Institui o "Estatuto do Portador de Câncer" no Estado.	30/09/2017	15/10/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº913/2017	Criação do Ingresso/Ticket Social no Estado.	04/10/2017	13/05/2019 - Arquivo – Arquivado.	MARTA COSTA (PSD)
Nº914/2017	Institui a "Política de Incentivo à Literatura Digital".	04/10/2017	17/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº915/2017	Utilização de urnas para depósitos de embalagens em estabelecimentos comerciais no Estado.	04/10/2017	19/10/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)

Nº916/2017	Institui o Programa de Prevenção da Alcalinização Sanguínea alterada (Hipo e hiperalcalinidade) junto a Secretaria de Saúde do Estado.	04/10/2017	23/06/2018 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº917/2017	Institui campanha contra a misoginia nas redes sociais.	04/10/2017	14/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº923/2017	Institui junto à Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação do Estado a Campanha "Idosos Órfãos de Filhos Vivos" - sobre a orientação e conscientização de cuidado aos idosos e as suas consequências.	05/10/2017	14/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº925/2017	Declara de utilidade pública a "Associação dos Deficientes de Garça - ADG", naquele Município.	05/10/2017	30/07/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº941/2017	Torna obrigatória a instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos públicos do Estado.	12/10/2017	20/06/2020 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº964/2017	Cria protocolo obrigatório de casos de obesidade no âmbito do Estado.	20/10/2017	10/07/2020 - Distribuído a Deputada Dra. Damaris Moura.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº965/2017	Institui a campanha "Janeiro Branco", dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental.	20/10/2017	14/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº975/2017	Institui a Política Estadual para a População Migrante, a ser implementada de forma transversal às políticas e serviços públicos, sob articulação da Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado.	21/10/2017	27/11/2019 - Distribuído a Deputada Carla Morando.	ANA DO CARMO (PT), LECI BRANDÃO (PC do B), MÁRCIA LIA (PT) e outro.
Nº979/2017	Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o consumo do medicamento "Ritalina" ou "Pílula da Inteligência".	25/10/2017	13/09/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº980/2017	Institui a Campanha Estadual de Conscientização e Incentivo ao Diagnóstico Precoce do Retinoblastoma.	25/10/2017	14/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)

Nº981/2017	Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o consumo do medicamento "OxyFast".	25/10/2017	28/11/2019 - Publicado o Parecer nº 1576, de 2019, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao Projeto.	MARTA COSTA (PSD)
Nº982/2017	Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o consumo do medicamento "OxyContin".	25/10/2017	14/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA	MARTA COSTA (PSD)
Nº983/2017	Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o consumo de medicamentos "Anorexígenos".	25/10/2017	13/05/2019 - Arquivo – Arquivado.	MARTA COSTA (PSD)
Nº984/2017	Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o consumo de Opioides.	25/10/2017	06/03/2018 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº985/2017	Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o consumo do medicamento "Percocet".	25/10/2017	13/09/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	MARTA COSTA (PSD)
Nº987/2017	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Altinópolis, Araraquara, Araras, Areias, Cabreúva, Campina do Monte	25/10/2017	02/02/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.566/2017.	ANA DO CARMO (PT), ANALICE FERNANDES (PSDB), BETH SAHÃO (PT),

	Alegre, Cardoso, Cruzeiro, Itapuí, Itupeva, Jaú, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Mairiporã, Mira Estrela, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Novo Horizonte, Rancharia, Registro, Riolândia, Rosana, Santa Branca, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Expedito, São Simão, Tabatinga, Tambaú, Uchôa e Votuporanga.			CÉLIA LEÃO (PSDB), CLÉLIA GOMES (AVANTE), LECI BRANDÃO (PC do B), MÁRCIA LIA (PT), MARIA LÚCIA AMARY (PSDB), MARTA COSTA (PSD), RITA PASSOS (PSD) e outros.
Nº989/2017	Declara de utilidade pública o "Instituto Internacional de Integração e Desenvolvimento Humano - Arka", em Capivari.	26/10/2017	23/09/2019 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº992/2017	Torna obrigatória a destinação de parte da receita oriunda das multas de trânsito para ações de saúde.	26/10/2017	16/02/2021 - Recebido do relator, Deputado Roberto Engler, pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, com voto favorável ao Projeto de Lei nº 633/2019 e contrário	RITA PASSOS (PSD)

			ao Projeto de Lei nº 992/2017.	
Nº1012/2017	Tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Estadual.	07/11/2017	12/03/2019 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	CLÉLIA GOMES (AVANTE), CÉLIA LEÃO (PSDB), MÁRCIA LIA (PT).
Nº1021/2017	Institui o "Dia do Flashback".	10/11/2017	01/07/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.072/2019.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº1030/2017	Classifica Pratânia como Município de Interesse Turístico.	15/11/2017	22/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº1034/2017	Dá a denominação de "EE Professora Maria Florinda Semmler Bonazzi" à Escola Estadual "E.E. Parque Jane II" - Parque Jane, em Embu das Artes.	15/11/2017	30/07/2019 - Arquivo - Arquivado.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº1035/2017	Dá a denominação de "EE Professor João Luiz de Oliveira" à Escola Estadual "E.E. CHB Embu NII" - Vila Isis Cristina, em Embu das Artes.	15/11/2017	30/08/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.112/2019.	ANALICE FERNANDES (PSDB)

Nº1036/2017	Dá a denominação de "EE Professora Mirna Elisa Bonazzi" à Escola Estadual "E.E. Vila Olinda II" - Vila Regina, em Embu das Artes.	15/11/2017	13/05/2019 Transformado em Norma: Lei nº 16.939/2019.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº1040/2017	Estabelece critérios e condições para destinação de bicicletas apreendidas pelas Delegacias de Polícia do Estado.	17/11/2017	06/09/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº1043/2017	Autoriza o transporte de animais domésticos de pequeno e médio porte, acompanhados por seus responsáveis, nos meios integrantes do sistema de transportes do Metrô e da CPTM.	17/11/2017	07/12/2018 - Publicado Despacho: Desentranhe-se para tramitação autônoma o Projeto de Lei nº 727/2015 do Projeto de Lei nº 665/2014, permanecendo juntados a este o Projeto de Lei nº 665/2014 e o Projeto de Lei nº 311/2018. Prejudicados, em razão da aprovação do Projeto de Lei nº 727/2015, os Projetos de Lei nºs 665/2014, 1043/2017 e	BETH SAHÃO (PT)

			311/2018. Arquivem-se os Projetos de Lei nºs 665/2014, 1043/2017 e 311/2018.	
Nº1044/2017	Composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos Estaduais.	17/11/2017	11/11/2020 - Distribuído a Deputada Dra. Damaris Moura.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1059/2017	Estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de álcool e drogas em shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil, e nos respectivos ingressos.	23/11/2017	21/01/2019 - Arquivo - Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1061/2017	Critérios para a Administração Pública direta e indireta do Estado contratar artistas para espetáculos em festejos de época e outros eventos comemorativos e culturais.	24/11/2017	13/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1062/2017	Institui o "Dia do Atleta Paralímpico".	24/11/2017	15/10/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1078/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Procissão Histórica da Vida de Santa Rita de Cássia", em Vista Alegre do Alto.	29/11/2017	01/11/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.800/2018.	BETH SAHÃO (PT)

Nº1080/2017	Institui o ensino da Lei Maria da Penha nas escolas.	29/11/2017	22/10/2019 - Distribuído ao Deputado Ricardo Mellão.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº1095/2017	Política de prevenção das IST/HIV/AIDS com jovens e adolescentes.	01/12/2017	26/11/2020 - Publicada a retificação do Parecer nº 408/2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, publicada no D.A.L. de 25/11/2020, pág. 12.	LECI BRANDÃO (PC do B), MARIA LÚCIA AMARY (PSDB),e outros.
Nº1099/2017	Institui desconto no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA aos contribuintes.	02/12/2017	11/02/2020 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)
Nº1111/2017	Destinação de 5% das unidades dos programas de loteamentos sociais e de habitação popular às mulheres vítimas de violência doméstica.	08/12/2017	13/02/2019 - Arquivo – Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº1112/2017	Proíbe o exercício de cargo, emprego ou função pública por pessoa condenada por violência doméstica e familiar contra a	08/12/2017	24/06/2021 - Recebido do relator, Deputado Adalberto Freitas, pela Comissão de	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

	mulher, nos termos da Lei Maria da Penha.		Administração Pública e Relações do Trabalho, com voto favorável aos Projetos de Lei n.º 1112/2017 na forma da emenda proposta pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação, ao Projeto de Lei n.º 281/2019, ao Projeto de Lei n.º 312/2019 e ao Projeto de Lei n.º 1137/2019.	
Nº1114/2017	Torna obrigatória a divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público que especifica.	08/12/2017	01/11/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.754/2018.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº1116/2017	Dá a denominação de "Joaquim Pinto de Oliveira Tebas" à Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC SP, em Franco da	08/12/2017	06/09/2019 - Publicada a Deliberação da Comissão de Educação e Cultura, de 03 de setembro de	MÁRCIA LIA (PT)

	Rocha.		2019.	
Nº1130/2017	Prevenção da violência obstétrica no âmbito da assistência perinatal.	13/12/2017	20/04/2018 - INSTRUÇÃO COMPLETA POR FORÇA DO ARTIGO 179 DA XIV CRI (JUNTADA).	LECI BRANDÃO (PC do B)
N1133/2017	Dá a denominação de "Lucas Camargo Oliveira" à passarela localizada no km 338 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Bauru.	13/12/2017	23/09/2019 - Arquivo - Arquivado.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº1136/2017	Dá a denominação de "Mário José Azevedo de Almeida" ao viaduto situado no km 101 + 150m da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Sorocaba.	14/12/2017	24/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº1137/2017	Declara de utilidade pública a "Associação Projeto Tamtam", em Santos.	14/12/2017	24/07/2018 Transformado em Norma: Lei nº 16.711/2018.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº1147/2017	Dá a denominação de "Professora Maria Helena Antônio Cardoso" à Escola Estadual Núcleo Habitacional Vida Nova/Bairro Mauro Marcondes, em Campinas.	15/12/2017	17/10/2018 - Juntado ao Projeto de lei nº 616/2018, para fins de instrução.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº1148/2017	Classifica Apiaí, Barbosa, Bofete, Boituva, Cachoeira Paulista, Estiva Gerbi, Fernandópolis, Iporanga, Itápolis, Jacupiranga, Jales, Paraibuna, Pardinho, Patrocínio Paulista, Paulo de Faria, Piracaia, Ribeirão Grande, Sertãozinho, Sud Menucci e Torrinha como Município de Interesse Turístico.	16/12/2017	12/02/2020 Transformado em Norma: Lei nº 16.720/2018.	ANA DO CARMO (PT), ANALICE FERNANDES (PSDB), BETH SAHÃO (PT), CÉLIA LEÃO (PSDB), CLÉLIA GOMES (AVANTE), LECI BRANDÃO (PC do B), MÁRCIA LIA (PT), MARIA LÚCIA AMARY (PSDB), MARTA COSTA (PSD), RITA PASSOS (PSD) e outros.
Nº1173/2017	Dá a denominação de "Tiago Henrique Lorençatto" à Estação de Transferência km 110 da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), em Sumaré.	21/12/2017	18/01/2019 - Arquivo - Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Em 2018 foram propostos 746 projetos de Lei, sendo 658 propostos por Deputados e 88 propostos por Deputadas.



Fonte: elaboração própria com base em dados da Alesp.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº05/2018	Classifica Vinhedo como Município de Interesse Turístico.	03/02/2018	14/02/2020 - Arquivo Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº75/2018	Cria o cadastro estadual de profissionais que trabalham ou cuidam de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.	23/02/2018	14/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº83/2018	Dá a denominação de "Vereador Toninho Zanco" ao trevo localizado no km 171 da Rodovia Deputado Mario Beni - SP 340, em Mogi-Guaçu.	27/02/2018	30/08/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.114/2019.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº84/2018	Dá a denominação de "José Catarino Leonello" ao trevo localizado no km 178 da Rodovia Deputado Mario Beni - SP 340, em Estiva Gerbi.	27/02/2018	12/03/2019 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº94/2018	Declara de utilidade pública a "Casa da Família de Cabralia Paulista", naquele Município.	02/03/2018	15/05/2019 Transformado em Norma: Lei nº16.966/2019.	RITA PASSOS (PSD)
Nº95/2018	Classifica Irapuã como Município de Interesse Turístico.	02/03/2018	12/03/2020 - Publicado e anexado aos autos Ofício nº 222/2020/ATeCC, da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, encaminhando Parecer nº 18/2020, do Grupo Técnico de Análise dos Municípios de Interesse Turístico da Secretaria de Estado de Turismo - GT MIT, por meio do	RITA PASSOS (PSD)

			qual manifesta-se contrariamente à aprovação do referido Projeto de lei	
Nº98/2018	Obriga as empresas de ônibus permissionárias de transporte coletivo de passageiros municipais e intermunicipais a realizar, de forma gratuita, o deslocamento de agentes socioeducadores, funcionários da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA, no Estado.	06/03/2018	10/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº104/2018	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Encontro Paulista de Hip Hop".	07/03/2018	17/05/2019 Transformado em Norma: Lei nº17039/2019.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº105/2018	Classifica Caieiras como Município de Interesse Turístico.	07/03/2018	09/07/2020 - Publicada Retificação da publicação no D.A.L. de 03/07/2020: Ofício Nº 532/2020, do Governo do Estado - Casa Civil, encaminha Parecer referente ao PL 105/18.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

Nº109/2018	Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção aos Guardas Municipais da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos - TFSD aplicada na renovação, adição ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação - CNH.	08/03/2018	20/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA,	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº110/2018	Estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde - SUS às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.	08/03/2018	14/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº111/2018	Obriga os hospitais públicos e privados conveniados ao Sistema Único de Saúde - SUS a fornecerem cópia dos documentos assinados pelos pacientes ou por seus familiares, bem como das despesas custodiadas pelo SUS.	08/03/2018	17/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº112/2018	Instalação de placas indicando os números de telefone da Polícia Militar, dos	08/03/2018	02/05/2019 - Arquivo Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

	Bombeiros e do Conselho Tutelar nas praias do Estado.			
Nº114/2018	Altera a Lei 16.260, de 2016, que autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas.	08/03/2018	21/07/2020 - Distribuído ao Deputado Dr. Jorge Do Carmo.	RITA PASSOS (PSD)
Nº131/2018	Autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento de pedágio os proprietários de veículos automotores portadores de deficiência renal que precisam se deslocar para outro município a fim de se submeterem ao tratamento de hemodiálise.	14/03/2018	09/06/2021 - Distribuído a Deputada Dra. Damaris Moura.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº132/2018	Obriga os condomínios residenciais do Estado a reservarem vagas em seus estacionamentos internos e externos aos deficientes físicos que apresentem limitação de	14/03/2018	19/09/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	LECI BRANDÃO (PC do B)

	mobilidade.			
Nº134/2018	Dá a denominação de "Maria Emília Biazotti" à passarela localizada no km 65 + 300m da Rodovia - SP 270, em Mairinque.	14/03/2018	26/07/2018 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº144/2018	Institui a "Semana de Enfrentamento e Combate ao Crack" no Estado.	17/03/2018	17/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº151/2018	Torna obrigatória a instalação de placas em Braille com a relação das linhas de ônibus e seu roteiro de viagem nas estações rodoviárias do Estado.	22/03/2018	09/08/2019 - Distribuído a Deputada Carla Morando.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº152/2018	Obriga as edificações licenciadas no âmbito do Estado a tornar públicas as informações referentes à autoria de projetos, obras ou serviços de arquitetura e urbanismo.	22/03/2018	06/04/2018 - Anexado ao Projeto de lei 706/2017.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº156/2018	Obriga o Sistema Único de Saúde - SUS a divulgar os medicamentos distribuídos gratuitamente à população nos estabelecimentos que comercializem ou forneçam tais medicamentos.	23/03/2018	19/10/2018 - INSTRUÇÃO COMPLETA POR FORÇA DO ARTIGO 179 DA XIV CRI (JUNTADA).	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº161/2018	Torna obrigatória a apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula nas escolas públicas do Estado que oferecem ensino infantil, fundamental e médio.	24/03/2018	13/02/2020 - Publicado o Despacho: Aprovado, na 7ª Sessão Extraordinária, o PL nº 721/2019 e prejudicados os PLs nºs 246/2017 e anexos (PLs nºs 161/2018 e 1018/2019). Desentranhe-se, para tramitação autônoma, o PL nº 721/2019 do PL nº 246/2017 e anexos (PLs nºs 161/2018 e 1018/2019). Arquivem-se os PLs nºs 246/2017, 161/2018 e 1018/2019.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº168/2018	Institui a Semana Estadual de Combate à Mortalidade Materna no Estado de São Paulo.	27/03/2018	13/09/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº180/2018	Torna obrigatória a afixação, nas escolas públicas de educação básica de todo o Estado, em locais de ampla visibilidade, de placas contendo o	04/04/2018	06/07/2018 - Publicado o Despacho: Desentranhe-se, para tramitação autônoma, o Projeto de lei nº 1095/2015 do Pro	LECI BRANDÃO (PC do B)

	IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica obtido pela escola, assim como o IDEB médio do Município, do Brasil e do Estado.		jeto de lei nº 180/2018. À ordem do dia o Projeto de lei nº 180/2018 para deliberação do pedido de retirada.	
Nº185/2018	Obriga os Cartórios do Estado a disponibilizarem o cartão de débito como meio de pagamento.	05/04/2018	17/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº186/2018	Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - às Pessoas com Deficiência Auditiva.	05/04/2018	07/06/2018 - Publicado Ofício nº 8074/2018, da Câmara Municipal de Santos, encaminhando cópia do Requerimento nº 3251/18, manifestando-se acerca do referido Projeto de Lei. (D.A. pág. 11). Rel. nº 224254	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº187/2018	Possibilidade dos usuários do Poupatempo em realizarem o pagamento das taxas inerentes aos seus serviços por intermédio de cartão de débito proveniente de qualquer instituição bancária.	05/04/2018	02/06/2021 - Distribuído ao Deputado Alex de Madureira.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº188/2018	Possibilidade dos usuários das unidades do DETRAN - SP em realizarem o pagamento das taxas inerentes aos seus serviços por intermédio de cartão de débito proveniente de qualquer instituição bancária.	05/04/2018	19/10/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº189/2018	Obriga o Poder Público e os órgãos de Segurança Pública a divulgarem as informações relacionadas à segurança pública no Estado.	05/04/2018	17/08/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº193/2018	Classifica Engenheiro Coelho como Município de Interesse Turístico.	06/04/2018	03/07/2020 - Publicado e anexado aos autos Ofício nº 264/2020/ATeCC (Casa Civil - Assessoria Técnica), que, em resposta ao Ofício SGP nº 577/2018, encaminha Parecer nº 041/2020, do Grupo Técnico de Análise dos Municípios Turísticos - GAMT, da Secretaria de Estado de Turismo,	CÉLIA LEÃO (PSDB)

			manifestando-se contrariamente à aprovação do PL nº 193/2018 (D.A., pág. 04)	
Nº196/2018	Torna obrigatória a identificação e instalação de iluminação nas passarelas, faixas de pedestres e lombotravessias em rodovias, estradas e vicinais.	06/04/2018	02/03/2021 - Esgotado o prazo previsto no artigo 28, §6º, da Constituição do Estado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº201/2018	Dá a denominação de "Nelson Chiaramonte" ao viaduto localizado no km 438 + 765m da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, em Garça.	07/04/2018	30/08/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.128/2019.	RITA PASSOS (PSD)
Nº202/2018	Dá a denominação de "Pedro Krusicki" ao viaduto localizado no km 424 + 138m da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, em Garça.	07/04/2018	30/07/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº203/2018	Dá a denominação de "Arthur Chekerdemian" ao viaduto localizado no km 429 + 078m da Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros - SP 294, em Garça.	07/04/2018	16/05/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.021/2019.	RITA PASSOS (PSD)

Nº223/2018	Desconto na compra de ingressos de cinemas, shows, circos e teatros para agentes penitenciários.	14/04/2018	02/05/2019 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.157.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº241/2018	Classifica Euclides da Cunha Paulista como Município de Interesse Turístico.	20/04/2018	03/07/2020 - Publicado e anexado aos autos Ofício nº 586/2020/ATeCC (Casa Civil - Assessoria Técnica), que, em resposta ao Ofício SGP nº 41/2019, encaminha Parecer nº 076/2020, do Grupo Técnico de Análise dos Municípios Turísticos - GAMT, da Secretaria de Estado de Turismo, manifestando-se contrariamente à aprovação do PL nº 241/2018 e do PL nº 470/2019	MÁRCIA LIA (PT)
Nº264/2018	Exposição de bebidas alcoólicas para o público consumidor em locais específicos, distintos dos	26/04/2018	02/05/2019 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 18.01.157.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

	destinados a bebidas não alcoólicas e outros produtos.			
Nº278/2018	Classifica Sorocaba como Município de Interesse Turístico.	03/05/2018	12/03/2020 - Publicado e anexado aos autos Ofício nº 231/20120/ATeC C, da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, encaminhando Ofício Especial GAMT nº 03/2020, do Grupo Técnico de Análise dos Municípios Turísticos da Secretaria de Estado de Turismo - GT MIT, por meio do qual manifesta-se pela impossibilidade de análise de cumprimento dos requisitos para classificação do referido município como de interesse turístico pelo fato do processo não se encontrar devidamente	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)

			instruído.	
Nº281/2018	Proíbe o exercício de cargo, emprego ou função pública por pessoa condenada por violência doméstica e familiar contra a mulher.	05/05/2018	20/03/2019 - Anexado ao Projeto de lei 1112/2017.	BETH SAHÃO (PT)
Nº291/2018	Classifica Urânia como Município de Interesse Turístico.	09/05/2018	03/07/2020 - Publicado e anexado aos autos Ofício nº 581/2020/ATeCC (Casa Civil - Assessoria Técnica), que, em resposta ao Ofício SGP nº 817/2018, encaminha Parecer nº 103/2020, do Grupo Técnico de Análise dos Municípios Turísticos - GAMT, da Secretaria de Estado de Turismo, concluindo pela necessidade de correção da instrução do PL nº 291/2018.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº292/2018	Obriga os hospitais públicos e privados a criar uma sala de descompressão para ser utilizada pelos enfermeiros, técnicos de	09/05/2018	17/01/2020 Transformado em Norma: Lei nº 17.234/2020.	ANALICE FERNANDES (PSDB)

	enfermagem e auxiliares de enfermagem.			
Nº293/2018	Altera a Lei nº 12.233, de 2006, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, e a Lei nº 9.866, de 1997, que dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado.	10/05/2018	12/10/2019 - Publicado o Parecer nº 1286/2019, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sobre o Projeto de lei nº 233/2018. ao qual se encontra anexado o Projeto de lei nº 293/2018, oriundo do voto em separado convertido em parecer nos termos do § 5º do artigo 56 do Regimento Interno, favorável ao Projeto de lei nº 233/2018, na forma do substitutivo apresentado, e contrário ao Projeto de lei nº 293/2018	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº295/2018	Institui o Projeto "Cuca Legal" no Estado.	10/05/2018	16/06/2021 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	BETH SAHÃO (PT)

Nº296/2018	Proíbe o exercício de cargo, emprego ou função pública por pessoa condenada por violência doméstica e familiar contra criança ou adolescente.	10/05/2018	02/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)
Nº304/2018	Inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate à erotização infantil (sexualização precoce) no projeto pedagógico das escolas públicas do Estado.	10/05/2018	02/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	MARTA COSTA (PSD)
Nº324/2018	Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Feira AgroArt", em Elias Fausto.	16/05/2018	01/08/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.090/2019.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº341/2018	Aviso de dependência tecnológica a ser fixado nos locais que especifica nas dependências públicas e privadas do Estado.	23/05/2018	10/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	MARTA COSTA (PSD)
Nº343/2018	Dá a denominação de "Armindo Dias" ao viaduto localizado no km 91,740 da Rodovia Anhanguera - SP 330, em Campinas.	24/05/2018	13/05/2019 Transformado em Norma: Lei nº 16.941/2019.	CÉLIA LEÃO (PSDB)

Nº347/2018	Jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais aos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem que exerçam as funções no poder público, rede privada e filantrópica, no Estado.	24/05/2018	12/03/2019 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº357/2018	Declara Taquaritinga como "Capital Estadual da Goiaba".	25/05/2018	02/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)
Nº365/2018	Institui e estabelece diretrizes para a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado.	26/05/2018	19/10/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº366/2018	Autoriza o Poder Executivo a determinar que a Secretaria da Saúde adote os parâmetros para dimensionar o quantitativo mínimo dos diferentes níveis de formação dos profissionais de Enfermagem para a cobertura assistencial nas Instituições da Rede Estadual de Saúde de São Paulo, nos termos da Resolução nº 543, de 2017, do Conselho Federal	26/05/2018	02/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	ANALICE FERNANDES (PSDB)

	de Enfermagem - COFEN.			
Nº419/2018	Declara de utilidade pública a "Fundação Toque", em Araraquara.	20/06/2018	18/01/2019 Transformado em Norma: Lei nº 16.867/2018.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº420/2018	Cria o cadastro de obesidade infantojuvenil dos alunos nas escolas de ensino fundamental e médio do Estado.	20/06/2018	02/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº444/2018	Institui a campanha de esclarecimento e divulgação sobre o Serviço Disque 100, de denúncias de violências contra crianças e adolescentes.	27/06/2018	19/09/2019 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	RITA PASSOS (PSD)
Nº446/2018	Torna obrigatório o ensino da disciplina de Língua Espanhola no currículo do ensino médio da rede estadual de ensino, ao lado da Língua Inglesa, conforme artigo 35 da Lei Federal nº 9394, de 1996, alterado pela Lei Ordinária nº 13.415, de 2017, no Estado.	29/06/2018	16/10/2019 - Concedida vista ao Deputado Mauro Bragato.	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº447/2018	Dá a denominação de "Edilson Veiga de Oliveira" ao viaduto localizado no km 114, Pista Norte da Rodovia Anhanguera - SP 330, em Sumaré.	29/06/2018	30/08/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.105/2019.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº448/2018	Classifica Valinhos como Município de Interesse Turístico.	29/06/2018	23/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº456/2018	Torna obrigatório que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo disponha de atendimento especializado de intérprete em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais para cidadãos e cidadãs com necessidades especiais.	30/06/2018	02/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)
Nº465/2018	Autoriza o Poder Executivo a criar o "Conselho de Segurança do Metrô de São Paulo - CONSEG METRÔ".	05/07/2018	12/03/2019 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº482/2016	Declara de utilidade pública a "Associação Casa da Criança de Salto", naquele Município.	06/07/2018	14/02/2020 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº510/2016	Inclui no Calendário de Eventos do Estado a semana "Um Axé Para Vida".	19/07/2018	01/07/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.066/2019.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº512/2018	Declara de utilidade pública o "Instituto C", em São Paulo.	19/07/2018	14/02/2020 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO (PC do B)

Nº533/2018	Declara de utilidade pública a "Associação Washi-Ki-O Karate-Do Shorin-Ryu", em Capivari.	06/08/2018	30/07/2019 - Arquivo - Arquivado.	RITA PASSOS (PSD)
Nº555/2018	Autoriza a criação de locais que estimulem o descarte consciente e solidário de bicicletas que se encontram sem uso, no Estado.	11/08/2018	30/04/2019 - Arquivo - Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº556/2018	Institui a Política Estadual de Incentivo e Fomento à Comercialização de Alimentos em Veículos de Propulsão Humana, no Estado.	11/08/2018	30/04/2019 - Arquivo - Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº562/2018	Declara de utilidade pública a "Comunidade Lar Cristão", em São José dos Campos.	16/08/2018	17/05/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.050/2019.	MARTA COSTA (PSD)
Nº563/2018	Inclui no Calendário Oficial do Estado a "Feira do Amendoim de Borborema".	16/08/2018	01/08/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.094/2018.	BETH SAHÃO (PT)
Nº564/2018	Institui e estabelece Política Pública Estadual de Proteção, Inclusão e Acompanhamento Educacional dos Alunos com Epilepsia na Rede de Ensino do Estado.	17/08/2018	16/06/2021 - Em fase de elaboração minuta de autógrafa.	LECI BRANDÃO (PC do B), MÁRCIA LIA (PT) e outros.

Nº578/2018	Dá a denominação de "Benedicto Fernandes da Silva 'Dito Zaia'" à ciclovia localizada na Margem da Rodovia Dr. José Lanzi - SPA-179/340, em Estiva Gerbi.	23/08/2018	18/04/2019 - Distribuído ao Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº579/2018	Institui a "Política Pública Estadual de Combate Comunitário à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher", no Estado.	23/08/2018	30/04/2019 - Arquivo - Arquivado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº601/2018	Torna obrigatória a instalação de câmeras de monitoramento em asilos e creches públicas e particulares, no Estado.	13/09/2018	22/10/2018 - Anexado ao Projeto de lei 157/2016.	RITA PASSOS (PSD)
Nº616/2018	Denomina "Professora Maria Helena Antônio Cardoso" a Escola Estadual Núcleo Habitacional Vida Nova, em Campinas.	02/10/2018	22/10/2019 Transformado em Norma: Lei nº 17.170/2019.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº635/2018	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembi, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois	31/10/2018	12/02/2020 Transformado em Norma: Lei nº 16.938/2019.	ANA DO CARMO (PT), ANALICE FERNANDES (PSDB), BETH SAHÃO (PT), CÉLIA LEÃO (PSDB), CLÉLIA GOMES

	Córregos, Garça, Guaíra, Ibirarema, Icem, Igarapava, Indiaporã, Ipeúna, Itapeva, Itaporanga, Itariri, Itirapina, Jaboticabal, Jarinu, Juquiá, Juquitiba, Lavrinhas, Marília, Mogi Mirim, Palmeira D'Oeste, Paulicéia, Pirapora do Bom Jesus, Pongai, Porto Ferreira, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista, São Manuel, Timburi, Três Fronteiras, Valentim Gentil e Votorantim.			(AVANTE), LECI BRANDÃO (PC do B), MÁRCIA LIA (PT), MARIA LÚCIA AMARY (PSDB), MARTA COSTA (PSD), RITA PASSOS (PSD), e outros.
Nº641/2018	Institui o "Dia do Radiestesista" no Estado.	08/11/2018	29/11/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº642/2018	Institui a Política Estadual de Saúde Mental e Auditiva para os professores da rede estadual de ensino.	08/11/2018	30/04/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº643/2018	Institui a "Semana Estadual de Conscientização sobre a Fibrose Cística" no Estado.	08/11/2018	21/05/2019 - Concedida vista ao Deputado Itamar Borges.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

Nº650/2018	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Calçadas.	14/11/2018	30/04/2019 Arquivo Arquivado.	- —	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº665/2018	Proíbe o constrangimento ao livre exercício do magistério e do aprendizado nos estabelecimentos de ensino do Estado.	15/11/2018	30/04/2019 Arquivo Arquivado.	- —	BETH SAHÃO (PT)
Nº671/2018	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Centro de Referência de Atendimento Especializado aos Recém-Nascidos e às Crianças Portadoras da Microcefalia no Estado.	24/11/2018	10/05/2019 Arquivo Arquivado.	- —	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº696/2018	Colocação do número de telefone da Ouvidoria da Polícia nas viaturas das polícias civil e militar.	05/12/2018	10/05/2019 Arquivo Arquivado.	- —	LECI BRANDÃO (PC do B)
Nº714/2018	Assegura a participação das sociedades cooperativas em licitações e contratações públicas no âmbito do Estado, em igualdade de condições com todos os demais concorrentes.	08/12/2018	11/12/2019 Concedida vista a Deputada Professora Bebel.	-	MÁRCIA LIA e outro. (PT)

Nº727/2018	Cria o Observatório do Parlamento Paulista da Política Estadual para a Mediação dos Conflitos Fundiários no Estado.	15/12/2018	03/04/2019 - Arquivo - Arquivado.	ANA DO CARMO (PT) e MÁRCIA LIA. (PT)
Nº728/2018	Denomina "EE Tenista Maria Esther Andion Bueno" a Escola Estadual "EE Jardim Rossin", em Campinas.	15/12/2018	17/01/2020 Transformado em Norma: Lei nº 17.235/2020.	CÉLIA LEÃO (PSDB)
Nº730/2018	Cassação da inscrição estadual de empresas que provoquem maus-tratos a animais.	15/12/2018	09/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)
Nº739/2018	Autoriza o Poder Executivo a criar Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal no Município de Marília.	15/12/2018	09/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº740/2018	Proíbe a inquirição sobre religião e orientação sexual de candidatos em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedades, associações, clubes e afins.	15/12/2018	09/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº742/2018	Altera dispositivo da Lei nº 13.296, de 23 de dezembro de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de	15/12/2018	11/11/2020 - Distribuído ao Deputado Estevam Galvão.	MARTA COSTA (PSD)

	Veículos Automotores - IPVA, para prever redução da alíquota dos veículos automotores híbridos flex no Estado.			
--	--	--	--	--

Em 2019 foram propostos 79 projetos de Lei referentes à 18ª Legislatura, sendo 72 propostos por Deputados e 07 propostos por Deputadas.



Fonte: elaboração própria com base em dados da Alesp.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº08/2019	Autoriza o Poder Executivo a criar Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal no Município de Presidente Prudente.	06/02/2019	07/05/2019 - Arquivo Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

Nº09/2019	Autoriza o Poder Executivo a criar Centro Especializado em Hemodiálise e Diálise Peritoneal no Município de Birigui.	06/20/2019	07/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº10/2019	Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Vila Dignidade no Município de Tanabi.	06/20/2019	07/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº11/2019	Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Vila Dignidade no Município de São Lourenço da Serra.	06/02/2019	07/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº12/2019	Autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Vila Dignidade no Município de Birigui.	06/20/2019	07/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)
Nº16/2019	Institui o Programa Ensino Apartidário.	08/02/2019	07/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	MARTA COSTA (PSD)
Nº61/2019	Disciplina o horário de contato por empresas de cobrança, telemarketing, bancos e afins por meio de ligação	08/03/2019	10/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)

	telefônica ou qualquer meio eletrônico.			
--	---	--	--	--

LEI COMPLEMENTAR

Em 2011 foram propostos 79 projetos de Lei Complementar, sendo 75 propostos por Deputados, Governador ou órgão governamental e 04 propostos por Deputadas.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº52/2011	Reorganiza a Região Metropolitana da Baixada Santista, altera os limites territoriais, cria a Região Metropolitana do Litoral Paulista e revoga as Leis Complementares nº 815, de 1996, e nº 853, de 1998.	03/09/2011	26/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.03.003.	TELMA DE SOUZA (PT)
Nº58/2011	Altera a Lei Complementar nº 1.122, de 2010, visando contemplar a classe dos Auditores com a revalorização da Gratificação Executiva.	01/10/2011	23/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.03.011.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)

Nº59/2011	Inclui artigo 3º - A na Lei Complementar nº 689, de 1992, que institui Adicional de Local de Exercício aos integrantes da Polícia Militar do Estado.	01/11/2011	23/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.03.011.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)
Nº64/2011	O envio, pelo Poder Executivo, do relatório da execução orçamentária à Assembleia Legislativa.	20/10/2011	19/01/2012 Transformado em Norma: Lei nº 1.156/2011.	REGINA GONÇALVES e outros. (PV)

Em 2012 foram propostos 50 projetos de Lei Complementar, sendo 48 propostos por Deputados, Governador ou órgão governamental e 02 propostos por Deputadas.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº16/2012	Cria a Região Metropolitana de Ribeirão Preto.	10/05/2012	15/06/2018 - Arquivo - Arquivado.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)
Nº21/2012	Revoga o inciso III do artigo 149, da Lei Complementar nº 180, de 1978, que dispõe sobre a instituição do Sistema de	29/05/2012	28/02/2020 - Devolvido sem voto.	LECI BRANDÃO e outro. (PC do B)

	Administração de Pessoal.			
--	---------------------------	--	--	--

Em 2013 foram propostos 63 projetos de Lei Complementar, sendo 62 propostos por Deputados, Governador ou órgão governamental e 01 proposto por Deputadas.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº45/2013	Altera dispositivo da Lei complementar nº 791, de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado, no sentido de orientar a política de saúde para a valorização da alimentação orgânica nas refeições servidas a pacientes em tratamento nas unidades estaduais do Sistema Único de Saúde (SUS).	16/10/2013	19/02/2014 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	ANA DO CARMO (PT)

Em 2014 foram propostos 51 projetos de Lei Complementar, sendo 49 propostos por Deputados, Governador ou órgão governamental e 02 propostos por Deputadas.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº04/2014	Altera o dispositivo da Lei Complementar nº 791, de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado, no sentido de orientar a política de saúde para a valorização de alimentação natural nas refeições servidas a pacientes em tratamento nas unidades estaduais do Sistema Único de Saúde.	15/02/2014	23/10/2014 - PRONTO PARA A ORDEM DO DIA.	ANA DO CARMO (PT)
Nº15/2014	Altera a Lei nº 10.261, de 1968, reduzindo o prazo para transferência de funcionários, na forma que especifica.	15/04/2014	25/03/2015 - Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 17.03.012.	SARAH MUNHOZ (PC do B)

Em 2015 foram propostos 68 projetos de Lei Complementar, sendo 67 propostos por Deputados, Governador ou órgão governamental e 01 proposto por Deputadas.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº61/2015	Altera a Lei nº 10.261 de 1968, que dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis do Estado de São	13/11/2015	18/02/2020 - Publicado o Despacho: Arquive-se, nos termos do artigo	BETH SAHÃO (PT)

	Paulo para dispor sobre a cessão de períodos de férias entre servidores.		177 do Regimento Interno.	
--	--	--	---------------------------	--

Em 2016 foram propostos 51 projetos de Lei Complementar, sendo 49 propostos por Deputados, Governador ou órgão governamental e 02 propostos por Deputadas.

NÚMERO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº28/2016	Estabelece Normas Gerais para a realização de Concurso Público pela Administração Direta e Indireta no Estado.	05/08/2016	10/03/2020 - CONSTANDO NA ORDEM DO DIA.	MÁRCIA LIA (PT)
Nº36/2016	Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, Lei 10.261 de 1968.	26/08/2016	12/11/2020 - Distribuído a Deputada Dra. Damaris Moura.	MÁRCIA LIA (PT)

- Em 2017 foram propostos 35 projetos de Lei Complementar, sendo todos propostos por Deputados, Governador ou órgão governamental não existindo projeto proposto por Deputadas neste ano.

Em 2018 foram propostos 58 projetos de Lei Complementar, sendo 48 propostos por Deputados e 2 propostos por Deputadas

NÚMERO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº15/2018	Autoriza o Poder Executivo a alterar a Lei Complementar nº 1.195, de 2013, que transforma o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN em autarquia.	03/05/2018	18/10/2019 - Distribuído a Deputada Carla Morando.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)
Nº25/2018	Autoriza o Poder Executivo a criar os cargos de enfermeiro forense e técnico de enfermagem forense no Quadro da Secretaria da Segurança Pública do Estado.	13/06/2018	10/07/2020 - Distribuído a Deputada Dra. Damaris Moura.	ANALICE FERNANDES (PSDB)
Nº26/2018	Autoriza o Poder Executivo a criar o cargo de diretoria de enfermagem no Quadro da Secretaria da Saúde do Estado.	13/06/2018	16/06/2021 - Esgotado o prazo previsto no artigo 28, §6º, da Constituição do Estado.	ANALICE FERNANDES (PSDB)

Em 2019 foram propostos 05 projetos de Lei Complementar, sendo 03 propostos por Deputados, Governador ou órgão governamental e 02 propostos por Deputadas, referentes a 18ª Legislatura 915/03/2015 a 14/03/2019).

NÚMERO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR	DISPÕE SOBRE	DATA DA PUBLICAÇÃO	ÚLTIMO ANDAMENTO	AUTORA
Nº01/2019	Revoga o § 6º do artigo 1º da Lei Complementar nº 918, de 11 de abril de 2002, que estabelece decurso de prazo para a aprovação das nomeações dos membros do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.	22/02/2019	07/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)
Nº02/2019	Revoga o item 6 (seis) do § 7º do artigo 16 da Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, que estabelece decurso de prazo para a aprovação das nomeações dos membros da Diretoria da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP.	22/02/2019	07/05/2019 - Arquivo - Arquivado.	BETH SAHÃO (PT)

ANÁLISE DOS PROJETOS E LEIS COMPLEMENTARES QUE SE TRANSFORMARAM EM LEI.

NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	CATERGORIZAÇÃO DA LEI
<u>Lei nº 14.476, de 30/06/2011</u>	Altera a Lei nº 6.544, de 1989.	ANA DO CARMO (PT)	Licitações e contratos
<u>Lei nº 14.736, de 10/04/2012</u>	Institui o -Dia Estadual de Combate à Intoxicação por Agrotóxicos-.	ANA DO CARMO (PT)	Calendário oficial
<u>Lei nº 15.363, de 20/03/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	ANA DO CARMO (PT)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.695, de 04/03/2015</u>	Institui o -Dia Estadual do DJ-.	ANA DO CARMO (PT)	Calendário oficial
<u>Lei nº 15.829, de 15/06/2015</u>	Institui o Programa Estadual de Bibliotecas Comunitárias e dá outras providências.	ANA DO CARMO (PT)	Educação e cultura
<u>Lei nº 16.154, de 11/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	ANA DO CARMO (PT)	Denominação
<u>Lei nº 16.429, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	ANA DO CARMO (PT)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial

<u>Lei nº 16.430, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	ANA DO CARMO (PT)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.566, de 01/11/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	ANA DO CARMO (PT)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.684, de 19/03/2018</u>	Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, e dá outras providências.	ANA DO CARMO (PT)	Agricultura e agronegócio
<u>Lei nº 16.720, de 15/05/2018</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	ANA DO CARMO (PT)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.750, de 07/06/2018</u>	Outorga a Ubatuba o título de Cidade Acolhedora por Natureza.	ANA DO CARMO (PT)	Homenagens e condecorações
<u>Lei nº 16.938, de 26/02/2019</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembí, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guaiúba, Ibirarema, Içé ...	ANA DO CARMO (PT)¹¹⁶	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	CATEGORIZAÇÃO DA LEI
<u>Lei nº 14.526, de 02/09/2011</u>	Dá denominação ao Centro Rural que especifica.	ANA PERUGINI (PT)	Denominação

¹¹⁶ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Deputada Ana do Carmo**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300400> > Acesso em: 02 de setembro 2021.

<u>Lei nº 14.539, de 08/09/2011</u>	Dá denominação ao viaduto que especifica.	ANA PERUGINI (PT)	Denominação
<u>Lei nº 14.586, de 07/10/2011</u>	Institui o -Dia Estadual da Doula-.	ANA PERUGINI (PT)	Calendário oficial
<u>Lei nº 14.625, de 23/11/2011</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	ANA PERUGINI (PT)	Denominação
<u>Lei nº 14.655, de 26/12/2011</u>	Dá denominação à FATEC de Piracicaba.	ANA PERUGINI (PT)	Denominação
<u>Lei nº 14.872, de 28/09/2012</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	ANA PERUGINI (PT)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 14.952, de 08/02/2013</u>	Obriga as concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo a apresentar e disponibilizar seus balanços financeiros anuais.	ANA PERUGINI (PT)	Administração pública
<u>Lei nº 15.019, de 14/05/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	ANA PERUGINI (PT)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.092, de 22/07/2013</u>	Institui o -Dia do Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária-.	ANA PERUGINI (PT)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.098, de 24/07/2013</u>	Institui o -Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Colo de Útero-.	ANA PERUGINI (PT)	Calendário Oficial

<u>Lei nº 15.236, de 25/11/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	ANA PERUGINI (PT)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.373, de 26/03/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	ANA PERUGINI (PT)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.418, de 12/05/2014</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	ANA PERUGINI (PT)	Denominação
<u>Lei nº 15.573, de 06/11/2014</u>	Dá denominação de -Professora Leila Mara Avelino- à EE Parque Santo Antonio I, em Sumaré.	ANA PERUGINI (PT)	Denominação
<u>Lei nº 15.625, de 19/12/2014</u>	Altera a Lei nº 10.765, de 2001, que cria o Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS, definindo mecanismo de apoio aos Municípios que figurarem nas últimas classificações.	ANA PERUGINI (PT)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 15.829, de 15/06/2015</u>	Institui o Programa Estadual de Bibliotecas Comunitárias e dá outras providências.	ANA PERUGINI (PT)¹¹⁷	Educação e cultura
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 14.429, de 29/04/2011</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica, em Embu.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Denominação

¹¹⁷ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Deputada Ana Perugini**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?autor=10587> > Acesso em: 01 de setembro de 2021.

<u>Lei nº 14.508, de 21/07/2011</u>	Institui o -Dia da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais-.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Calendário oficial
<u>Lei nº 14.545, de 14/09/2011</u>	Organiza banco de dados contendo índices de violência praticados contra a mulher no Estado de São Paulo.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Desenvolvimento social e direitos humanos
<u>Lei nº 14.665, de 26/12/2011</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.792, de 28/05/2012</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 14.950, de 06/02/2013</u>	Institui campanha de conscientização e combate aos crimes de violência praticados contra a mulher.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Desenvolvimento social e direitos humanos
<u>Lei nº 15.086, de 15/07/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.425, de 16/05/2014</u>	Institui o procedimento de inserção, nos sistemas de informação da Secretaria da Segurança Pública, das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Federal nº 11.340, de 2006, expedidas pelo Poder Judiciário do Estado...	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Administração pública
<u>Lei nº 15.765, de 02/04/2015</u>	Dá denominação ao dispositivo rodoviário que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.059, de 16/12/2015</u>	Institui o -Dia de Conscientização da Hipercolesterolemia Familiar-.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Calendário oficial

<u>Lei nº 16.105, de 13/01/2016</u>	Altera a Lei nº 12.276, de 21 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a alienação dos imóveis financiados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU no curso do contrato de financiamento ...	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Habitação
<u>Lei nº 16.147, de 11/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.148, de 11/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.154, de 11/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.205, de 20/04/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.374, de 12/01/2017</u>	Dá denominação ao dispositivo rodoviário que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.429, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.430, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.566, de 01/11/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial

<u>Lei nº 16.659, de 12/01/2018</u>	Autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa Tempo de Despertar.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Desenvolvimento social e direitos humanos
<u>Lei nº 16.720, de 15/05/2018</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.938, de 26/02/2019</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembi, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guaíra, Ibirarema, Içé ...	ANALICE FERNANDES (PSDB)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
Lei nº 16.939, de 01/03/2019	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	ANALICE FERNANDES (PSDB)¹¹⁸	Denominação
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 14.365, de 15/03/2011</u>	Institui a -Política de Prevenção e Combate ao Câncer de Mama- no Estado, e dá providências correlatas. .	BETH SAHÃO (PT)	Saúde pública
<u>Lei nº 14.651, de 15/12/2011</u>	Cria o Programa estadual de fomento à economia popular solidária no Estado de São Paulo - PEFES e dá outras providências.	BETH SAHÃO (PT)	Desenvolvimento Econômico
<u>Lei nº 15.184, de 29/10/2013</u>	Institui o -Dia Estadual de respeito aos ciclistas-.	BETH SAHÃO (PT)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.552, de 12/08/2014</u>	Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.	BETH SAHÃO (PT)	Desenvolvimento social e direitos humanos

¹¹⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Deputada Analice Fernandes**. Disponível em:< <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300431>> Acesso em: 01 de setembro de 2021.

<u>Lei nº 15.666, de 12/01/2015</u>	Dispõe sobre a inclusão de produtos definidos como orgânicos na merenda escolar das unidades de ensino fundamental da rede pública.	BETH SAHÃO (PT)	Educação e cultura
<u>Lei nº 15.852, de 02/07/2015</u>	Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes e dá outras providências.	BETH SAHÃO (PT)	Desenvolvimento social e direitos humanos, educação e cultura
<u>Lei nº 16.154, de 11/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	BETH SAHÃO (PT)	Denominação
<u>Lei nº 16.231, de 20/05/2016</u>	Dá denominação à Delegacia de Polícia que especifica.	BETH SAHÃO (PT)	Denominação
<u>Lei nº 16.429, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	BETH SAHÃO (PT)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.430, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	BETH SAHÃO (PT)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.566, de 01/11/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	BETH SAHÃO (PT)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.716, de 15/05/2018</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	BETH SAHÃO (PT)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 16.720, de 15/05/2018</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	BETH SAHÃO (PT)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.800, de 20/07/2018</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	BETH SAHÃO (PT)	Calendário oficial

<u>Lei nº 16.813, de 23/11/2018</u>	Dá denominação ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME que especifica.	BETH SAHÃO (PT)	Denominação
<u>Lei nº 16.878, de 20/12/2018</u>	Estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de álcool e drogas em shows, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil, e nos respectivos ingressos.	BETH SAHÃO (PT)	Educação e cultura
<u>Lei nº 16.938, de 26/02/2019</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembi, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guaiúra, Ibirarema, Icó ...	BETH SAHÃO (PT) ¹¹⁹	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 14.371, de 21/03/2011</u>	Dá denominação à passarela que especifica, em Mogi Guaçu.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.514, de 31/08/2011</u>	Institui o -Dia de Luta pela Educação Inclusiva no Estado de São Paulo-	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.531, de 02/09/2011</u>	Dá denominação à passarela que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.565, de 03/10/2011</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública

¹¹⁹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Biografia Deputada Beth Sahão. Disponível em:< <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300435>> Acesso em: 01 setembro 2021.

<u>Lei nº 14.585, de 07/10/2011</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.610, de 26/10/2011</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 14.636, de 14/12/2011</u>	Institui o -Dia Estadual da Prevenção e Conscientização sobre Distrofia Muscular-.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.643, de 14/12/2011</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 14.663, de 26/12/2011</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.664, de 26/12/2011</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.679, de 29/12/2011</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 14.682, de 29/12/2011</u>	Institui o -Dia estadual de prevenção a acidentes de trânsito-.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.686, de 29/12/2011</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional habilitado em reanimação neonatal na sala de parto em hospitais, clínicas e unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Saúde pública
<u>Lei nº 14.826, de 11/07/2012</u>	Dá denominação ao dispositivo de acesso e retorno que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.857, de 24/09/2012</u>	Dá denominação ao complexo viário de acesso que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação

<u>Lei nº 14.908, de 19/12/2012</u>	Dá denominação ao complexo viário que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.957, de 15/03/2013</u>	Obriga as empresas de transporte intermunicipal de passageiros do Estado de São Paulo a inscreverem, nas duas laterais e na parte dianteira externa dos veículos, o ano de fabricação do veículo e dá outras providências.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Transportes e transito
<u>Lei nº 14.988, de 25/04/2013</u>	Institui o -Dia do Profissional de eventos- - 30 de abril.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.004, de 09/05/2013</u>	Dá denominação ao retorno que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.026, de 22/05/2013</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.125, de 01/10/2013</u>	Dá denominação ao viaduto que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.174, de 23/10/2013</u>	Dá denominação a corredor metropolitano que especifica .	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.189, de 30/10/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.192, de 30/10/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.225, de 25/11/2013</u>	Dá denominação ao viaduto que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação

<u>Lei nº 15.261, de 20/12/2013</u>	Dá denominação ao dispositivo de retorno que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.262, de 20/12/2013</u>	Dá denominação ao viaduto que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.289, de 03/01/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.315, de 17/01/2014</u>	Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Tributos
<u>Lei nº 15.320, de 27/02/2014</u>	Dá denominação ao viaduto que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.343, de 12/03/2014</u>	Dá denominação ao complexo viário que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.348, de 14/03/2014</u>	Institui a -Semana Adoniran Barbosa-.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.349, de 14/03/2014</u>	Institui a -Semana Estadual da Comunidade Luso-Brasileira-.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.375, de 26/03/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.383, de 07/04/2014</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.453, de 09/06/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública

<u>Lei nº 15.476,</u> <u>de 30/06/2014</u>	Dá denominação ao dispositivo rodoviário que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.551,</u> <u>de 05/08/2014</u>	Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas no interior de veículos públicos ou privados de transporte coletivo de passageiros no âmbito do Estado, na forma que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Desenvolvimento social e direitos humanos
<u>Lei nº 15.686,</u> <u>de 15/01/2015</u>	Institui o -Dia Estadual do Ciclista-.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.737,</u> <u>de 24/03/2015</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.850,</u> <u>de 01/07/2015</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.872,</u> <u>de 03/09/2015</u>	Altera a Lei nº 14.565, de 2011, que declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.967,</u> <u>de 26/10/2015</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.969,</u> <u>de 27/10/2015</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.979,</u> <u>de 10/11/2015</u>	Institui o -Dia do Produtor de Plantas e Flores-.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.988,</u> <u>de 10/11/2015</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial

<u>Lei nº 16.098,</u> <u>de 12/01/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 16.129,</u> <u>de 09/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.154,</u> <u>de 11/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.172,</u> <u>de 21/03/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 16.195,</u> <u>de 31/03/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 16.198,</u> <u>de 31/03/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 16.232,</u> <u>de 20/05/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 16.233,</u> <u>de 01/06/2016</u>	Dá denominação ao viaduto que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.299,</u> <u>de 29/08/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 16.339,</u> <u>de 21/12/2016</u>	Oficializa o nome do -Padre Manoel de Faria Dória- como patrono do Núcleo Padre Dória e institui o -Dia do Padre Dória- .	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.387,</u> <u>de 24/02/2017</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública

<u>Lei nº 16.429, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.430, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.480, de 26/06/2017</u>	Institui o -Dia do Mestre de Cerimônias-.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.481, de 26/06/2017</u>	Institui o -Dia dos Conciliadores e Mediadores Judiciais e Extrajudiciais-.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.524, de 12/09/2017</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 16.566, de 01/11/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.607, de 15/12/2017</u>	Denomina -Aeroporto Estadual de Campos dos Amarais - Prefeito Francisco Amaral- o Aeroporto Estadual de Campos dos Amarais, em Campinas.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.668, de 01/02/2018</u>	Cria o -Circuito das Flores Paulista-, integrado pelos Municípios de Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna, Santo Antônio de Posse e Campinas.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Turismo, esportes e lazer
<u>Lei nº 16.720, de 15/05/2018</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.744, de 29/05/2018</u>	Denomina -Marcelo Heber Kühl- a passarela localizada no km 135 da Rodovia Luiz de Queiroz - SP 304, em Santa Bárbara d'Oeste.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação

<u>Lei nº 16.813, de 23/11/2018</u>	Dá denominação ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.846, de 23/11/2018</u>	Dá denominação a Estação de Transferência da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU que especifica.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.925, de 16/01/2019</u>	Veda qualquer discriminação à criança e ao adolescente portador de deficiência ou doença crônica nos estabelecimentos de ensino, creches ou similares, em instituições públicas ou privadas.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Desenvolvimento social e direitos humanos, educação e cultura
<u>Lei nº 16.928, de 16/01/2019</u>	Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Estadual, e dá providências correlatas.	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Compras e contratações públicas
<u>Lei nº 16.938, de 26/02/2019</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembi, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guaíra, Ibirarema, Icó ...	CÉLIA LEÃO (PSDB)	Desenvolvimento urbano e divisão territorial
<u>Lei nº 16.941, de 01/03/2019</u>	Dá denominação ao dispositivo rodoviário que especifica	CÉLIA LEÃO (PSDB)¹²⁰	Denominação
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 15.868, de 23/07/2015</u>	Dispõe sobre medidas voltadas à segurança e ao conforto dos torcedores em jogos de futebol profissional, estabelece penalidades por descumprimento e dá providências correlatas.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos Turismo, Esportes e Lazer

¹²⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. **Biografia Deputada Célia Leão**. Disponível em:< <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300237>> Acesso em: 1 de setembro de 2021.

<u>Lei nº 16.101, de 12/01/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 16.124, de 18/01/2016</u>	Institui o -Dia das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações da Umbanda e do Candomblé-.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.154, de 11/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Denominação
<u>Lei nº 16.231, de 20/05/2016</u>	Dá denominação à Delegacia de Polícia que especifica.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Denominação
<u>Lei nº 16.309, de 13/09/2016</u>	Institui o -Dia Estadual dos Wiccanianos, Cultuadores do Sagrado Feminino, Pagãos e Praticantes das Artes Mágicas-.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.429, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.430, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.565, de 31/10/2017</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Calendário Oficial

<u>Lei nº 16.566, de 01/11/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.653, de 12/01/2018</u>	Institui, o -Dia da Conscientização sobre a Síndrome de Edwards-.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.720, de 15/05/2018</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.754, de 07/06/2018</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público que especifíc ...	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Desenvolvimento social e Direitos humanos
<u>Lei nº 16.804, de 02/08/2018</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 16.928, de 16/01/2019</u>	Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Estadual, e dá providências correlatas.	CLÉLIA GOMES (AVANTE)	Compras e contratações públicas
<u>Lei nº 16.938, de 26/02/2019</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembi, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guaíra, Ibirarema, Icó ...	CLÉLIA GOMES (AVANTE)¹²¹	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial

¹²¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Deputada Clélia Gomes.** Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300535>> Acesso em: 01 setembro 2021.

NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 14.599, de 20/10/2011</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.695, de 01/03/2012</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.768, de 03/05/2012</u>	Institui o -Dia estadual da conscientização da cardiopatia congênita-.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.090, de 22/07/2013</u>	Altera a Lei nº 10.365, de 02 de setembro de 1999, que autoriza o Estado de São Paulo a implantar Programa de Locação Social na forma que especifica, e dá outras providências correlatas.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos Habitação
<u>Lei nº 15.094, de 22/07/2013</u>	Dá denominação à Penitenciária que especifica.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)	Denominação
<u>Lei nº 15.130, de 01/10/2013</u>	Institui o -Dia estadual da conscientização para doação de leite humano-.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.143, de 02/10/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.371, de 26/03/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)	Entidades de utilidade pública

<u>Lei nº 15.381, de 07/04/2014</u>	Inclui evento no calendário turístico do Estado.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.532, de 24/07/2014</u>	Dispõe sobre o procedimento obrigatório de reserva de assento de acompanhante da pessoa com deficiência em teatros, cinemas, casa de shows e espetáculos em geral.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
<u>Lei nº 15.787, de 10/04/2015</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	HEROILMA SOARES TAVARES (PTB)¹²²	Entidades de utilidade pública
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 14.715, de 21/03/2012</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Denominação
<u>Lei nº 14.810, de 25/06/2012</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 14.893, de 29/10/2012</u>	Institui o –Dia de Iemanjá	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.905, de 19/12/2012</u>	Institui o –Dia de Ogum	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário oficial
<u>Lei nº 14.949, de 06/02/2013</u>	Altera a Lei nº 13.556, de 2009, que instituiu o Programa Bolsa Talento Esportivo.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Turismo, esporte e lazer

¹²² ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Heroilma Soares Tavares.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300508>> Acesso em: 01 setembro 2021.

<u>Lei nº 15.082, de 10/07/2013</u>	Altera a Lei nº 10.948, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
<u>Lei nº 15.103, de 29/07/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Entidades de utilidade pública
<u>Lei nº 15.131, de 01/10/2013</u>	Institui o -Dia Estadual da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha-.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.148, de 02/10/2013</u>	Institui o -Dia estadual das tias baianas das escolas de samba de São Paulo-.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.404, de 23/04/2014</u>	Inclui evento no calendário turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.552, de 12/08/2014</u>	Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
<u>Lei nº 15.556, de 29/08/2014</u>	Restringe o uso de máscaras ou qualquer paramento que oculte o rosto da pessoa em manifestações e reuniões, na forma que especifica, e dá providências correlatas.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Segurança Pública
<u>Lei nº 15.608, de 12/12/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.690, de 04/02/2015</u>	Declara o samba patrimônio cultural imaterial do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Educação e Cultura

<u>Lei nº 15.805, de 22/04/2015</u>	Inclui evento no calendário turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.809, de 22/04/2015</u>	Institui o -Dia Estadual do Volksrod-.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.861, de 08/07/2015</u>	Inclui evento no calendário turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.120, de 18/01/2016</u>	Veda aos estabelecimentos comerciais a exigência de valor mínimo para compras com cartão de crédito ou débito.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
<u>Lei nº 16.154, de 11/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Denominação
<u>Lei nº 16.231, de 20/05/2016</u>	Dá denominação à Delegacia de Polícia que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Denominação
<u>Lei nº 16.234, de 01/06/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.310, de 20/09/2016</u>	Institui o -Dia Estadual do Funk de São Paulo-.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial

<u>Lei nº 16.394, de 21/03/2017</u>	Institui a -Semana Estadual do Samba-.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.429, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.430, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.496, de 18/07/2017</u>	Institui o -Dia Estadual do Tatuador e da Tatuadora-.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.522, de 12/09/2017</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.538, de 04/10/2017</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.542, de 04/10/2017</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.562, de 31/10/2017</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.566, de 01/11/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial

<u>Lei nº 16.597, de 12/12/2017</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.644, de 09/01/2018</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.663, de 18/01/2018</u>	Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o -Dia da Umbanda-.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.682, de 19/03/2018</u>	Institui o -Dia do Orgulho Crespo de São Paulo-.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.720, de 15/05/2018</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.732, de 24/05/2018</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.758, de 08/06/2018</u>	Torna obrigatória a informação sobre cor ou identificação racial em todos os cadastros, bancos de dados e registros de informações assemelhados, públicos e privados, no Estado e dá providências correlatas.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
<u>Lei nº 16.762, de 11/06/2018</u>	Altera a Lei nº 14.187, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

<u>Lei nº 16.799, de 20/07/2018</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.813, de 23/11/2018</u>	Dá denominação ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME que especifica.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Denominação
<u>Lei nº 16.913, de 28/12/2018</u>	Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado os Desfiles das Escolas de Samba realizados no Carnaval.	LECI BRANDÃO (PC do B)	Educação e Cultura
<u>Lei nº 16.938, de 26/02/2019</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembí, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guaiúra, Ibirarema, Icó ...	LECI BRANDÃO (PC do B)	Turismo, Esportes e Lazer
<u>Lei nº 17.039, de 17/04/2019</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	LECI BRANDÃO (PC do B)¹²³	Calendário Oficial
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 15.961, de 26/10/2015</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Entidades de Utilidade Pública

¹²³ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Deputada Leci Brandão.** Disponível em:< <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300513>> Acesso 01 de setembro de 2021.

<u>Lei nº 16.142, de 11/03/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.169, de 16/03/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.191, de 31/03/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.196, de 31/03/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.231, de 20/05/2016</u>	Dá denominação à Delegacia de Polícia que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Denominação
<u>Lei nº 16.246, de 01/06/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Denominação
<u>Lei nº 16.321, de 28/11/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.327, de 28/11/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.429, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.430, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial

<u>Lei nº 16.566, de 01/11/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.644, de 09/01/2018</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	MÁRCIA LIA (PT)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.720, de 15/05/2018</u>	- Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.734, de 24/05/2018</u>	Inclui evento no Calendário Turístico do Estado.	MÁRCIA LIA (PT)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.829, de 23/11/2018</u>	Dá denominação ao Centro de Formação que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Denominação
<u>Lei nº 16.867, de 13/12/2018</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MÁRCIA LIA (PT)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.928, de 16/01/2019</u>	Dispõe sobre o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Estadual, e dá providências correlatas.	MÁRCIA LIA (PT)	Compras e Contratações Públicas
<u>Lei nº 16.938, de 26/02/2019</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembí, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guaiúba, Ibirarema, Içé ...	MÁRCIA LIA (PT)¹²⁴	Turismo, Esportes e Lazer

¹²⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Deputada Márcia Lia.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300534>> Acesso em 01 setembro 2021.

NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 14.382, de 25/03/2011</u>	Institui o -Dia do Técnico em Veterinária-.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.413, de 20/04/2011</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica, em Araçatuba.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 14.459, de 16/05/2011</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 14.642, de 14/12/2011</u>	Institui o -Dia do Empreendedorismo-.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.668, de 26/12/2011</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 14.743, de 17/04/2012</u>	Dá denominação à Delegacia de polícia que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.804, de 21/06/2012</u>	Dá denominação à rotatória que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.832, de 19/07/2012</u>	Cria o Programa de Saúde da Mulher Detenta.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Administração Pública Saúde Pública

<u>Lei nº 15.081, de 05/07/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.085, de 15/07/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.113, de 13/09/2013</u>	Dá denominação à passarela que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.123, de 24/09/2013</u>	Dá denominação à ETEC que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.144, de 02/10/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.195, de 30/10/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.231, de 25/11/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.263, de 20/12/2013</u>	Dá denominação ao Ambulatório Médico que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.354, de 14/03/2014</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.433, de 04/06/2014</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação

<u>Lei nº 15.517, de 16/07/2014</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame de cardiotocografia no Estado de São Paulo.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Saúde Pública
<u>Lei nº 15.547, de 29/07/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.561, de 04/09/2014</u>	Dá denominação ao dispositivo rodoviário que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.620, de 15/12/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.621, de 15/12/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.622, de 15/12/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.629, de 23/12/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.648, de 05/01/2015</u>	Dá denominação à Escola Técnica - ETEC que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.729, de 20/03/2015</u>	Inclui evento no calendário turístico do Estado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.803, de 16/04/2015</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública

<u>Lei nº 15.807, de 22/04/2015</u>	Inclui evento no calendário turístico do Estado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.900, de 24/09/2015</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.908, de 24/09/2015</u>	Inclui evento no calendário oficial do Estado.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.131, de 09/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.154, de 11/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.221, de 02/05/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.312, de 23/09/2016</u>	Institui o -Dia Estadual da Doença de Fabry-.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.328, de 28/11/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.330, de 28/11/2016</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.403, de 05/04/2017</u>	Dá denominação à Penitenciária que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.429, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial

<u>Lei nº 16.430, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.463, de 08/06/2017</u>	Denomina -Professora Mertila Larcher de Moraes- o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Votorantim - CEEJA de Votorantim, naquele Município.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.566, de 01/11/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.591, de 07/12/2017</u>	Denomina -Pedro Marcello Santos- o viaduto situado no km 112,900 da Rodovia João Leme dos Santos - SP 264, em Salto de Pirapora .	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.701, de 26/03/2018</u>	Denomina -Dr. Eduardo Álvaro Vieira- o dispositivo de entroncamento, acesso e retorno com viaduto SPD 106/264, localizado no km 106,500 da Rodovia João Leme dos Santos - SP 264, entroncamento com a SP 079, em Votorantim.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.709, de 12/04/2018</u>	Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Dermatite Atópica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.711, de 12/04/2018</u>	Declara de utilidade a entidade que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.720, de 15/05/2018</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.738, de 29/05/2018</u>	Denomina -Guido Guazzelli- o viaduto localizado no km 58,000 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em São Roque.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação

<u>Lei nº 16.743, de 29/05/2018</u>	Denomina -Dr. Luiz Maurício Souza Blazeck- o Departamento de Polícia Judiciária do Interior - DEINTER-7, em Sorocaba.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.813, de 23/11/2018</u>	Dá denominação ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.822, de 23/11/2018</u>	Dá denominação à passarela que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.826, de 23/11/2018</u>	Dá denominação à Casa de Agricultura que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.885, de 21/12/2018</u>	Institui o Programa de Assistência Básica em Reprodução Humana e dá providências correlatas.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Saúde Pública
<u>Lei nº 16.936, de 29/01/2019</u>	Dá denominação à passarela que especifica.	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.938, de 26/02/2019</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembi, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guaiúra, Ibirarema, Icó ...	MARIA LÚCIA AMARY (PSDB)¹²⁵	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei

¹²⁵ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Deputada Maria Lúcia Amary**. Disponível em :< <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300415>> Acesso em: 01 setembro 2021.

<u>Lei nº 16.429,</u> <u>de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MARTA COSTA (PSD)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.430,</u> <u>de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MARTA COSTA (PSD)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.545,</u> <u>de 10/10/2017</u>	Dispõe sobre a proibição de as salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos de lazer e de entretenimento, promovidos por quaisquer entidades e realizados em esta ...	MARTA COSTA (PSD)	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
<u>Lei nº 16.566,</u> <u>de 01/11/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MARTA COSTA (PSD)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.654,</u> <u>de 12/01/2018</u>	Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre o consumo de Opioides e dá outras providências.	MARTA COSTA (PSD)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 16.720,</u> <u>de 15/05/2018</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	MARTA COSTA (PSD)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.753,</u> <u>de 07/06/2018</u>	Declara a Assembleia de Deus Ministério Belém, fundada em 1924, como Patrimônio Cultural, Histórico e Turístico do Estado.	MARTA COSTA (PSD)	Turismo, Esportes e Lazer
<u>Lei nº 16.813,</u> <u>de 23/11/2018</u>	Dá denominação ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME que especifica.	MARTA COSTA (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 16.938,</u> <u>de 26/02/2019</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembí, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guáira, Ibirarema, Icé ...	MARTA COSTA (PSD)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial

<u>Lei nº 17.050,</u> <u>de 17/04/2019</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	MARTA COSTA (PSD)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 17.268,</u> <u>de 13/07/2020</u>	Dispõe sobre medidas emergenciais de combate à pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), no Estado de São Paulo e dá outras providências .	MARTA COSTA (PSD)	Administração Pública
<u>Lei nº 17.300,</u> <u>de 01/12/2020</u>	Institui o Programa de Prevenção de Violências Autoprovocadas ou Autoinfligidas no Estado.	MARTA COSTA (PSD) ¹²⁶	Segurança Pública
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 14.701,</u> <u>de 08/03/2012</u>	Dá denominação à rotatória que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Denominação
<u>Lei nº 14.726,</u> <u>de 28/03/2012</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 14.900,</u> <u>de 08/11/2012</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.006,</u> <u>de 09/05/2013</u>	Dá denominação à ponte que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Denominação
<u>Lei nº 15.039,</u> <u>de 06/06/2013</u>	Dá denominação à passarela que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Denominação

¹²⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Deputada Marta Costa.** Disponível em : <<https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300533>> Acesso em: 01 setembro 2021.

<u>Lei nº 15.056, de 24/06/2013</u>	Dá denominação ao viaduto que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Denominação
<u>Lei nº 15.071, de 05/07/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.091, de 22/07/2013</u>	Dá denominação à Delegacia Seccional de Polícia que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Denominação
<u>Lei nº 15.116, de 13/09/2013</u>	Dá denominação à ponte que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Denominação
<u>Lei nº 15.132, de 01/10/2013</u>	Dá denominação ao trecho da rodovia que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Denominação
<u>Lei nº 15.171, de 21/10/2013</u>	Dá denominação à passarela que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Denominação
<u>Lei nº 15.293, de 08/01/2014</u>	Dispõe sobre a isenção de taxas para expedição de segunda via de documentos às vítimas de catástrofe natural, no âmbito do Estado de São Paulo.	REGINA GONÇALVES (PV)	Administração Pública
<u>Lei nº 15.407, de 23/04/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	REGINA GONÇALVES (PV)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.481, de 30/06/2014</u>	Institui o -Dia Estadual do Reggae-.	REGINA GONÇALVES (PV)	Calendário Oficial
<u>Lei Complementar nº 1.156, de 29/11/2011</u>	Dispõe sobre o envio à Assembleia Legislativa, de relatório da execução das despesas orçamentárias, na forma que especifica .	REGINA GONÇALVES (PV)	Administração Pública

NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 14.418, de 20/04/2011</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica, em Itu.	RITA PASSOS (PSD)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 14.464, de 25/05/2011</u>	Institui a -Semana Estadual da Adoção-.	RITA PASSOS (PSD)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.504, de 21/07/2011</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 14.584, de 07/10/2011</u>	Dá denominação ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 14.623, de 23/11/2011</u>	Dá denominação ao complexo viário que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 14.646, de 14/12/2011</u>	Dá denominação ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 14.660, de 26/12/2011</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 14.694, de 01/03/2012</u>	Dá denominação à ponte que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 14.702, de 08/03/2012</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Entidades de Utilidade Pública

<u>Lei nº 14.738, de 16/04/2012</u>	Dispõe sobre medidas contra a prática de trotes telefônicos dirigidos aos órgãos que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Tributos
<u>Lei nº 14.859, de 24/09/2012</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 14.860, de 24/09/2012</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 14.968, de 20/03/2013</u>	Altera a Lei nº 12.685, de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.	RITA PASSOS (PSD)	Administração Pública
<u>Lei nº 15.070, de 05/07/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.172, de 21/10/2013</u>	Inclui no calendário oficial do Estado evento que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.462, de 18/06/2014</u>	Institui o -Dia da Aliança de Amor-.	RITA PASSOS (PSD)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.490, de 02/07/2014</u>	Dá denominação ao dispositivo rodoviário que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 15.513, de 16/07/2014</u>	Dá denominação à Faculdade de Tecnologia - FATEC que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação

<u>Lei nº 15.514, de 16/07/2014</u>	Institui o -Dia do Partido Social Democrático-.	RITA PASSOS (PSD)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.552, de 12/08/2014</u>	Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.	RITA PASSOS (PSD)	Desenvolviment o Social e Direitos Humanos
<u>Lei nº 15.556, de 29/08/2014</u>	Restringe o uso de máscaras ou qualquer paramento que oculte o rosto da pessoa em manifestações e reuniões, na forma que especifica, e dá providências correlatas.	RITA PASSOS (PSD)	Segurança Pública
<u>Lei nº 15.636, de 23/12/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.796, de 16/04/2015</u>	Dá denominação ao viaduto que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 16.154, de 11/03/2016</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 16.231, de 20/05/2016</u>	Dá denominação à Delegacia de Polícia que especifica	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 16.304, de 13/09/2016</u>	Cria o Programa de Estímulo ao Escotismo nas escolas estaduais.	RITA PASSOS (PSD)	Educação e Cultura
<u>Lei nº 16.414, de 12/04/2017</u>	Dá denominação a estabelecimento de ensino que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação

<u>Lei nº 16.429, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.430, de 31/05/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.446, de 08/06/2017</u>	Denomina -Professor Rubens Anganuzzi- o Posto de Serviço do POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão - de Itu.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 16.518, de 12/09/2017</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 16.566, de 01/11/2017</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.593, de 07/12/2017</u>	Denomina -Masatsuki Hori- o dispositivo de acesso e retorno SPD 014/323, localizado no km 14,420 da Rodovia José Della Vechia - SP 323, em Monte Alto.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 16.720, de 15/05/2018</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
<u>Lei nº 16.729, de 22/05/2018</u>	Dispõe sobre a afixação de placas informativas, nas unidades públicas e privadas de saúde, sobre a adoção de nascituro.	RITA PASSOS (PSD)	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

Lei nº 16.813, de 23/11/2018	Dá denominação ao Ambulatório Médico de Especialidades - AME que especifica.	RITA PASSOS (PSD)	Denominação
<u>Lei nº 16.895, de 28/12/2018</u>	Cria no Estado o serviço Disque Emprego junto aos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) e dá outras providências.	RITA PASSOS (PSD)	Emprego e Trabalho
<u>Lei nº 16.938, de 26/02/2019</u>	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Adamantina, Adolfo, Anhembi, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Barra do Turvo, Bebedouro, Bocaina, Botucatu, Divinolândia, Dois Córregos, Garça, Guaiúba, Ibirarema, Içé ...	RITA PASSOS (PSD)¹²⁷	Desenvolvimento Urbano e Divisão Territorial
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 15.552, de 12/08/2014</u>	Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências.	SARAH MUNHOZ (PC do B)¹²⁸	Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 14.981, de 05/04/2013</u>	Inclui evento no calendário turístico do Estado.	TELMA DE SOUZA (PT)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.049, de 18/06/2013</u>	Institui o Programa Memória de José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência do Brasil.	TELMA DE SOUZA (PT)	Calendário Oficial

¹²⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Rita Passos**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300456> > Acesso em: 01 setembro 2021.

¹²⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Sarah Munhoz**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=173369> > Acesso em: 01 setembro 2021.

<u>Lei nº 15.175, de 23/10/2013</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	TELMA DE SOUZA (PT)	Entidades de Utilidade Pública
<u>Lei nº 15.582, de 08/12/2014</u>	Declara de utilidade pública a entidade que especifica.	TELMA DE SOUZA (PT) ¹²⁹	Entidades de Utilidade Pública
NÚMERO DA LEI	DISPÕE SOBRE	AUTORA	Categorização da Lei
<u>Lei nº 14.442, de 04/05/2011</u>	Institui o -Dia do Futebol de Salão - Futsal-.	VANESSA DAMO (MDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.542, de 14/09/2011</u>	Institui o -Dia do Trabalhador em Panificação e Confeitaria-.	VANESSA DAMO (MDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.614, de 08/11/2011</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	VANESSA DAMO (MDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.773, de 14/05/2012</u>	Dá denominação ao ambulatório médico que especifica.	VANESSA DAMO (MDB)	Denominação
<u>Lei nº 14.939, de 09/01/2013</u>	Institui o -Dia de Conscientização da Esclerodermia-.	VANESSA DAMO (MDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 14.951, de 06/02/2013</u>	Altera a Lei nº 13.747, de 2009, que obrigou os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para realização de serviços ou entrega de produtos aos consumidores.	VANESSA DAMO (MDB)	Consumidor

¹²⁹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Telma de Souza**. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300208>> Acesso em: 01 setembro 2021.

<u>Lei nº 14.972, de 27/03/2013</u>	Institui o -Dia do Motorista e Condutor de Ambulância-, e dá outras providências - 10 de outubro.	VANESSA DAMO (MDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.051, de 24/06/2013</u>	Dá denominação à estação ferroviária que especifica.	VANESSA DAMO (MDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.437, de 09/06/2014</u>	Dá denominação ao hospital que especifica.	VANESSA DAMO (MDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.728, de 20/03/2015</u>	Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre as Mucopolissacaridoses.	VANESSA DAMO (MDB)	Calendário Oficial
<u>Lei nº 15.814, de 23/04/2015</u>	Dá denominação à Faculdade de Tecnologia - FATEC que especifica.	VANESSA DAMO (MDB)	Denominação
<u>Lei nº 15.822, de 23/04/2015</u>	Dá denominação ao estabelecimento de ensino que especifica.	VANESSA DAMO (MDB)	Denominação
<u>Lei nº 16.046, de 04/12/2015</u>	Institui a campanha de prevenção do câncer de mama denominada mundialmente de - Outubro Rosa-, e dá outras providências.	VANESSA DAMO (MDB)¹³⁰	Saúde Pública

¹³⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Biografia Vanessa Damo.**
Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=174275>> Acesso em: 01 setembro 2021.